

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	8
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	18
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	19
Demonstração de Valor Adicionado	20

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	46
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	136

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	138
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	142
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	143
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	144
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	145

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	270.139
Preferenciais	0
Total	270.139
Em Tesouraria	
Ordinárias	160
Preferenciais	0
Total	160
#Error	
#Error	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	30.286.000	33.646.000
1.01	Ativo Circulante	14.852.000	9.650.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.632.000	4.662.000
1.01.03	Contas a Receber	598.000	428.000
1.01.03.01	Clientes	344.000	330.000
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	254.000	98.000
1.01.04	Estoques	2.046.000	2.232.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.074.000	1.048.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.502.000	1.280.000
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	7.397.000	1.153.000
1.01.08.03	Outros	105.000	127.000
1.01.08.03.02	Dividendos a receber	0	16.000
1.01.08.03.04	Outros Ativos Circulantes	105.000	111.000
1.02	Ativo Não Circulante	15.434.000	23.996.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.755.000	4.935.000
1.02.01.04	Contas a Receber	726.000	491.000
1.02.01.04.01	Clientes	0	1.000
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	726.000	490.000
1.02.01.07	Tributos Diferidos	890.000	550.000
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	497.000	692.000
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.642.000	3.202.000
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	2.796.000	2.399.000
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	746.000	717.000
1.02.01.10.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	1.000
1.02.01.10.07	Outros ativos não circulantes	100.000	85.000
1.02.02	Investimentos	932.000	11.059.000
1.02.02.01	Participações Societárias	932.000	11.059.000
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	932.000	11.059.000
1.02.03	Imobilizado	6.826.000	6.067.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.816.000	3.331.000
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	3.010.000	2.736.000
1.02.04	Intangível	1.921.000	1.935.000
1.02.04.01	Intangíveis	1.921.000	1.935.000
1.02.04.01.02	Intangíveis	1.602.000	1.494.000
1.02.04.01.03	Direito de Uso Intangível	319.000	441.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	30.286.000	33.646.000
2.01	Passivo Circulante	6.404.000	7.541.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	282.000	394.000
2.01.02	Fornecedores	3.110.000	3.651.000
2.01.02.01.01	Fornecedores	2.515.000	2.961.000
2.01.02.01.02	Fornecedores convênio	595.000	690.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	340.000	278.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.001.000	1.243.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.444.000	1.913.000
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	446.000	388.000
2.01.05.02	Outros	998.000	1.525.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.000	81.000
2.01.05.02.07	Repasse a Terceiros	0	2.000
2.01.05.02.08	Financiamento por Compra de Ativos	112.000	84.000
2.01.05.02.09	Receitas a Apropriar	27.000	44.000
2.01.05.02.12	Outros passivos circulantes	370.000	768.000
2.01.05.02.17	Passivo de Arrendamento	488.000	546.000
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	227.000	62.000
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	227.000	62.000
2.02	Passivo Não Circulante	12.337.000	12.456.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.862.000	6.563.000
2.02.02	Outras Obrigações	4.765.000	4.513.000
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	23.000	96.000
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	23.000	96.000
2.02.02.02	Outros	4.742.000	4.417.000
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados	55.000	148.000
2.02.02.02.07	Outros passivos não circulantes	282.000	231.000
2.02.02.02.08	Provisão para perdas de Investimentos em associadas	863.000	703.000
2.02.02.02.09	Passivo de Arrendamento	3.542.000	3.335.000
2.02.04	Provisões	2.613.000	1.315.000
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	97.000	65.000
2.03	Patrimônio Líquido	11.545.000	13.649.000
2.03.01	Capital Social Realizado	5.861.000	5.859.000
2.03.02	Reservas de Capital	318.000	291.000
2.03.02.04	Opções Outorgadas	316.000	289.000
2.03.02.07	Outras Reservas de Capital	2.000	2.000
2.03.04	Reservas de Lucros	7.290.000	6.925.000
2.03.04.01	Reserva Legal	705.000	705.000
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	231.000	233.000
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	2.584.000	2.349.000
2.03.04.10	Reserva de Expansão	2.326.000	2.575.000
2.03.04.12	Transações com Acionistas	1.444.000	1.063.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-172.000	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.752.000	574.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	16.686.000	15.044.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-12.561.000	-10.978.000
3.03	Resultado Bruto	4.125.000	4.066.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.822.000	-3.600.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.586.000	-2.309.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-533.000	-613.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.317.000	-932.000
3.04.05.01	Depreciação / Amortização	-899.000	-772.000
3.04.05.03	Outras Despesas Operacionais	-418.000	-160.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-386.000	254.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-697.000	466.000
3.06	Resultado Financeiro	-737.000	-611.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.434.000	-145.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	447.000	764.000
3.08.01	Corrente	177.000	192.000
3.08.02	Diferido	270.000	572.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-987.000	619.000
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	815.000	183.000
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	815.000	183.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-172.000	802.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,63851	2,98481
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,63851	2,9804

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	-172.000	802.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2.326.000	-1.118.000
4.02.02	Ajuste de conversão de investimentos no exterior	-2.334.000	-1.116.000
4.02.08	Outros Resultados Abrangentes	8.000	-2.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	-2.498.000	-316.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-614.000	980.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.074.000	732.000
6.01.01.01	Lucro líquido do período	-172.000	802.000
6.01.01.02	Imposto de renda diferido (Nota 20.3)	-339.000	-762.000
6.01.01.03	(Ganho) perda na alienação do imobilizado e intangível	-2.600.000	-296.000
6.01.01.04	Depreciação e amortização	1.063.000	1.193.000
6.01.01.05	Juros e variações monetárias	1.465.000	1.183.000
6.01.01.06	Ajuste a valor presente	2.000	1.000
6.01.01.07	Resultado de equivalência patrimonial (Nota 12.4)	386.000	-254.000
6.01.01.08	Provisão para demandas judiciais	1.502.000	113.000
6.01.01.10	Pagamento baseado em ações	27.000	26.000
6.01.01.11	Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (Nota 7.2 e 8.1)	2.000	4.000
6.01.01.13	Provisão para obsolescência e quebra (Nota 9.2)	-31.000	37.000
6.01.01.14	Outras despesas/receitas operacionais	0	-280.000
6.01.01.15	Receita a apropriar	-19.000	-37.000
6.01.01.16	Ganho na baixa de passivo de arrendamento (nota 22.2)	-213.000	-998.000
6.01.01.18	Ganho na venda de subsidiárias	1.000	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.688.000	248.000
6.01.02.01	Contas a receber	0	35.000
6.01.02.02	Estoques	316.000	1.183.000
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-389.000	289.000
6.01.02.04	Outros ativos	-337.000	-40.000
6.01.02.05	Partes relacionadas	-406.000	-177.000
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-50.000	-180.000
6.01.02.07	Fornecedores	-625.000	-1.221.000
6.01.02.08	Salários e encargos sociais	-112.000	-101.000
6.01.02.09	Impostos e contr. sociais a recolher	-69.000	-101.000
6.01.02.10	Pagamento de demandas judiciais	-352.000	-123.000
6.01.02.11	Receita recebida a apropriar	33.000	38.000
6.01.02.12	Demais contas a pagar	-350.000	410.000
6.01.02.15	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio recebidos	653.000	236.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	3.457.000	617.000
6.02.01	Aumento de capital em controladas	-1.000	-1.000
6.02.02	Aquisição de bens do ativo imobilizado (Nota 14.4)	-922.000	-553.000
6.02.03	Aumento do ativo intangível (Nota 15.3)	-172.000	-134.000
6.02.04	Venda de bens do imobilizado	4.537.000	1.305.000
6.02.10	Caixa Líquido de Incorporações	15.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.873.000	-1.840.000
6.03.01	Aumento de capital	2.000	9.000
6.03.02	Captações e refinanciamento (Nota 17.2)	474.000	3.547.000
6.03.03	Pagamentos de empréstimos e financiamentos (Nota 17.2)	-2.683.000	-3.359.000
6.03.04	Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos (Nota 17.2)	-635.000	-403.000
6.03.05	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-95.000	-584.000
6.03.06	Recursos obtidos de acionistas não controladores	0	8.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.03.07	Aquisição de sociedades	-3.000	-3.000
6.03.09	Pagamentos de passivo de arrendamento	-933.000	-1.055.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.030.000	-243.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.662.000	4.905.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.632.000	4.662.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.859.000	291.000	6.925.000	0	574.000	13.649.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.859.000	291.000	6.925.000	0	574.000	13.649.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.000	27.000	613.000	0	0	642.000
5.04.01	Aumentos de Capital	2.000	0	0	0	0	2.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	27.000	0	0	0	27.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-14.000	0	0	-14.000
5.04.11	Efeito ajuste economia hiperinflacionária	0	0	636.000	0	0	636.000
5.04.16	Outros	0	0	-9.000	0	0	-9.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-172.000	-2.326.000	-2.498.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-172.000	0	-172.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.326.000	-2.326.000
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-2.334.000	-2.334.000
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	8.000	8.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-248.000	0	0	-248.000
5.06.05	Transações com acionistas	0	0	-248.000	0	0	-248.000
5.07	Saldos Finais	5.861.000	318.000	7.290.000	-172.000	-1.752.000	11.545.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.434.000	479.000	6.090.000	0	1.692.000	13.695.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.434.000	479.000	6.090.000	0	1.692.000	13.695.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	425.000	-188.000	114.000	-81.000	0	270.000
5.04.01	Aumentos de Capital	209.000	0	-200.000	0	0	9.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	26.000	0	0	0	26.000
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	2.000	6.000	0	0	8.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-81.000	0	-81.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-68.000	0	0	-68.000
5.04.11	Efeito ajuste economia hiperinflacionária	0	0	388.000	0	0	388.000
5.04.14	Transferência entre capital social e reservas de capital (Nota 24)	216.000	-216.000	0	0	0	0
5.04.16	Outros	0	0	-12.000	0	0	-12.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	802.000	-1.118.000	-316.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	802.000	0	802.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.118.000	-1.118.000
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-1.116.000	-1.116.000
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.000	-2.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	721.000	-721.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	681.000	-681.000	0	0
5.06.07	Apropriação do Lucro Líquido para Reserva Legal (Nota 24.3)	0	0	40.000	-40.000	0	0
5.07	Saldos Finais	5.859.000	291.000	6.925.000	0	574.000	13.649.000

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	17.986.000	16.244.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	17.861.000	16.062.000
7.01.02	Outras Receitas	127.000	183.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.000	-1.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-14.504.000	-12.667.000
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-12.346.000	-10.761.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.158.000	-1.906.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.482.000	3.577.000
7.04	Retenções	-994.000	-902.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-994.000	-902.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.488.000	2.675.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.268.000	746.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-386.000	254.000
7.06.02	Receitas Financeiras	839.000	309.000
7.06.03	Outros	815.000	183.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.756.000	3.421.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.756.000	3.421.000
7.08.01	Pessoal	2.234.000	2.046.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.312.000	1.292.000
7.08.01.02	Benefícios	326.000	336.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	118.000	146.000
7.08.01.04	Outros	478.000	272.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	81.000	-442.000
7.08.02.01	Federais	-677.000	-838.000
7.08.02.02	Estaduais	622.000	256.000
7.08.02.03	Municipais	136.000	140.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.613.000	1.015.000
7.08.03.01	Juros	1.562.000	961.000
7.08.03.02	Aluguéis	51.000	54.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-172.000	802.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	14.000	68.000
7.08.04.02	Dividendos	0	81.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-186.000	653.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	43.839.000	49.443.000
1.01	Ativo Circulante	28.559.000	17.872.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.751.000	8.274.000
1.01.03	Contas a Receber	696.000	1.125.000
1.01.03.01	Clientes	417.000	831.000
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	279.000	294.000
1.01.04	Estoques	2.046.000	5.257.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.114.000	1.743.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	20.952.000	1.473.000
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	20.843.000	1.187.000
1.01.08.03	Outros	109.000	286.000
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	19.000
1.01.08.03.02	Dividendos a receber	0	16.000
1.01.08.03.04	Outros Ativos Circulantes	109.000	251.000
1.02	Ativo Não Circulante	15.280.000	31.571.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.617.000	4.966.000
1.02.01.04	Contas a Receber	727.000	559.000
1.02.01.04.01	Clientes	0	1.000
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	727.000	558.000
1.02.01.07	Tributos Diferidos	922.000	581.000
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	301.000	517.000
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	3.667.000	3.309.000
1.02.01.10.04	Tributos a Recuperar	2.808.000	2.410.000
1.02.01.10.05	Depósitos Judiciais	759.000	731.000
1.02.01.10.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	0	6.000
1.02.01.10.07	Outros ativos não circulantes	100.000	162.000
1.02.02	Investimentos	833.000	4.508.000
1.02.02.01	Participações Societárias	833.000	1.254.000
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	0	3.254.000
1.02.03	Imobilizado	6.844.000	16.344.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.829.000	11.573.000
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	3.015.000	4.771.000
1.02.04	Intangível	1.986.000	5.753.000
1.02.04.01	Intangíveis	1.986.000	5.753.000
1.02.04.01.02	Intangíveis	1.667.000	5.312.000
1.02.04.01.03	Direito de Uso Intangível	319.000	441.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	43.839.000	49.443.000
2.01	Passivo Circulante	17.747.000	16.550.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	294.000	808.000
2.01.02	Fornecedores	3.123.000	10.078.000
2.01.02.01.01	Fornecedores	2.528.000	6.772.000
2.01.02.01.02	Fornecedores convênio	595.000	3.306.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	363.000	580.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.001.000	1.470.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.479.000	3.552.000
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	335.000	371.000
2.01.05.02	Outros	1.144.000	3.181.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.000	112.000
2.01.05.02.07	Repasse a Terceiros	0	15.000
2.01.05.02.08	Financiamento por Compra de Ativos	112.000	182.000
2.01.05.02.09	Receitas a Apropriar	156.000	383.000
2.01.05.02.11	Aquisição de Sociedades	0	701.000
2.01.05.02.12	Outros passivos circulantes	385.000	893.000
2.01.05.02.17	Passivo de Arrendamento	490.000	895.000
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	11.487.000	62.000
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	11.487.000	62.000
2.02	Passivo Não Circulante	12.359.000	16.513.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.862.000	7.582.000
2.02.02	Outras Obrigações	4.771.000	6.489.000
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	23.000	96.000
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	23.000	96.000
2.02.02.02	Outros	4.748.000	6.393.000
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições a recolher e impostos parcelados	55.000	153.000
2.02.02.02.05	Financiamento por Compra de Ativos	0	68.000
2.02.02.02.07	Outros passivos não circulantes	283.000	260.000
2.02.02.02.08	Provisão para perdas de Investimentos em associadas	863.000	689.000
2.02.02.02.09	Passivo de Arrendamento	3.547.000	5.223.000
2.02.03	Tributos Diferidos	0	935.000
2.02.04	Provisões	2.629.000	1.442.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.629.000	1.442.000
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	97.000	65.000
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	13.733.000	16.380.000
2.03.01	Capital Social Realizado	5.861.000	5.859.000
2.03.02	Reservas de Capital	318.000	291.000
2.03.02.04	Opções Outorgadas	316.000	289.000
2.03.02.07	Outras Reservas de Capital	2.000	2.000
2.03.04	Reservas de Lucros	7.290.000	6.925.000
2.03.04.01	Reserva Legal	705.000	705.000
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	231.000	233.000
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	2.584.000	2.349.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021
2.03.04.10	Reserva para Expansão	2.326.000	2.575.000
2.03.04.12	Transações com Acionistas	1.444.000	1.063.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-172.000	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.752.000	574.000
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.188.000	2.731.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	17.321.000	16.298.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-13.019.000	-11.942.000
3.03	Resultado Bruto	4.302.000	4.356.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.867.000	-4.303.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.699.000	-2.572.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-598.000	-695.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.365.000	-978.000
3.04.05.01	Depreciação / Amortização	-931.000	-810.000
3.04.05.03	Outras Despesas Operacionais	-434.000	-168.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-205.000	-58.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-565.000	53.000
3.06	Resultado Financeiro	-750.000	-623.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-1.315.000	-570.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	454.000	725.000
3.08.01	Corrente	174.000	192.000
3.08.02	Diferido	280.000	533.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-861.000	155.000
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	857.000	805.000
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	857.000	805.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-4.000	960.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-172.000	802.000
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	168.000	158.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,63851	2,98481
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,63851	2,9804

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-4.000	960.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2.924.000	-1.408.000
4.02.02	Ajuste de conversão de investimentos no exterior	-2.930.000	-1.405.000
4.02.08	Outros Resultados Abrangentes	6.000	-3.000
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-2.928.000	-448.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-2.498.000	-316.000
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-430.000	-132.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-216.000	2.728.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.537.000	2.536.000
6.01.01.01	Lucro líquido do período	-4.000	960.000
6.01.01.02	Imposto de renda diferido (Nota 20.3)	-29.000	-676.000
6.01.01.03	(Ganho) perda na alienação do imobilizado e intangível	-2.569.000	-247.000
6.01.01.04	Depreciação e amortização	1.902.000	2.117.000
6.01.01.05	Juros e variações monetárias	1.696.000	1.316.000
6.01.01.06	Ajuste a valor presente	2.000	1.000
6.01.01.07	Resultado de equivalencia patrimonial (Nota 12.4)	247.000	47.000
6.01.01.08	Provisão para demandas judiciais	1.523.000	137.000
6.01.01.09	Provisão para baixas e perdas	33.000	44.000
6.01.01.10	Pagamentos baseado em ações	27.000	26.000
6.01.01.11	Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (Nota 7.2 e 8.1)	40.000	61.000
6.01.01.13	Provisão para obsolescência e quebra (Nota 9.2)	-28.000	26.000
6.01.01.14	Outras despesas/receitas operacionais	0	-280.000
6.01.01.15	Receita a apropriar	-26.000	26.000
6.01.01.16	Ganho na baixa de passivo de arrendamento (Nota 22.2)	-278.000	-1.022.000
6.01.01.18	Ganho na venda de subsidiárias	1.000	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.753.000	192.000
6.01.02.01	Contas a receber	-166.000	-140.000
6.01.02.02	Estoques	-383.000	989.000
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-509.000	210.000
6.01.02.04	Outros Ativos	-336.000	-5.000
6.01.02.05	Partes Relacionadas	-396.000	-101.000
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-51.000	-176.000
6.01.02.07	Fornecedores	-332.000	-738.000
6.01.02.08	Salários e encargos sociais	-67.000	-60.000
6.01.02.09	Impostos e contr. sociais a recolher	274.000	355.000
6.01.02.10	Pagamento de demandas judiciais	-368.000	-161.000
6.01.02.11	Receita recebida a apropriar	66.000	55.000
6.01.02.12	Demais contas a pagar	-195.000	378.000
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social, pagos	-306.000	-425.000
6.01.02.15	Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	16.000	11.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2.834.000	-77.000
6.02.02	Aquisição de bens do ativo imobilizado (Nota 14.4)	-1.398.000	-1.035.000
6.02.03	Aumento do ativo intangível (Nota 15.3)	-228.000	-232.000
6.02.04	Venda de bens do imobilizado	4.560.000	1.315.000
6.02.09	Aquisição de propriedade para investimento (Nota 13)	-100.000	-124.000
6.02.10	Caixa Líquido de Incorporações	0	-1.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.703.000	-2.743.000
6.03.01	Aumento de capital	2.000	9.000
6.03.02	Captações e refinanciamento (Nota 17.2)	1.545.000	4.860.000
6.03.03	Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-3.824.000	-4.833.000
6.03.04	Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos	-755.000	-482.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.03.05	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-265.000	-780.000
6.03.06	Recursos obtidos de acionistas não controladores	0	14.000
6.03.07	Aquisição de sociedades	-3.000	-3.000
6.03.08	Transação com não controladores	-25.000	-5.000
6.03.09	Pagamentos passivo de arrendamento	-1.378.000	-1.523.000
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-568.000	-345.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.653.000	-437.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.274.000	8.711.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.621.000	8.274.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.859.000	291.000	6.925.000	0	574.000	13.649.000	2.731.000	16.380.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.859.000	291.000	6.925.000	0	574.000	13.649.000	2.731.000	16.380.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.000	27.000	613.000	0	0	642.000	-118.000	524.000
5.04.01	Aumentos de Capital	2.000	0	0	0	0	2.000	0	2.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	27.000	0	0	0	27.000	0	27.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-14.000	0	0	-14.000	0	-14.000
5.04.11	Efeito ajuste economia hiperinflacionária	0	0	636.000	0	0	636.000	73.000	709.000
5.04.13	Valorização PUT subsidiária Disco (nota nº18.3)	0	0	0	0	0	0	43.000	43.000
5.04.15	Dividendos declarados aos não controladores	0	0	0	0	0	0	-225.000	-225.000
5.04.16	Outros	0	0	-9.000	0	0	-9.000	-9.000	-18.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-172.000	-2.326.000	-2.498.000	-430.000	-2.928.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-172.000	0	-172.000	168.000	-4.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.326.000	-2.326.000	-598.000	-2.924.000
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-2.334.000	-2.334.000	-596.000	-2.930.000
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	8.000	8.000	-2.000	6.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-248.000	0	0	-248.000	5.000	-243.000
5.06.05	Transações com acionistas	0	0	-248.000	0	0	-248.000	5.000	-243.000
5.07	Saldos Finais	5.861.000	318.000	7.290.000	-172.000	-1.752.000	11.545.000	2.188.000	13.733.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.434.000	479.000	6.090.000	0	1.692.000	13.695.000	3.112.000	16.807.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.434.000	479.000	6.090.000	0	1.692.000	13.695.000	3.112.000	16.807.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	425.000	-188.000	114.000	-81.000	0	270.000	-249.000	21.000
5.04.01	Aumentos de Capital	209.000	0	-200.000	0	0	9.000	0	9.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	26.000	0	0	0	26.000	0	26.000
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	2.000	6.000	0	0	8.000	0	8.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-81.000	0	-81.000	0	-81.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-68.000	0	0	-68.000	0	-68.000
5.04.11	Efeito ajuste economia hiperinflacionária	0	0	388.000	0	0	388.000	16.000	404.000
5.04.13	Valorização PUT subsidiária Disco (nota nº18.3)	0	0	0	0	0	0	-70.000	-70.000
5.04.14	Transferência entre capital social e reservas de capital (Nota 24)	216.000	-216.000	0	0	0	0	0	0
5.04.15	Dividendos declarados aos não controladores	0	0	0	0	0	0	-207.000	-207.000
5.04.16	Outros	0	0	-12.000	0	0	-12.000	12.000	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	802.000	-1.118.000	-316.000	-132.000	-448.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	802.000	0	802.000	158.000	960.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.118.000	-1.118.000	-290.000	-1.408.000
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-1.116.000	-1.116.000	-289.000	-1.405.000
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.000	-2.000	-1.000	-3.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	721.000	-721.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	681.000	-681.000	0	0	0	0
5.06.07	Apropriação do Lucro líquido para Reserva Legal (Nota 24.3)	0	0	40.000	-40.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.859.000	291.000	6.925.000	0	574.000	13.649.000	2.731.000	16.380.000

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	18.658.000	17.581.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	18.531.000	17.399.000
7.01.02	Outras Receitas	129.000	184.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.000	-2.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-15.067.000	-13.728.000
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-12.800.000	-11.698.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.267.000	-2.030.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.591.000	3.853.000
7.04	Retenções	-1.026.000	-941.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.026.000	-941.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.565.000	2.912.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.488.000	1.053.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-205.000	-58.000
7.06.02	Receitas Financeiras	836.000	306.000
7.06.03	Outros	857.000	805.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.053.000	3.965.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.053.000	3.965.000
7.08.01	Pessoal	2.316.000	2.215.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.363.000	1.415.000
7.08.01.02	Benefícios	335.000	355.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	123.000	156.000
7.08.01.04	Outros	495.000	289.000
7.08.01.04.01	Participações	495.000	289.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	109.000	-235.000
7.08.02.01	Federais	-664.000	-671.000
7.08.02.02	Estaduais	634.000	293.000
7.08.02.03	Municipais	139.000	143.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.632.000	1.025.000
7.08.03.01	Juros	1.571.000	970.000
7.08.03.02	Aluguéis	61.000	55.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-4.000	960.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	14.000	68.000
7.08.04.02	Dividendos	0	81.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-186.000	653.000
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	168.000	158.000

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELEASE DE **RESULTADOS** 4T22

27 de fevereiro de 2023

PCAR

B3 LISTED NM

IBOVESPA B3

IBRX100 B3

ICON B3

ISE B3

IAGRO-FFS B3

SMLL B3

ICO2 B3

IGC-NM B3

IGPTWB B3

IGCT B3

IGC B3

ITAG B3

IBRA B3

Relatório da Administração/Comentário de Desempenho

RESULTADOS

4T22

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

O GPA [B3: PCAR3; NYSE: CBD] anuncia os resultados do 4º trimestre de 2022 (4T22).

Em consequência do processo de descontinuidade das atividades dos hipermercados, conforme divulgado nos fatos relevantes/ou comunicado ao mercado de 14 de outubro e 16 de dezembro de 2021, 24 de fevereiro e 13 de abril de 2022, as atividades dos hipermercados Extra estão tratadas como atividades descontinuadas. Adicionalmente, a partir do 4T22, em consequência do processo de segregação dos negócios do GPA e do Almacenes Éxito S.A. ("Éxito"), conforme divulgado nos fatos relevantes em 10 de agosto, 5 de setembro e 30 de dezembro de 2022, e 9 de janeiro de 2023, as atividades do Éxito passaram a ser tratadas como atividades descontinuadas.

Dessa forma, as vendas líquidas assim como as demais linhas do resultado foram ajustadas retrospectivamente, conforme definido no IFRS 5/CPC 31, aprovado pela Deliberação CVM nº 598/09 – Ativo não circulante mantido para venda e operações descontinuadas. Os comentários a seguir referem-se ao resultado das operações em continuidade. As comparações são relativas ao mesmo período de 2021, exceto onde indicado. Os resultados incluem os efeitos do IFRS 16/CPC 06 (R2), exceto onde indicado de outra forma.

Nas tabelas e comentários a seguir, destacaremos, conforme indicado, as informações do Éxito excluindo efeitos do IFRS 5/CPC 31 ("Éxito Pré IFRS 5") de forma gerencial, com o objetivo de favorecer a comparação com os períodos anteriores de 2022 e 2021.

Resultado consolidado¹

- **Faturamento bruto total consolidado¹** das operações atingiu **R\$ 13,1 bilhões no 4T22**, em linha vs. 4T21. Em 2022 as vendas brutas totais foram de R\$ 46,9 bilhões;
- **EBITDA Ajustado consolidado¹ totalizou R\$ 835 milhões no 4T22 com margem EBITDA Ajustada de 7,0%.** No ano de 2022, o EBITDA Ajustado Consolidado atingiu R\$ 2,9 bilhões.
- **O Lucro (Prejuízo) líquido consolidado¹** das operações no 4T22 atingiu **R\$ (1,1) bilhão**, impactado por R\$ (956) milhões de elementos excepcionais, ajustado por esses elementos, o **Lucro (Prejuízo) líquido normalizado consolidado foi R\$ (146) milhões.**

No Brasil, melhoria sequencial do crescimento de vendas mesmas lojas, além da aceleração do plano de expansão

- A receita bruta de vendas do GPA Brasil no perímetro continuado, excluindo postos, somou **R\$ 4,9 bilhões no 4T22**, crescimento de 16,8% e 7,3% no conceito mesmas lojas vs. o mesmo período de 2021, resultado do contínuo trabalho nos 6 pilares estratégicos com foco em fazer o "básico bem-feito" e das aberturas de lojas no período. O **crescimento mesmas lojas apresentou melhora nas bandeiras Pão de Açúcar, Mercado Extra, Compre Bem e manteve o forte crescimento em Proximidade** na comparação com o 3T22. No 4T22, a **venda do e-commerce totalizou R\$ 448 milhões, crescimento de 7,0% vs. 4T21**, excluindo as vendas dos hipermercados que foram descontinuados. Com isso, a penetração de vendas online total foi de 10,5%;
- A **margem EBITDA Ajustada pro forma² foi de 6,1%**, explicada pelo impacto do aumento da inflação no lucro bruto, apesar de um bom controle das despesas com redução de 2,2 p.p. no % da receita líquida. No ano de 2022 a margem EBITDA Ajustada pro forma² foi de 7,0%;
- **Sólida situação financeira com dívida líquida³ / EBITDA LTM³ de 2,3x** ao fim do trimestre com **posição de caixa de R\$ 3,8 bilhões**, correspondente a 3,7x a dívida de curto prazo da Companhia.

(1) Resultado consolidado considera os resultados das operações continuadas do GPA Brasil, as operações do Grupo Éxito Pré IFRS 5 (Colômbia, Uruguai e Argentina), outros negócios (Stix Fidelidade, Cheftime e James Delivery) e o resultado da equivalência patrimonial da Cdiscount.

(2) Resultado pro forma não inclui o resultado de outros negócios (Stix Fidelidade, Cheftime e James Delivery) e margem EBITDA ajustada pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais.

(3) Considera dívida líquida e EBITDA ajustado após o IFRS 16.



Teleconferência sobre os Resultados do 4T22

Terça-feira

28 de fevereiro de 2023

10h00 (horário de Brasília)

08h00 (NY)

13h00 (Londres)



Português (idioma original)

Videconferência: www.gpari.com.br



Inglês (tradução simultânea)

Videconferência: www.gpari.com.br/en/

Replay: www.gpari.com.br

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- O GPA Brasil continua seu processo de recuperação de rentabilidade focado em três linhas principais do resultado: margem comercial, quebra e despesas. O processo tem evoluído satisfatoriamente e temos como projeção (*guidance*) o atingimento de uma margem EBITDA ajustada entre 8% e 9% em 2024.

Contínuo crescimento no perímetro internacional

- O Grupo Éxito registrou um **forte crescimento de dois dígitos nas vendas mesmas lojas de 16,3% vs. 4T21** (em moeda constante), com crescimento nos 3 países de atuação, explicado principalmente pelo aumento do tráfego em lojas e pelo bom desempenho dos formatos inovadores. As vendas *omnichannel* representaram 9,5% das vendas totais do 4T22;
- **O Grupo Éxito atingiu margem EBITDA Ajustada de 8,6% no 4T22**, recuo de 2,0 p.p. em relação ao 4T21. Além da forte base de comparação com o 4T21, beneficiado por uma data especial a mais (*non-VAT days*) em relação ao 4T22, a retração da margem foi impactada pelo: (i) menor nível de receita nos outros negócios do grupo (principalmente na financeira Tuya); (ii) maior nível de inflação nos três países de atuação, com impacto na não diluição SG&A no trimestre; e (iii) aproximadamente, 1p.p. explicado por efeito pontual no trimestre, com o ajuste do saldo de estoque.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

GPA Consolidado

Aceleração do crescimento de vendas no Brasil

Com o objetivo de favorecer a comparação com os períodos anteriores de 2022 e 2021, nas tabelas a seguir indicamos o resultado da operação consolidada e nas colunas destacadas, os ajustes para o resultado consolidado com o Grupo Éxito Pré-IFRS 5. A partir do 4T22 o resultado consolidado passa a considerar o Grupo Éxito em operações descontinuadas (IFRS 5/CPC 31).

R\$ milhões, exceto quando indicado	GPA Consolidado ⁽¹⁾			GPA Consolidado ⁽¹⁾			GPA Consolidado ⁽¹⁾	
	4T22	Éxito Pré IFRS 5	4T22 Ajustado	4T21	Éxito Pré IFRS 5	4T21 Ajustado	Δ	Δ Ajustado
Receita Bruta	5.295	7.846	13.141	4.725	8.419	13.144	12,1%	0,0%
Receita Líquida	4.900	6.959	11.859	4.424	7.541	11.966	10,7%	-0,9%
Lucro Bruto	1.107	1.770	2.876	1.202	2.001	3.203	-7,9%	-10,2%
Margem Bruta	22,6%	25,4%	24,3%	27,2%	26,5%	26,8%	-4,6 p.p.	-2,5 p.p.
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(852)	(1.189)	(2.041)	(915)	(1.216)	(2.131)	-6,8%	-4,2%
% da Receita Líquida	17,4%	17,1%	17,2%	20,7%	16,1%	17,8%	-3,3 p.p.	-0,6 p.p.
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(315)	(171)	(486)	(29)	(78)	(107)	994,3%	355,3%
EBITDA Ajustado ⁽²⁾	236	599	835	316	802	1.118	-25,2%	-25,3%
Margem EBITDA Ajustada ⁽²⁾	4,8%	8,6%	7,0%	7,1%	10,6%	9,3%	-2,3 p.p.	-2,3 p.p.
Lucro Líquido Controladores - Operações Continuadas	(272)	(307)	(579)	282	153	435	-196,6%	-233,1%
Margem Líquida - Controladores - Operações Continuadas	-5,6%	-4,4%	-4,9%	6,4%	2,0%	3,6%	-12,0 p.p.	-8,5 p.p.
Lucro Líquido Controladores - Operações Descontinuadas ⁽³⁾	(830)	307	(523)	495	(153)	341	-267,8%	-253,2%
Lucro Líquido Controladores Consolidado	(1.102)	0	(1.102)	777	(0)	777	-241,9%	-241,9%

(1) Consolidado considera os resultados das operações do GPA Brasil, outros negócios (Stix Fidelidade, Cheftime e James Delivery) e o resultado da equivalência patrimonial da Cdiscount

(2) Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização. Ajustado pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais

(3) Inclui resultado das operações dos hipermercados e do Grupo Éxito (Colômbia, Uruguai e Argentina)

R\$ milhões, exceto quando indicado	GPA Consolidado ⁽¹⁾						GPA Consolidado ⁽¹⁾	
	2022	Éxito Pré IFRS 5	2022 Ajustado	2021	Éxito Pré IFRS 5	2021 Ajustado	Δ	Δ Ajustado
Receita Bruta	18.531	28.337	46.868	17.398	27.264	44.662	6,5%	4,9%
Receita Líquida	17.321	25.176	42.496	16.298	24.357	40.655	6,3%	4,5%
Lucro Bruto	4.302	6.387	10.689	4.356	6.291	10.648	-1,3%	0,4%
Margem Bruta	24,8%	25,4%	25,2%	26,7%	25,8%	26,2%	-1,9 p.p.	-1,0 p.p.
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(3.296)	(4.493)	(7.789)	(3.268)	(4.263)	(7.531)	0,9%	3,4%
% da Receita Líquida	19,0%	17,8%	18,3%	20,1%	17,5%	18,5%	-1,1 p.p.	-0,2 p.p.
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(435)	(172)	(607)	(169)	(136)	(305)	157,1%	99,1%
EBITDA Ajustado ⁽²⁾	897	1.959	2.856	1.162	2.153	3.315	-22,8%	-13,9%
Margem EBITDA Ajustada ⁽²⁾	5,2%	7,8%	6,7%	7,1%	8,8%	8,2%	-1,9 p.p.	-1,5 p.p.
Lucro Líquido Controladores - Operações Continuadas	(863)	(174)	(1.036)	158	371	529	-646,1%	-295,9%
Margem Líquida - Controladores - Operações Continuadas	-5,0%	-0,7%	-2,4%	1,0%	1,5%	1,3%	-6,0 p.p.	-3,7 p.p.
Lucro Líquido Controladores - Operações Descontinuadas ⁽³⁾	691	174	864	644	(371)	274	7,2%	216,0%
Lucro Líquido Controladores Consolidado	(172)	0	(172)	802	(0)	802	-121,4%	-121,4%

(1) Consolidado considera os resultados das operações do GPA Brasil, outros negócios (Stix Fidelidade, Cheftime e James Delivery) e o resultado da equivalência patrimonial da Cdiscount

(2) Lucro operacional antes de juros, impostos, depreciação e amortização. Ajustado pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais

(3) Inclui resultado das operações dos hipermercados e do Grupo Éxito (Colômbia, Uruguai e Argentina)

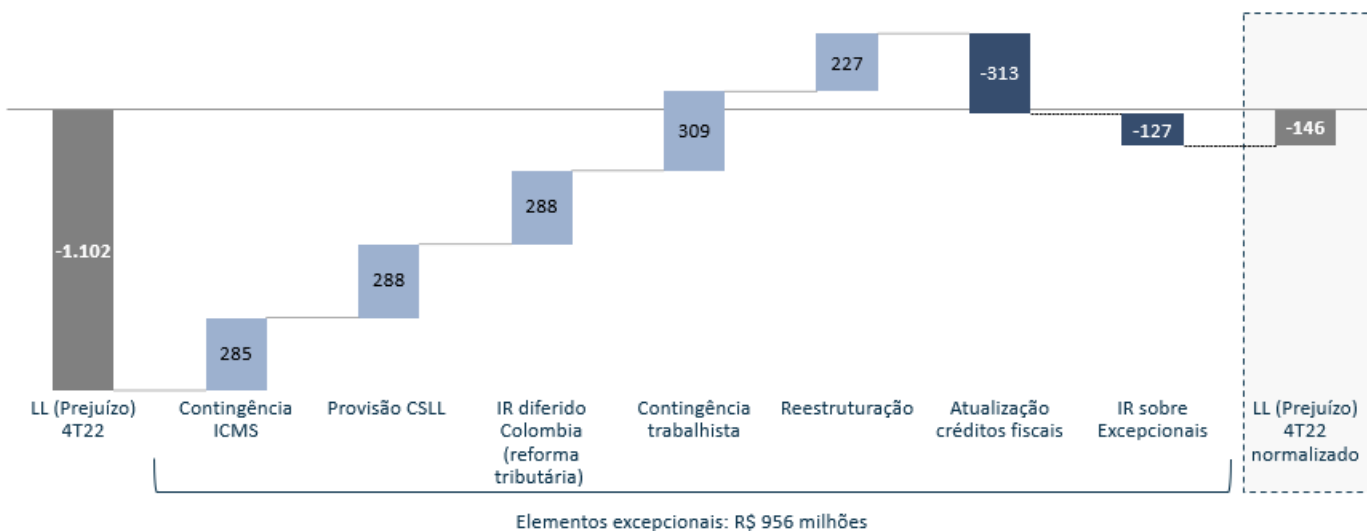
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Elementos excepcionais registrados no 4T22

No 4T22, houve o reconhecimento elementos excepcionais que totalizaram R\$ (956) milhões e que impactaram o lucro (prejuízo) líquido consolidado. O lucro (prejuízo) líquido consolidado normalizado, excluindo esses elementos excepcionais, foi de R\$ (146) milhões. Abaixo a descrição dos elementos excepcionais:

- R\$ (285) milhões relacionado a reavaliação de contingências possíveis de ICMS.** Em outubro de 2022, o STF não recebeu recurso no qual se discutia o direito ao crédito de ICMS sobre energia elétrica de setores essenciais e produtivos da operação. Após essa decisão, a Companhia reavaliou os casos nos quais se discute o mesmo tema;
- R\$ (309) milhões referente a complemento do saldo de provisão para demandas trabalhistas** com o incremento relacionado a atualização de premissas considerando o valor das condenações mais recentes. Adicionalmente, ressaltamos que, apesar da complementação do saldo, é observada tendência de queda de novas ações desde julho/22 e redução do saldo da carteira trabalhista desde o 3T22.
- R\$ (227) milhões referente a despesas com reestruturação**, sendo: (i) reestruturação e projeto de *resizing* da sede e lojas; (ii) reestruturação e projeto de segregação no Éxito (descontinuada); e (iii) reestruturações, rescisões e desmobilizações em operações de hipermercados (descontinuadas);
- R\$ 313 milhões de impacto na receita financeira** relacionado com a atualização monetária sobre créditos fiscais;
- R\$ (161) milhões de impacto no imposto de renda**, sendo: (i) R\$ 127 milhões relacionados a 25% de alíquota de IR sobre os itens (a), (b), (c) e (d) acima; e (ii) R\$ (288) referente ao impacto da reforma tributária na Colômbia, com aumento da alíquota de imposto referente a ganhos ocasionais (*ganancia ocasional*) de 10% para 15% e, consequente, impacto no IR diferido da operação do Grupo Éxito.
- R\$ (288) milhões referente a provisão de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)** após o STF ter decidido pela limitação da coisa julgada e pela modulação de seus efeitos para alcançar os fatos geradores a partir de setembro de 2007. O valor registrado de R\$ 288 milhões considera: (i) R\$ (600) milhões de principal, multa e juros, considerando os últimos cinco anos (2018-2022), assim como is nos autuados entre 2007 e 2017; e (ii) R\$ 312 milhões de créditos tributários relacionados a recomposição de base negativa, diferenças temporárias e impostos sobre lucros no exterior.

O bridge a seguir demonstra os impactos dos elementos excepcionais ocorridos no 4T22 no lucro líquido consolidado:



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mensagem do CEO

O ano de 2022 foi de consolidação das diretrizes do “Novo GPA”, companhia que surgiu como resultado da decisão de encerramento do modelo de hipermercados, agora com foco nas operações de supermercado premium, lojas de proximidade e multicanalidade. Foi um ano dedicado a revisitar nossa estratégia, a rever estruturas e processos internos, e iniciar um trabalho de turnaround, que segue em curso, com o objetivo de retomarmos a posição de referência no segmento premium do varejo alimentar nacional, com uma operação rentável e sustentável.

Partindo da diretriz de ter o(a) cliente como centro das nossas decisões e estar onde ele(a) estiver – a estratégia do negócio foi definida com base em seis pilares: Top line, ou aumento estruturado de nossas receitas; Excelência no atendimento, medida pelo NPS (Net Promote Score); Digital, com avanço da multicanalidade; Expansão e conversão de lojas; Rentabilidade, cuidando de quebras, despesas e margens; e ESG e Cultura, com entrega de compromissos ambientais, sociais e de governança, valorizando a diversidade e tendo a cultura como o grande alicerce de todo um trabalho de transformação.

O ano de 2022 foi marcado pela retomada do crescimento orgânico de lojas: foram 18 novas unidades do Pão de Açúcar já no formato Geração 7, focado no aprimoramento da experiência de compra dos(as) clientes; e inauguramos outras 44 lojas de Proximidade. Encerramos o ano com a abertura recorde de 72 unidades (entre novas e convertidas), como parte da nossa projeção (*guidance*) de abrir 300 novos pontos em três anos.

O trabalho para a retomada das fortalezas das nossas marcas, como a musicalidade e o bem-estar para o Pão de Açúcar, também foi um importante marco do período, com a retomada de ações esportivas e culturais que resgatam a visibilidade da marca e o vínculo emocional com os(as) consumidores(as).

No ano, também tivemos avanços importantes em inovação e digitalização, com a evolução dos aplicativos Pão de Açúcar e Clube Extra para que se tornem o grande hub de contato com os(as) nossos(as) clientes; a incorporação do motor logístico de James ao e-commerce, que nos permitiu aumentar de 40 para 70% o percentual de entregas realizadas no mesmo dia; nosso avanço com as entregas expressas em até 30 minutos a partir das lojas de proximidade, além da atuação com nossos canais próprios, para sermos o melhor parceiro e a melhor opção de compra em todos os pontos de contato com nossos(as) clientes.

Outro marco de 2022 foi a parceria com o Google Cloud, o maior projeto de jornada em nuvem do varejo brasileiro, garantindo mais rapidez e integração de nossos processos e programas.

2022 também foi marcado pelo fortalecimento de nossos compromissos e diferentes iniciativas que englobam aspectos ambientais, sociais e de governança, fundamentais para a manutenção de um negócio sustentável, diverso e inclusivo.

Mesmo em um ano de transição, com reflexos na rentabilidade do negócio, o GPA Brasil proforma alcançou receita líquida de 17,3 bilhões e margem EBITDA ajustada de 7%, com previsão de chegar de 8 a 9% em 2024. Isso demonstra que estamos no caminho para a consolidação de um negócio cada vez mais saudável com resultados sustentáveis.

O ano de 2023 se mostra como promissor, considerando o trabalho que já realizamos. Sabemos que ainda temos importantes obstáculos a vencer para alcançarmos a excelência no atendimento, reconquistar o(a) cliente premium e ampliar nossos resultados de maneira rentável e sustentável. Continuamos firmes em nossa missão de nos reconectar com a nossa essência e nosso compromisso com o propósito de alimentar sonhos e vidas!

Marcelo Pimentel

Diretor Presidente do GPA

Aviso / Disclaimer: As declarações contidas neste comunicado relativas à perspectiva dos negócios da Companhia, projeções de resultados operacionais / financeiros, potencial de crescimento da Empresa e relativas às estimativas de mercado e macroeconômicas constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas crenças, intenções e expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia. Estas expectativas são altamente dependentes de mudanças do mercado, do desempenho econômico geral do Brasil, da indústria e dos mercados internacionais e, portanto, estão sujeitas a mudanças.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Desempenho de Vendas

GPA BRASIL

Crescimento de venda mesmas lojas com evolução no número de clientes e aumento do tráfego em lojas

RECEITA BRUTA (R\$ milhões)	4T22/4T21		
	Vendas totais	Var. Total lojas	Var. Mesmas lojas ⁽³⁾
Pão de Açúcar	2.455	15,0%	6,7%
Mercado Extra / Compre Bem	1.694	15,5%	4,1%
Proximidade	729	23,5%	17,3%
Outros Negócios ⁽¹⁾	65	62,3%	n.d.
Novo GPA Brasil ex Postos	4.943	16,8%	7,3%
Postos	333	-28,8%	-28,4%
Novo GPA Brasil	5.277	12,3%	3,7%
Outros negócios ⁽¹⁾ - Descontinuados	38	-17,7%	n.d.
GPA Brasil⁽²⁾	5.315	-33,0%	3,7%

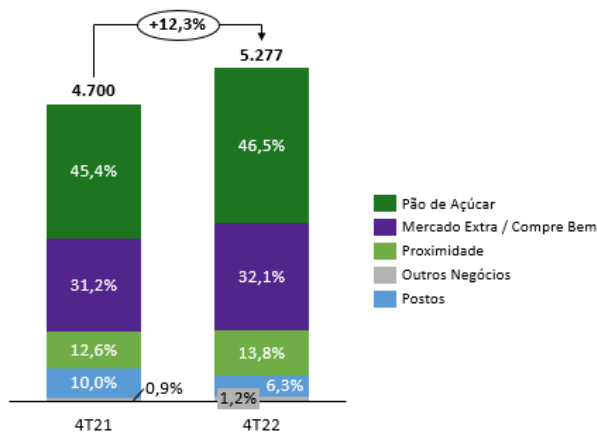
(1) Receitas provenientes principalmente do aluguel de galerias comerciais

(2) GPA Brasil não inclui o resultado de Stix Fidelidade, Cheftime e James Delivery

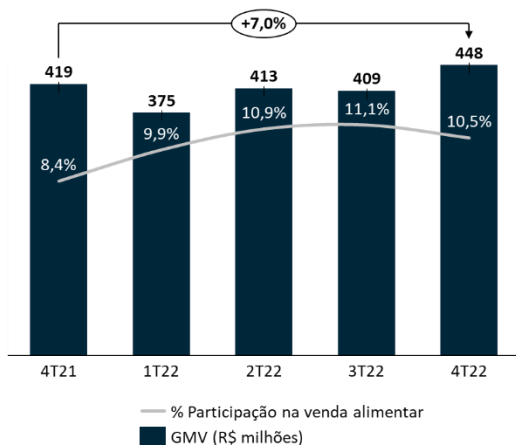
(3) Para refletir o efeito calendário foi reduzido 0,6 p.p. no 4T22

As vendas totais do Novo GPA Brasil atingiram R\$ 5,3 bilhões no 4T22 e, excluindo postos, R\$ 4,9 bilhões, resultando em um crescimento de 16,8%, impulsionado pelas lojas convertidas dos hipermercados e pela consistente retomada do fluxo de clientes nas lojas nos últimos trimestres. Em vendas mesmas lojas o crescimento foi de 7,3% vs. 4T21, mostrando também uma melhora sequencial vs. 3T22, que registrou venda mesmas lojas de 6,6%. **Na bandeira Pão de Açúcar**, nossas vendas mesmas lojas atingiu 6,7% no 4T22 (vs. 5,5% no 3T22), estimulada, principalmente, pelo avanço na estratégia de aumento da penetração de perecíveis, assim como pelo forte crescimento em mercearia básica. **No formato de Proximidade** seguimos com crescimento duplo dígito em mesmas lojas de 17,3%, explicado pelo aumento contínuo no fluxo das lojas de passagem e maior número de lojas atendendo os parceiros de *last miles*. Nas bandeiras *mainstream*, **Mercado Extra e Compre Bem**, o crescimento de vendas mesmas lojas foi de 4,1%, com melhora em relação ao 3T22 (+2,0% YoY), diante da evolução no crescimento da bandeira Mercado Extra. No 4T22, ainda tivemos impacto negativo na venda mesmas lojas de **postos** como consequência da conversão das lojas para atacarejo após a transação com o Assaí e, consequente, redução do fluxo de clientes no período que as lojas permaneceram fechadas para reformas, além da queda de 25% dos preços de combustíveis no 4T22 versus 4T21.

As vendas do formato proximidade ganharam 1,2 p.p. de representatividade vs. 4T21 (13,8% das vendas totais), seguida pela bandeira Pão de Açúcar que aumentou 1,1 p.p. vs. 4T21 (46,5% das vendas totais).



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



No e-commerce, nosso GMV foi de R\$ 448 milhões no 4T22, crescimento de 7,0% vs. 4T21, excluindo as vendas provenientes dos hipermercados no 4T21. Esse crescimento é explicado por uma série de melhorias, entre elas, o aumento dos pedidos com entrega no mesmo dia, ampliação das parcerias com plataformas externas, além de iniciativas para ganho de eficiência na operação e melhor experiência do cliente.

Os 6 pilares estratégicos do Novo GPA Brasil

Com base nos 6 pilares estratégicos da companhia, seguem abaixo os destaques do 4T22. Os pilares de Rentabilidade e ESG estão descritos dentro de suas respectivas seções.

Top-line: *roll-out* das novas diretrizes estratégicas em termos de sortimento, precificação e redução de ruptura

Em 2022 tivemos avanços relevantes em indicadores que sustentarão a aceleração do crescimento, sendo que no primeiro semestre de 2023 esperamos mais benefícios para a operação com o avanço dos projetos de revisão de sortimento, clusterização de lojas, *pricing* e gestão de categorias e estoques.

Em linha com as frentes de trabalho já em andamento, observamos melhorias em alguns importantes indicadores no trimestre:

- 60% das lojas Pão de Açúcar reformadas para o conceito G7;
- Redução do nosso nível de ruptura em 1,1 p.p. em relação ao 4T21;
- Aumento de 2,9 p.p. na participação de perecíveis na venda total vs. 4T21. Na bandeira Pão de Açúcar, avanço de 4,2 p.p. vs. 4T21, chegando a uma participação de 47,9% no ano de 2022.



No primeiro semestre de 2023, avançaremos com o *roll-out* dos projetos de revisão de sortimento, clusterização de lojas, *pricing* e gestão de categorias e estoques. Nos pilotos realizados durante o 4T22 atingimos resultados promissores e renovamos nossa confiança para o potencial na aceleração do crescimento das mesmas lojas, melhoras das rupturas e perdas, e, principalmente, beneficiando a experiência dos nossos clientes.

Também nesse trimestre continuamos o desenvolvimento do projeto *refresh*, que tem como objetivo melhorar a proposta de valor dos perecíveis fazendo a releitura do fluxo de mercadoria e exposição dos produtos em loja trazendo maior qualidade, variedade, frescor, disponibilidade de produtos expostos para o cliente e melhoria de rentabilidade com a redução da quebra. Esse projeto inclui também: i) a readequação de sortimento (um terço dessa readequação já foi finalizada, com previsão de conclusão total até o final do 1T23); e ii) o treinamento de colaboradores em loja – em andamento e previsto para ser finalizado também no 1T23. Com isso esperamos atingir nosso objetivo de aumentar cada vez mais nossa participação da categoria de perecíveis na venda total, chegando em 53%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Destacamos também a Stix, a plataforma de coalizão de fidelidade do GPA em sociedade com a Raia Drogasil que reúne as marcas Pão de Açúcar, Extra, Droga Raia e Drogasil, fechou 2022 com quatro milhões de clientes e a entrada de dois novos parceiros: Sodimac e Polishop. Em 2022, 91% dos clientes fizeram ativação do programa, sendo que

62% dos clientes utilizaram em dois ou mais parceiros. Foram 18,1 bilhões de pontos resgatados, dos quais 75% no GPA. Ressaltamos que 85% dos pontos resgatados no GPA foram utilizados como forma de pagamento (“Stix no caixa”) nas lojas, demonstrando o forte potencial de fidelização da plataforma.

NPS: maximizar a satisfação do cliente

Os clientes responderam de forma positivas os avanços no nosso plano estratégico, resultando em uma melhora relevante de 20 pontos no NPS global de nossas bandeiras na comparação 4T22 vs. 1T22.

Para mitigar os detratores do nosso NPS e melhorar a experiência de nossos clientes em nossas lojas, iniciamos um plano de ação completo para melhoria do nosso NPS, incluindo plano de redução de ruptura, treinamentos de polivalência e implementação de *self check-out*. No trimestre implementamos *self check-outs* em 48 lojas e ao final do 4T22 tínhamos *self check-outs* em 82% das lojas de supermercado e em 32% das lojas de proximidade.

Com essas iniciativas, na comparação com o início de 2022, observamos uma **evolução de 20 pontos em nosso NPS**, com ganhos significativos sendo observados nas duas principais bandeiras de supermercado do grupo: Pão de Açúcar e Mercado Extra.

Digital: ser a melhor experiência de compra nos canais próprios e ser o melhor parceiro e a melhor opção de compra nos *marketplaces*

Em 2022, o e-commerce apresentou crescimento de 15% vs. 2021, com melhoras significativas no nível de serviço

Somos líderes de *delivery* alimentar do Brasil, com R\$ 1,7 bilhão em vendas em 2022, sendo 50% destas realizadas em nosso e-commerce próprio (1P). Temos mais de 600 lojas com operação digital, mais de 130 *start-ups* trabalhando no ecossistema do GPA e aproximadamente 30 milhões de clientes cadastrados em nossa base. Além disso, 85% das nossas vendas são identificadas e aproximadamente 70% das nossas vendas são entregues no mesmo dia (*same-day delivery*).

Para sustentar nosso crescimento digital estamos focados: i) no aumento de sortimento, principalmente em perecíveis; ii) na maior disponibilidade de horários para entrega; e iii) na entrega rápida. Em linha com essas iniciativas, no 4T22 tivemos como destaque:

- Entrega a partir de 60 minutos (“Pra Já”) disponível em 200 lojas;
- Melhoria da entrega no mesmo dia de 40% para 70% dos pedidos em 2022;
- Aceleração da operação *express* (até 30 minutos) com o iFood presente em 62 das lojas de proximidade;
- Ampliação da parceria com a Magazine Luiza e entrada das operações com a Shopee e iFood Shopping;
- Aumento de 274 mil usuários ativos mensais no App entre o 4T22 e 3T22, atingindo 1,2 milhão de usuários ativos mensais.

Expansão: 300 novas lojas com foco no aumento da capilaridade das bandeiras de proximidade

Em 2022, inauguramos 72 lojas, sendo 39 novas lojas no 4T22. Para 2023 esperamos abrir mais de 110 lojas

Para a bandeira Minuto Pão de Açúcar, que já possui o formato maduro e com maior potencial de capilaridade, nosso plano de expansão prevê o adensamento da cidade de São Paulo e região metropolitana em regiões mais verticalizadas. São pontos de alta qualidade, com rápida maturação e performance, além de serem focados no público A/B.

Na bandeira Pão de Açúcar nossa estratégia de expansão captura cidades com alto potencial *premium* não aproveitado, além da priorização de regiões com forte presença da marca, com foco na captura de potencial em

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

grandes centros no interior do estado de São Paulo e em alguns polos do Nordeste. Nosso plano de expansão prevê a abertura de 300 novas lojas até 2024, sendo 50 do formato de supermercados e 250 no formato de proximidade.

No 4T22 realizamos a **abertura de 29 novas lojas da bandeira Minuto Pão de Açúcar e 4 da bandeira Pão de Açúcar**, além de **6 aberturas da bandeira Mini Extra**, totalizando 39 novas lojas no trimestre, finalizando 2022 com 72 novas lojas. Para 2023 já temos 55 projetos aprovados (aproximadamente 50% do *pipeline* previsto para o ano) e outras 58 em fase de aprovação.

Com relação às reformas Pão de Açúcar para o modelo G7, **reformamos 24 lojas no 4T22**. Do parque atual de lojas temos 60% no modelo G7 e, dado a maior participação de peregríveis nesse modelo, essas lojas apresentam venda e margem superiores às lojas não reformadas. A previsão é de que até o final de 2023 teremos a totalidade do parque reformado.

As novas lojas Pão de Açúcar nascem já com o conceito G7, com uma experiência de consumo e fluxo de clientes totalmente revitalizados, a partir de quatro pilares: Experimental, Exclusivo, Social e Fluído. As lojas G7 prezam pela integração digital ao processo de compra, seguindo o compromisso de serem cada vez mais multicanais, oferecendo ao cliente a escolha de comprar onde e como preferir, seja nas lojas, no site ou no aplicativo Pão de Açúcar Mais, que oferece descontos exclusivos e personalizados, que podem ser ativados no momento da compra.

Já as novas lojas do Minuto Pão de Açúcar nascem com o objetivo de serem uma extensão da dispensa dos nossos clientes e se diferenciam pela experiência de compra completa, que permite aos moradores do bairro resolverem todas as necessidades e desejos a qualquer momento do dia, seja através da loja física ou dos canais digitais. O modelo privilegia a relação humana, criando um vínculo de afinidade com os nossos clientes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

GRUPO ÉXITO

Sexto trimestre consecutivo de crescimento duplo dígito com forte desempenho de vendas nos três países de atuação

RECEITA BRUTA (R\$ milhões)	4T22/4T21			
	Vendas totais	% Total lojas	% Total lojas Câmbio constante	Mesmas lojas ⁽¹⁾ Câmbio constante
Grupo Éxito	7.846	-6,8%	17,9%	16,3%
Colômbia	5.621	-12,2%	12,7%	12,1%
Uruguai	1.558	21,2%	14,8%	13,7%
Argentina	668	-8,9%	113,0%	95,0%

(1) Desempenho no conceito mesmas lojas considera o crescimento em câmbio constante. Para refletir o efeito calendário, no 4T22 foi adicionado -0,3 p.p. no Grupo Éxito (-0,5 p.p. na Colômbia, -0,4 p.p. no Uruguai e 1,1 p.p. na Argentina)

O Grupo Éxito apresentou um sólido desempenho de vendas no 4T22, atingindo o sexto trimestre consecutivo com crescimento duplo dígito na venda mesmas lojas em câmbio constante, alcançando 16,3% no 4T22. A receita bruta, após a conversão para Reais, totalizou R\$ 7,8 bilhões no trimestre e apresentou retração no **total lojas de -6,8% YoY**, explicada pelo forte impacto da depreciação do peso colombiano vs. o real no período (-22%).

COLÔMBIA

Apesar da forte base de comparação com o 4T21, que foi beneficiada por uma data especial a mais (*non-VAT days*), o crescimento acima da inflação no trimestre foi impulsionado, principalmente, pela tendência positiva na categoria de alimentos. **Nas vendas mesmas lojas o crescimento foi de 12,1%** vs. o mesmo período do ano anterior. Destaque para o sólido desempenho do negócio de *cash & carry* no trimestre. A **participação das vendas omnichannel no país cresceram 0,5 p.p.** vs. 4T21 e permaneceram em linha vs. 3T22, atingindo 11,9%.

URUGUAI

Crescimento significativo das lojas Fresh Market (+17,2% YoY), com alta participação nas vendas (52,9%). As **vendas mesmas lojas cresceram 13,7%** no trimestre.

ARGENTINA

Crescimento das vendas acima da inflação (que foi de aproximadamente 76% no trimestre) é reflexo aumento do tráfego em lojas, bom desempenho das galerias comerciais e consolidação do negócio de *real estate* no país.

Para maiores informações sobre o resultado do Grupo Éxito, segue link para os resultados divulgados: <https://www.grupoexito.com.co/en/financial-information>

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Desempenho Financeiro

GPA BRASIL

Temos duas visões para o resultado do GPA Brasil, para melhor análise dos nossos negócios: a visão contábil e a visão pro forma. Na aplicação do IFRS5/CPC 31 “Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada”, relacionadas com a operação de hipermercados, certas despesas registradas no Lucro Bruto, Despesas com Vendas e Gerais e Administrativas não podem ser reclassificadas para o lucro líquido das operações descontinuadas no contábil por serem somente parcialmente relacionadas às operações descontinuadas. Desta forma, este rateio foi efetuado somente para fins de “pro forma” e deverá cessar à medida que as despesas atingirem seu novo nível recorrente.

GPA BRASIL¹

R\$ milhões, exceto quando indicado	GPA Brasil ⁽¹⁾					
	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Receita Bruta	5.277	4.700	12,3%	18.452	17.317	6,6%
Receita Líquida	4.883	4.401	10,9%	17.250	16.228	6,3%
Lucro Bruto	1.090	1.179	-7,5%	4.228	4.297	-1,6%
Margem Bruta	22,3%	26,8%	-4,5 p.p.	24,5%	26,5%	-2,0 p.p.
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(830)	(887)	-6,5%	(3.208)	(3.126)	2,6%
% da Receita Líquida	17,0%	20,2%	-3,2 p.p.	18,6%	19,3%	-0,7 p.p.
Resultado da Equiv. Patrimonial	10	6	48,6%	44	47	-7,6%
EBITDA Ajustado ⁽²⁾	296	325	-8,9%	1.160	1.350	-14,1%
Margem EBITDA Ajustada ⁽²⁾	6,1%	7,4%	-1,3 p.p.	6,7%	8,3%	-1,6 p.p.

(1) GPA Brasil não inclui o resultado de outros negócios (Stix Fidelidade, Cheftime e James Delivery)

(2) Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização. Ajustado pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais

GPA BRASIL¹ – PRO FORMA

R\$ milhões, exceto quando indicado	GPA Brasil ⁽¹⁾					
	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Receita Bruta	5.277	4.700	12,3%	18.452	17.317	6,6%
Receita Líquida	4.883	4.401	10,9%	17.250	16.228	6,3%
Lucro Bruto	1.090	1.178	-7,5%	4.247	4.291	-1,0%
Margem Bruta	22,3%	26,8%	-4,5 p.p.	24,6%	26,4%	-1,8 p.p.
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(830)	(845)	-1,8%	(3.192)	(3.049)	4,7%
% da Receita Líquida	17,0%	19,2%	-2,2 p.p.	18,5%	18,8%	-0,3 p.p.
Resultado da Equiv. Patrimonial	10	6	48,6%	44	47	-7,6%
EBITDA Ajustado ⁽²⁾	297	368	-19,4%	1.200	1.427	-15,9%
Margem EBITDA Ajustada ⁽²⁾	6,1%	8,4%	-2,3 p.p.	7,0%	8,8%	-1,8 p.p.

(1) GPA Brasil não inclui o resultado de outros negócios (Stix Fidelidade, Cheftime e James Delivery)

(2) Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização. Ajustado pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais

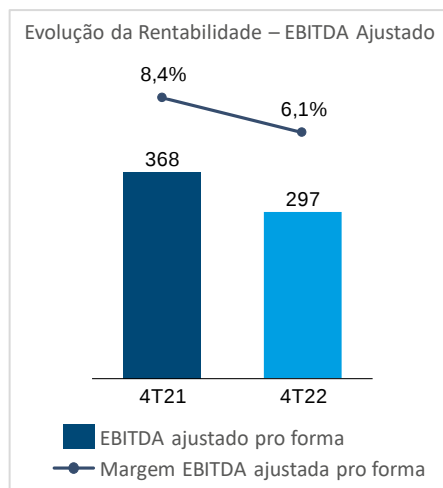
O **Lucro Bruto** do GPA Brasil totalizou R\$ 1,1 bilhão no trimestre com margem de 22,3%, retração de 4,5 p.p. na comparação com o 4T21, principalmente explicada pela alta inflação de alimentos de dois dígitos com impacto nos custos de mercadorias, de mão de obra transformadora de mercadorias e do custo de transporte para abastecimento das lojas, somada ao não repasse no preço de venda da totalidade da inflação do período.

As **Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas** totalizaram R\$ 830 milhões no trimestre, diminuição de 1,8% quando comparado com o mesmo período de 2021. Em relação à receita líquida, representaram 17,0%, uma diluição

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

de 2,2 p.p. vs. 4T21. Essa diluição se concentra na linha de despesas gerais e administrativas com a reestruturação realizada na sede após a transação dos hipermercados e em eficiências capturadas em despesas de operação. Com isso reduzimos o percentual das despesas gerais e administrativas/receita líquida de 3,5% no 4T21 para 2,8% no 4T22 e mantemos o foco para continuar essa diluição com base nos projetos em andamento. No ano de 2022, as despesas com vendas gerais e administrativas totalizaram R\$ 3,2 bilhões, atingindo 18,5% da receita líquida.

A **Equivalência Patrimonial** totalizou R\$ 10 milhões no 4T22, aumento de 48,6% vs. 4T21, refletindo o aumento de receita das operações da FIC no período. No ano de 2022 a equivalência patrimonial foi de R\$ 44 milhões.



Como resultado dos efeitos mencionados acima, o **EBITDA Ajustado** do GPA Brasil foi de R\$ 297 milhões e margem EBITDA ajustada de 6,1%, com redução de 2,3 p.p. vs. 4T21 e em linha em relação ao 3T22. Em 2022, o EBITDA Ajustado do GPA Brasil foi de R\$ 1,2 bilhão e margem EBITDA ajustada de 7,0%. O GPA Brasil continua seu processo de recuperação de rentabilidade focado em três linhas principais do resultado:

1) Margem comercial com foco em três iniciativas:

- Negociações com fornecedores baseada: (i) na revisão do sortimento e participação estratégica das categorias nas lojas; (ii) no aumento da contribuição no custo de abastecimento entre CDs e lojas; e (iii) na revisão das verbas de crescimento diante do plano de expansão de novas lojas;
- Aumento de participação de perecíveis, com o objetivo do incremento de penetração na marca Pão de Açúcar de 48% para 53%;
- Melhor equilíbrio do mix promocional, com redução do *promoshare* e utilização crescente de inteligência de dados para personificação de ofertas.

2) Redução da quebra com revisão total do processo de gestão de mercadorias e de definição do sortimento

- Revisão do sortimento alinhada com a jornada de compra dos clientes resultando em aumento do giro do estoque;
- Aprimoramento do abastecimento com redução do pedido mínimo alinhado ao sortimento e cluster das lojas;
- Organização e liderança com times dedicados para a gestão de mercadorias dentro da loja;
- Processos nas lojas suportado por treinamentos técnicos para a gestão de perecíveis, equipamentos de segurança para evitar furtos e reforço nos inventários rotativos para garantir fiabilidade dos estoques.

3) Despesas:

- Readequação da estrutura da sede/TI/CDs pós-transação dos hipermercados, com *resizing* dos times no escopo corporativo (100% já concluído) e redução de tamanho de 4 CDs;
- Produtividade com novas tecnologias, abrangendo treinamento de polivalência em loja e *roll-out* dos *self check-outs* no formato de supermercado;
- Orçamento base zero, que engloba todas as despesas operacionais;
- Diluição por expansão, através da abertura de 300 novas lojas de supermercado e proximidade de 2022 até 2024.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

GRUPO ÉXITO (Pré-IFRS 5)

R\$ milhões, exceto quando indicado (Pré-IFRS 5)	Grupo Éxito					
	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Receita Bruta	7.846	8.419	-6,8%	28.337	27.264	3,9%
Receita Líquida	6.959	7.541	-7,7%	25.176	24.357	3,4%
Lucro Bruto	1.770	2.001	-11,6%	6.387	6.291	1,5%
Margem Bruta	25,4%	26,5%	-1,1 p.p.	25,4%	25,8%	-0,4 p.p.
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(1.189)	(1.216)	-2,3%	(4.493)	(4.263)	5,4%
% da Receita Líquida	17,1%	16,1%	1,0 p.p.	17,8%	17,5%	0,3 p.p.
Resultado da Equiv. Patrimonial	(7)	(12)	-41,7%	(42)	10	-506,6%
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	599	802	-25,3%	1.959	2.153	-9,0%
Margem EBITDA Ajustada ⁽¹⁾	8,6%	10,6%	-2,0 p.p.	7,8%	8,8%	-1,0 p.p.

(1) Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização. Ajustado pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais

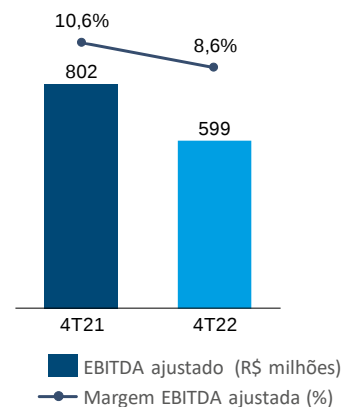
O **Lucro Bruto** do Grupo Éxito no 4T22 totalizou R\$ 1,8 bilhão (-11,6% YoY) com margem de 25,4%, 1,1 p.p. inferior vs. 4T21, o impacto observado pode ser explicado por efeito pontual no trimestre, aproximadamente, 1p.p. explicado por efeito pontual no trimestre, com o ajuste do saldo de estoque.

As **Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas** totalizaram R\$ 1,2 bilhão no 4T22, representando 17,1% da receita líquida, aumento de 1,0 p.p. vs. o mesmo período de 2021 devido, principalmente, ao aumento dos níveis de inflação nos três países de atuação.

A **Equivalência Patrimonial** totalizou um prejuízo de R\$ 7 milhões no 4T22, que reflete o resultado da participação de 50% detida em Pontos Colombia e na financeira Tuya, com maior nível de provisão no trimestre (ambas *joint venture* com Bancolombia).

O **EBITDA Ajustado** do 4T22 totalizou R\$ 599 milhões, retração de 25,3% comparado ao 4T21. A margem EBITDA ajustada recuou 2,0 p.p. na comparação com o mesmo período do ano anterior, atingindo 8,6%, devido aos impactos mencionados acima.

Evolução da Rentabilidade – EBITDA Ajustado



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS CONSOLIDADO**

No trimestre as Outras Receitas e Despesas atingiram R\$ (315) milhões impactadas, principalmente, por elementos excepcionais que totalizaram R\$ (284) milhões e R\$ (31) milhões relacionados, principalmente, a contingências. Abaixo o destaque dos elementos excepcionais ocorridos no trimestre:

- (i) R\$ (132) milhões relacionado a reavaliação de contingências possíveis de ICMS. Em outubro de 2022, o STF não recebeu recurso no qual se discutia o direito ao crédito de ICMS sobre energia elétrica de setores essenciais e produtivos da operação. Após essa decisão, a Companhia reavaliou os casos nos quais se discute o mesmo tema;
- (ii) R\$ (99) milhões referente a complemento do saldo de provisões para demandas trabalhistas, com o incremento relacionado a atualização de premissas considerando o valor das condenações mais recentes. Adicionalmente, ressaltamos que, apesar da complementação do saldo, foi observada tendência de queda de novas ações trabalhistas desde o 3T22; e
- (iii) R\$ (53) milhões referente a despesas com reestruturação e projeto de *resizing* da sede e lojas.

RESULTADO FINANCEIRO CONSOLIDADO

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ milhões)	Consolidado					
	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Receitas financeiras	306	91	236,4%	762	274	177,7%
Despesas financeiras	(269)	(202)	33,0%	(1.119)	(580)	93,0%
Custo da dívida	(202)	(170)	18,6%	(863)	(441)	95,6%
Custo de antecipação de recebíveis	(19)	(1)	1989,4%	(54)	(2)	2680,0%
Outras despesas financeiras	(44)	(31)	39,8%	(195)	(136)	43,4%
Variação cambial líquida	(4)	0	-1806,2%	(8)	(1)	931,6%
Resultado Financeiro Líquido	37	(111)	-133,2%	(357)	(305)	16,9%
% Receita Líquida	0,8%	-2,5%	3,3 p.p.	-2,1%	-1,9%	-0,2 p.p.
Juros sobre passivo de arrendamento	(109)	(83)	30,5%	(393)	(317)	23,9%
Resultado Financeiro Líquido - Pós IFRS 16	(72)	(195)	-63,1%	(750)	(622)	20,5%
% Receita Líquida - Pós IFRS 16	-1,5%	-4,4%	2,9 p.p.	-4,3%	-3,8%	-0,5 p.p.

No 4T22, o resultado financeiro líquido do GPA Consolidado totalizou R\$ 37 milhões no trimestre, equivalente a 0,8% da receita líquida (vs. -2,5% no 4T21). Incluindo os juros sobre o passivo de arrendamento, o montante alcançou R\$ (72) milhões, representando -1,5% da receita líquida. No 4T22, as receitas financeiras foram impactadas por efeito excepcional de R\$ 186 milhões, referente a atualização de créditos fiscais. Excluindo essa excepcionalidade, o resultado financeiro seria R\$ (258) milhões.

As principais variações no resultado financeiro do trimestre foram:

- Receitas financeiras totalizaram R\$ 306 milhões e R\$ 120 milhões excluindo os efeitos excepcionais (vs. R\$ 91 milhões no 4T21), explicadas principalmente pela correção monetária relacionada a cessão do Extra Hiper.
- Despesas financeiras (incluindo custo de antecipação de recebíveis): apresenta variação de R\$ (67) milhões (R\$ (269) milhões vs. R\$ (202) milhões) devido ao maior custo de dívida em função do aumento do CDI no período.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DÍVIDA LÍQUIDA

ENDIVIDAMENTO (R\$ milhões)	Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
Dívida de Curto Prazo	(1.001)	(1.470)
Empréstimos e Financiamentos	(980)	(381)
Debêntures	(21)	(1.089)
Dívida de Longo Prazo	(4.861)	(7.582)
Empréstimos e Financiamentos	(2.204)	(4.058)
Debêntures	(2.657)	(3.524)
Total da Dívida Bruta	(5.862)	(9.051)
Caixa e Aplicações Financeiras	3.752	8.274
Dívida Líquida	(2.110)	(778)
Carteira de Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados	84	80
Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados	(2.027)	(698)
EBITDA Ajustado	897	1.162
Dívida Líquida incluindo Recebíveis de Cartão de Crédito não antecipados / EBITDA Ajustado⁽¹⁾	-2,3x	-0,6x

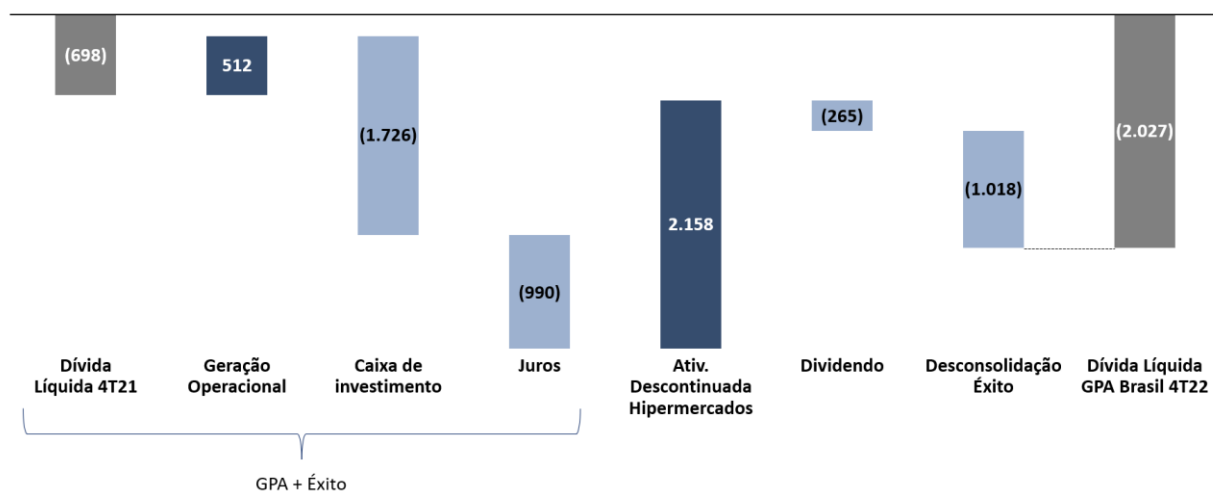
(1) EBITDA Ajustado pós-IFRS 16, acumulado últimos 12 meses

Cabe ressaltar, que a dívida líquida do GPA consolidada considera, a partir do 4T22, as operações continuadas Brasil, excluindo, portanto, as operações do Grupo Éxito que estão consideradas como operações descontinuadas.

A dívida líquida incluindo o saldo total de recebíveis não antecipados no GPA Brasil alcançou R\$ (2,0) bilhões, demonstrando sólida situação financeira, com alavancagem de 2,3x no 4T22. A posição de caixa do fim do trimestre foi de R\$ 3,8 bilhões, 3,8x a dívida de curto prazo da companhia.

Nos últimos 12 meses o GPA Brasil mais Grupo Éxito geraram fluxo de caixa operacional de R\$ 0,6 bilhão. No perímetro descontinuado Hipermercados, apresentou variação positiva de R\$ 2,2 bilhões, devido, principalmente, a antecipação de recebíveis da venda dos hipermercados em linha com a estratégia de redução da alavancagem financeira da Companhia. Adicionalmente, para cálculo da dívida líquida do perímetro Brasil, realizamos a desconsolidação do caixa e dívida bruta do Éxito.

Evolução da dívida líquida Pro Forma (R\$ milhões)



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

INVESTIMENTOS

(R\$ milhões)	Consolidado					
	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Novas Lojas e Aquisição de Terrenos	115	34	243,4%	208	79	164,0%
Reformas, Conversões e Manutenções	109	107	1,5%	541	356	51,9%
TI, Digital e Logística	95	14	589,4%	369	295	25,3%
Total Investimentos GPA Brasil	319	154	106,7%	1.118	730	53,2%
Total Investimentos Grupo Éxito (Pré-IFRS 5)	191	203	-5,9%	507	539	-5,9%
Total Investimentos Consolidado (Éxito Pré-IFRS 5)	509	357	42,8%	1.625	1.269	28,1%

O Capex totalizou R\$ 509 milhões no 4T22, sendo R\$ 319 milhões no Brasil e R\$ 191 milhões no Grupo Éxito. No Brasil, o foco continua sendo o plano de expansão para inauguração de 300 novas lojas até 2024. Além disso, continuamos as reformas para o ajuste de portfólio da bandeira Pão de Açúcar para o nosso último modelo G7 e realizamos investimentos em TI, digital e logística visando, principalmente, o aumento da nossa penetração no e-commerce. No Grupo Éxito, cerca de 71% em moeda local foi destinado às atividades de expansão, inovação, omnicanal e transformação digital no período, e o restante, à manutenção e suporte de estruturas operacionais, atualização de sistemas de TI e logística.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ESG NO GPA

Agenda com e pela sociedade e o meio ambiente

A partir da nossa estratégia de sustentabilidade e dos pilares de atuação do GPA, seguem os principais destaques do 4T22:

GPA BRASIL

- Promoção da diversidade e inclusão:** No 4T22, superamos a meta de mulheres em cargos de liderança (gerência e acima) estabelecida para o ano em 0,8 p.p., alcançando 38,3%, em linha com o compromisso de 40% em 2025 e encerramos mais uma turma do Programa de Liderança Feminina que, desde seu início - em 2019, já formou mais de 700 mulheres, sendo que 20% já foram promovidas. Reforçando nosso compromisso com a equidade racial, lançamos mais uma turma do Programa de Estágio para Negros e Negras com mais de 20 vagas afirmativas para diferentes áreas de negócio;
- Combate às mudanças climáticas:** no âmbito de redução de emissões de gases de efeito estufa (escopo 1 e 2), atingimos 97% da energia de média tensão consumida nas lojas proveniente de fontes renováveis (Mercado Livre), em linha com a meta de alcançar 100% em 2024, e reduzimos nossas emissões (escopo 1 e 2) em mais de 40%, em comparação ao ano base 2015, adiantando nossa meta prevista para 2030, a partir dos esforços de substituição de gases mais poluentes por menos poluentes e de manutenções nos equipamentos;
- Transformação na cadeia de valor:** Em linha com nosso compromisso público de alcançar 100% das vendas de nossos ovos de Marcas Exclusivas provenientes de criação de galinhas livres de gaiolas até 2025 e de todas as marcas em 2028, superamos as metas anuais estabelecidas, finalizando o 4T22 com 51,9% de vendas de ovos de Marcas Exclusivas sendo de galinhas livres de gaiola, e 40,2% de venda de ovos de todas as marcas também de galinhas livres de gaiola. Para reforçar nosso compromisso com a preservação da biodiversidade, lançamos também nesse trimestre, nossa Política Socioambiental de Compras de Pescados que define as diretrizes das relações comerciais, do monitoramento dos(as) fornecedores(as) e de espécies, bem como regras de inspeção de espécies sob risco de extinção;
- Impacto social e promoção de oportunidades:** Fechamos o 4T22 com mais de 4,2 milhões de refeições complementadas a partir da doação de frutas, verduras e legumes que não estão esteticamente atrativas para a venda, mas em condições de consumo para bancos de alimentos e organizações sociais parceiras. Além disso, por meio das campanhas de arrecadação em loja, foram mais de 2 mil toneladas de alimentos doadas para mais de 130 organizações sociais parceiras do Instituto GPA em todo o Brasil. Finalizamos a 5ª turma de 2022 do projeto Mãos na Massa com a formação durante o ano de 80 alunos em cursos básicos de padaria e confeitaria, contribuindo com o ingresso no mercado de trabalho;
- Compromisso com Ética e Transparência:** Evoluímos nossa participação nos diferentes índices de mercado, aprimorando nossa pontuação e nos mantendo na Carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE-B3) e também do Índice de Carbono Eficiente (ICO2-B3).

GRUPO ÉXITO

- Zero desnutrição:** 60.046 crianças beneficiadas em 2022 nos programas da Fundação Éxito ligados ao combate à desnutrição infantil crônica de crianças até 5 anos. Esse número de beneficiados teve um aumento de cerca de 32% entre o 3T22 e o 4T22, ultrapassando o objetivo do 60 mil de crianças atendidas em 2022. Foram mais de 200 mil cestas básicas entregues em 2022;
- Comércio sustentável:** alcançamos 88% dos fornecedores de Frutas e Verduras provenientes de produção na Colômbia;
- Meu planeta:** O volume de reciclagem de fundo de loja alcançou 20.517 toneladas de materiais recicláveis coletados em 2022. Em relação ao volume de reciclagem das estações de reciclagem (resíduos depositados por clientes), o volume ultrapassou cerca de 986 toneladas de resíduos reciclados pós-consumo em 2022, superando a meta de 879 toneladas. Esses resíduos, além de serem reciclados, são fonte de recursos para os projetos da Fundação Éxito.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**MOVIMENTAÇÃO DE LOJAS POR BANDEIRAS**

No 4T22 abrimos 29 novas lojas do formato Minuto Pão de Açúcar, 4 do formato Pão de Açúcar e 6 novas lojas da bandeira Mini Extra, dando continuidade ao nosso plano de expansão que prevê 300 novas lojas até 2024. Finalizamos o ano de 2022 com 72 novas lojas inauguradas. No Grupo Éxito fechamos 4 lojas para conversão na Colômbia e abrimos 5 lojas convertidas no país: 4 para o modelo Carulla Fresh Market e 1 para o modelo Surtimax, além da abertura de 8 novas lojas orgânicas: 4 do modelo Surtimayorista, 2 Surtimax e 2 lojas Éxito. No Uruguai foram abertas 5 novas lojas da bandeira Devoto e na Argentina tivemos 4 aberturas da bandeira Mayorista.

	3T22	4T22					
	Nº de lojas	Abertas	Abertas por conversão	Fechadas	Fechadas para conversão	Nº de lojas	Área de vendas m² (mil)
GPA Brasil	699	39	1	-3	-1	735	640
Pão de Açúcar	190	4	0	0	0	194	272
Mercado Extra	153	0	1	0	0	154	188
Compre Bem	30	0	0	0	-1	29	38
Mini Extra	141	6	0	-1	0	146	36
Minuto Pão de Açúcar	106	29	0	0	0	135	34
Postos de combustíveis	74	0	0	0	0	74	58
Lojas em Conversão / Análise	5	0	0	-2	0	3	14
Grupo Éxito	602	17	5	-1	-4	619	1.040
Colômbia	483	8	5	0	-4	492	843
Uruguai	90	5	0	-1	0	94	92
Argentina	29	4	0	0	0	33	105
Total Grupo	1.301	56	6	-4	-5	1.354	1.681

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Balanco Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL						
(R\$ milhões)	ATIVO					
	Consolidado ⁽¹⁾		GPA Brasil ⁽¹⁾		Grupo Éxito	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Ativo Circulante	28.559	17.873	7.632	9.899	20.809	7.871
Caixas e Equivalentes de Caixa	3.752	8.274	3.708	4.706	0	3.492
Contas a Receber	417	831	352	340	0	484
Cartões de Crédito	84	79	83	79	0	0
Tickets de vendas e duplicatas a receber	293	722	229	198	0	517
Provisão para Devedores Duvidosos	(2)	(35)	(2)	(0)	0,00	(35)
Provenientes de Acordos Comerciais	42	65	42	63	0	2
Estoques	2.046	5.257	2.046	2.340	0	2.916
Tributos a Recuperar	1.114	1.743	1.113	1.108	0	634
Ativos Disponíveis para Venda	20.843	1.187	34	1.153	20.809	34
Despesas Antecipadas e Outras Contas a Receber	387	581	378	252	0	311
Ativo Não Circulante	15.281	31.570	15.204	13.794	0	17.694
Realizável a Longo Prazo	5.618	4.966	5.604	4.731	0	261
Contas a Receber	0	1	0	1	0	0
Cartões de Crédito	0	1	0	1	0	0
Tributos a Recuperar	2.808	2.410	2.808	2.410	0	0
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	922	581	909	567	0	0
Partes Relacionadas	301	517	301	447	0	111
Depósitos para Recursos Judiciais	759	731	759	730	0	0
Despesas Antecipadas e Outros	828	725	828	575	0	150
Investimentos	833	1.253	833	791	0	463
Propriedades para Investimento	0	3.254	0	0	0	3.254
Imobilizado	6.844	16.344	6.843	6.332	0	10.004
Intangível	1.986	5.753	1.924	1.941	0	3.711
TOTAL DO ATIVO	43.840	49.443	22.836	23.693	20.809	25.565

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Balanco Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL						
(R\$ milhões)	PASSIVO					
	Consolidado ⁽¹⁾		GPA Brasil ⁽¹⁾		Grupo Éxito	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Passivo Circulante	17.747	16.550	6.314	7.528	11.260	8.852
Fornecedores	3.123	10.078	3.109	3.715	0	6.330
Empréstimos e Financiamentos	980	381	980	154	0	227
Debêntures	21	1.089	21	1.089	0	0
Passivo de Arrendamento	490	895	489	547	0	347
Salário e Encargos Sociais	294	809	284	413	0	382
Impostos e Contribuições a Recolher	364	581	363	303	0	276
Financiamento Compra de Imóveis	112	182	112	84	0	98
Partes Relacionadas	335	370	329	258	0	90
Propaganda	14	27	14	26	0	0
Provisão para Reestruturação	11	122	11	118	0	4
Receitas a apropriar	156	383	27	46	0	243
Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	11.487	62	227	62	11.260	0
Outros	360	1.571	347	711	0	855
Passivo Não Circulante	12.359	16.512	12.358	12.469	0	4.040
Empréstimos e Financiamentos	2.204	4.059	2.204	3.039	0	1.020
Debêntures	2.657	3.524	2.657	3.524	0	0
Passivo de Arrendamento	3.547	5.223	3.546	3.339	0	1.883
Financiamento por compra de ativos	0	68	0	0	0	68
Partes Relacionadas	23	96	23	96	0	0
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1	935	0	6	0	927
Impostos Parcelados	55	153	55	148	0	5
Provisão para Demandas Judiciais	2.629	1.442	2.629	1.333	0	109
Receitas a apropriar	97	65	97	65	0	0
Provisão para perda de investimento em associadas	863	689	863	689	0	0
Outros	283	259	285	231	0	28
Patrimônio Líquido	13.733	16.381	4.164	3.696	9.548	12.673
Atribuído aos Acionistas Controladores	11.545	13.650	4.164	3.696	7.363	9.943
Capital Social	5.861	5.859	5.861	5.859	0	0
Reservas de Capital	318	291	318	291	0	0
Reservas de Lucro	7.118	6.925	-263	(3.029)	9.414	10.973
Outros resultados Abrangentes no Patrimônio	(1.752)	574	(1.752)	574	(2.051)	(1.031)
Participação de Acionistas não Controladores	2.188	2.731	0	0	2.185	2.730
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	43.839	49.443	22.836	23.693	20.809	25.565

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO – 4º TRIMESTRE DE 2022

R\$ Milhões	Consolidado ⁽¹⁾			GPA Brasil			Grupo Êxito		
	4T22	4T21	Δ	4T22	4T21	Δ	4T22	4T21	Δ
Receita Bruta	13.141	13.144	0,0%	5.277	4.700	12,3%	7.846	8.419	-6,8%
Receita Líquida	11.859	11.966	-0,9%	4.883	4.401	10,9%	6.959	7.541	-7,7%
Custo das Mercadorias Vendidas	(8.931)	(8.706)	2,6%	(3.767)	(3.195)	17,9%	(5.165)	(5.511)	-6,3%
Depreciação (Logística)	(52)	(57)	-8,8%	(27)	(28)	-2,6%	(25)	(29)	-14,7%
Lucro Bruto	2.876	3.203	-10,2%	1.090	1.179	-7,5%	1.770	2.001	-11,6%
Despesas com Vendas	(1.597)	(1.676)	-4,7%	(693)	(734)	-5,6%	(895)	(930)	-3,7%
Despesas Gerais e Administrativas	(444)	(455)	-2,5%	(137)	(153)	-10,6%	(293)	(286)	2,4%
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(2.041)	(2.131)	-4,2%	(830)	(887)	-6,5%	(1.189)	(1.216)	-2,3%
Resultado da Equiv. Patrimonial ⁽²⁾	(52)	(11)	378,0%	10	6	48,6%	(7)	(12)	-41,7%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(486)	(107)	355,3%	(303)	(28)	963,5%	(171)	(78)	119,4%
Depreciação e Amortização	(412)	(409)	0,7%	(240)	(205)	17,2%	(167)	(200)	-16,5%
EBIT - Lucro operac. antes do result. financeiro e impostos	(114)	545	-121,0%	(273)	65	-521,1%	236	494	-52,3%
Receitas Financeiras	340	168	102,1%	304	95	220,8%	35	72	-51,3%
Despesas Financeiras	(565)	(449)	25,8%	(376)	(289)	30,3%	(188)	(158)	18,9%
Resultado Financeiro Líquido	(225)	(281)	-19,9%	(72)	(194)	-62,8%	(153)	(86)	77,3%
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes I.R.	(340)	264	-228,7%	(345)	(129)	167,0%	82	408	-79,8%
Imposto de Renda	(198)	237	-183,8%	150	430	-65,1%	(348)	(191)	82,8%
Lucro (Prejuízo) Líquido Companhia - operações em continuidade	(538)	501	-207,5%	(195)	301	-164,8%	(266)	217	-222,6%
Lucro (Prejuízo) Líquido Companhia - operações descontinuadas	(523)	341	-253,2%	(523)	341	-253,2%	0	0	-100,0%
Lucro Líquido Companhia Consolidado	(1.061)	842	-226,0%	(718)	642	-211,8%	(266)	217	-222,6%
Lucro (Prejuízo) Líquido dos Acionistas Controladores - op. em continuidade⁽³⁾	(579)	435	-233,1%	(195)	301	-164,8%	(307)	153	-300,1%
Lucro (Prejuízo) dos Acionistas Controladores - op. descontinuadas ⁽³⁾	(523)	341	-253,2%	(523)	341	-253,2%	0	0	-100,0%
Lucro (Prejuízo) dos Acionistas Controladores Consolidado⁽³⁾	(1.102)	777	-241,9%	(718)	642	-211,8%	(307)	153	-300,1%
Participação de Acionistas Não Controladores - op. em continuidade	41	65	-37,0%	0	0	-	41	64	-35,4%
Participação de Acionistas Não Controladores - op. descontinuadas	0	0	-100,0%	0	0	-	0	0	-100,0%
Participação de Acionistas Não Controladores Consolidado	41	65	-37,0%	0	0	-	41	64	-35,4%
EBITDA - Lucro oper. antes da deprec. resultado financeiro e impostos	349	1.011	-65,4%	(6)	297	-102,1%	428	724	-40,9%
EBITDA Ajustado⁽⁴⁾	835	1.118	-25,3%	296	325	-8,9%	599	802	-25,3%

% da Receita Líquida	Consolidado ⁽¹⁾		GPA Brasil		Grupo Êxito	
	4T22	4T21	4T22	4T21	4T22	4T21
Lucro Bruto	24,3%	26,8%	22,3%	26,8%	25,4%	26,5%
Despesas com Vendas	-13,5%	-14,0%	-14,2%	-16,7%	-12,9%	-12,3%
Despesas Gerais e Administrativas	-3,7%	-3,8%	-2,8%	-3,5%	-4,2%	-3,8%
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	-17,2%	-17,8%	-17,0%	-20,2%	-17,1%	-16,1%
Resultado da Equiv. Patrimonial ⁽²⁾	-0,4%	-0,1%	0,2%	0,1%	-0,1%	-0,2%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	-4,1%	-0,9%	-6,2%	-0,6%	-2,5%	-1,0%
Depreciação e Amortização	-3,5%	-3,4%	-4,9%	-4,6%	-2,4%	-2,7%
EBIT - Lucro operac. antes do result. financeiro e impostos	-1,0%	4,6%	-5,6%	1,5%	3,4%	6,6%
Resultado Financeiro Líquido	-1,9%	-2,4%	-1,5%	-4,4%	-2,2%	-1,1%
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes I.R.	-2,9%	2,2%	-7,1%	-2,9%	1,2%	5,4%
Imposto de Renda	-1,7%	2,0%	3,1%	9,8%	-5,0%	-2,5%
Lucro (Prejuízo) Líquido Companhia - operações em continuidade	-4,5%	4,2%	-4,0%	6,8%	-3,8%	2,9%
Lucro Líquido Companhia Consolidado	-8,9%	7,0%	-14,7%	14,6%	-3,8%	2,9%
Lucro (Prejuízo) Líquido dos Acionistas Controladores - op. em continuidade ⁽³⁾	-4,9%	3,6%	-4,0%	6,8%	-4,4%	2,0%
Lucro (Prejuízo) dos Acionistas Controladores Consolidado⁽³⁾	-9,3%	6,5%	-14,7%	14,6%	-4,4%	2,0%
Participação de Acionistas Não Controladores - op. em continuidade	0,3%	0,5%	0,0%	0,0%	0,6%	0,8%
Participação de Acionistas Não Controladores Consolidado	0,3%	0,5%	0,0%	0,0%	0,6%	0,8%
EBITDA - Lucro oper. antes da depr., result. financeiro e impostos	2,9%	8,4%	-0,1%	6,7%	6,1%	9,6%
EBITDA Ajustado⁽⁴⁾	7,0%	9,3%	6,1%	7,4%	8,6%	10,6%

(1) Resultado consolidado considera os resultados das operações continuadas do GPA Brasil, as operações do Grupo Êxito Pré IFRS 5 (Colômbia, Uruguai e Argentina), outros negócios (Stix Fidelidade, Cheftime e James Delivery) e o resultado da equivalência patrimonial da Cdiscount

(2) Resultado da equivalência patrimonial inclui o resultado de CDiscount no Consolidado

(3) Lucro líquido após participação de acionistas não controladores

(4) Ajustado pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO – 2022

R\$ Milhões	Consolidado ⁽¹⁾			GPA Brasil			Grupo Éxito		
	2022	2021	Δ	2022	2021	Δ	2022	2021	Δ
Receita Bruta	46.868	44.662	4,9%	18.452	17.317	6,6%	28.337	27.264	3,9%
Receita Líquida	42.496	40.655	4,5%	17.250	16.228	6,3%	25.176	24.357	3,4%
Custo das Mercadorias Vendidas	(31.604)	(29.761)	6,2%	(12.925)	(11.800)	9,5%	(18.681)	(17.951)	4,1%
Depreciação (Logística)	(203)	(246)	-17,4%	(96)	(131)	-27,0%	(108)	(115)	-6,4%
Lucro Bruto	10.689	10.648	0,4%	4.228	4.297	-1,6%	6.387	6.291	1,5%
Despesas com Vendas	(6.101)	(5.831)	4,6%	(2.665)	(2.494)	6,9%	(3.403)	(3.259)	4,4%
Despesas Gerais e Administrativas	(1.688)	(1.700)	-0,7%	(543)	(633)	-14,2%	(1.090)	(1.005)	8,5%
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	(7.789)	(7.531)	3,4%	(3.208)	(3.126)	2,6%	(4.493)	(4.263)	5,4%
Resultado da Equiv. Patrimonial ⁽²⁾	(247)	(47)	422,3%	44	47	-7,6%	(42)	10	-506,6%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	(607)	(305)	99,1%	(420)	(168)	150,4%	(172)	(136)	26,9%
Depreciação e Amortização	(1.629)	(1.581)	3,0%	(911)	(798)	14,2%	(698)	(771)	-9,4%
EBIT - Lucro operac. antes do result. financeiro e impostos	417	1.183	-64,8%	(267)	253	-205,6%	981	1.132	-13,3%
Receitas Financeiras	920	488	88,5%	774	317	143,9%	141	168	-15,7%
Despesas Financeiras	(2.132)	(1.389)	53,5%	(1.521)	(937)	62,4%	(604)	(446)	35,3%
Resultado Financeiro Líquido	(1.212)	(901)	34,5%	(747)	(619)	20,6%	(462)	(279)	66,0%
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes I.R.	(796)	282	-382,1%	(1.014)	(366)	176,8%	519	853	-39,2%
Imposto de Renda	(72)	405	-117,9%	456	719	-36,6%	(526)	(321)	63,8%
Lucro (Prejuízo) Líquido Companhia - operações em continuidade	(868)	687	-226,4%	(559)	352	-258,5%	(7)	532	-101,3%
Lucro (Prejuízo) Líquido Companhia - operações descontinuadas	864	273	216,0%	864	274	215,5%	0	(0)	-100,0%
Lucro Líquido Companhia Consolidado	(4)	960	-100,4%	306	626	-51,2%	(7)	532	-101,3%
Lucro (Prejuízo) Líquido dos Acionistas Controladores - op. em continuidade ⁽³⁾	(1.036)	529	-295,9%	(559)	352	-258,5%	(174)	371	-146,8%
Lucro (Prejuízo) dos Acionistas Controladores - op. descontinuadas ⁽³⁾	864	274	216,0%	864	274	215,5%	0	(0)	-100,0%
Lucro (Prejuízo) dos Acionistas Controladores Consolidado ⁽³⁾	(172)	802	-121,4%	306	626	-51,2%	(174)	370	-146,8%
Participação de Acionistas Não Controladores - op. em continuidade	168	158	6,2%	0	0	-	166	161	3,1%
Participação de Acionistas Não Controladores - op. descontinuadas	0	(0)	-100,0%	0	0	-	0	(0)	-100,0%
Participação de Acionistas Não Controladores Consolidado	168	158	6,2%	0	0	-	166	161	3,1%
EBITDA - Lucro oper. antes da deprec. resultado financeiro e impostos	2.249	3.011	-25,3%	740	1.182	-37,4%	1.787	2.018	-11,4%
EBITDA Ajustado ⁽⁴⁾	2.856	3.315	-13,9%	1.160	1.350	-14,1%	1.959	2.153	-9,0%

% da Receita Líquida	Consolidado ⁽¹⁾		GPA Brasil		Grupo Éxito	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Lucro Bruto	25,2%	26,2%	24,5%	26,5%	25,4%	25,8%
Despesas com Vendas	-14,4%	-14,3%	-15,4%	-15,4%	-13,5%	-13,4%
Despesas Gerais e Administrativas	-4,0%	-4,2%	-3,1%	-3,9%	-4,3%	-4,1%
Desp. com Vendas, Gerais e Adm.	-18,3%	-18,5%	-18,6%	-19,3%	-17,8%	-17,5%
Resultado da Equiv. Patrimonial ⁽²⁾	-0,6%	-0,1%	0,3%	0,3%	-0,2%	0,0%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	-1,4%	-0,7%	-2,4%	-1,0%	-0,7%	-0,6%
Depreciação e Amortização	-3,8%	-3,9%	-5,3%	-4,9%	-2,8%	-3,2%
EBIT - Lucro operac. antes do result. financeiro e impostos	1,0%	2,9%	-1,5%	1,6%	3,9%	4,6%
Resultado Financeiro Líquido	-2,9%	-2,2%	-4,3%	-3,8%	-1,8%	-1,1%
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes I.R.	-1,9%	0,7%	-5,9%	-2,3%	2,1%	3,5%
Imposto de Renda	-0,2%	1,0%	2,6%	4,4%	-2,1%	-1,3%
Lucro (Prejuízo) Líquido Companhia - operações em continuidade	-2,0%	1,7%	-3,2%	2,2%	0,0%	2,2%
Lucro Líquido Companhia Consolidado	0,0%	2,4%	1,8%	3,9%	0,0%	2,2%
Lucro (Prejuízo) Líquido dos Acionistas Controladores - op. em continuidade ⁽³⁾	-2,4%	1,3%	-3,2%	2,2%	-0,7%	1,5%
Lucro (Prejuízo) dos Acionistas Controladores Consolidado ⁽³⁾	-0,4%	2,0%	1,8%	3,9%	-0,7%	1,5%
Participação de Acionistas Não Controladores - op. em continuidade	0,4%	0,4%	0,0%	0,0%	0,7%	0,7%
Participação de Acionistas Não Controladores Consolidado	0,4%	0,4%	0,0%	0,0%	0,7%	0,7%
EBITDA - Lucro oper. antes da depr., result. financeiro e impostos	5,3%	7,4%	4,3%	7,3%	7,1%	8,3%
EBITDA Ajustado ⁽⁴⁾	6,7%	8,2%	6,7%	8,3%	7,8%	8,8%

(1) Resultado consolidado considera os resultados das operações continuadas do GPA Brasil, as operações do Grupo Éxito Pré IFRS 5 (Colômbia, Uruguai e Argentina), outros negócios (Stix Fidelidade, Cheftime e James Delivery) e o resultado da equivalência patrimonial da Cdiscount

(2) Resultado da equivalência patrimonial inclui o resultado de CDiscount no Consolidado

(3) Lucro líquido após participação de acionistas não controladores

(4) Ajustado pelas Outras Despesas e Receitas Operacionais

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

FLUXO DE CAIXA – CONSOLIDADO

FLUXO DE CAIXA		
(R\$ milhões)	Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(4)	960
Imposto de renda diferido	(29)	(676)
Perda (ganho) na alienação de imobilizado e intangível	(2.569)	(247)
Depreciação e amortização	1.902	2.117
Juros e variações monetárias	1.696	1.316
Ajuste a valor presente	2	1
Resultado de equivalência patrimonial	247	47
Provisão para demandas judiciais	1523	137
Provisão para baixas e perdas	33	44
Remuneração baseada em ações	27	26
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	40	61
Provisão para obsolescência e quebras	(28)	26
Receita a apropriar	(26)	26
Ganho na venda de subsidiária	1	0
Outras Despesas Operacionais	0	(280)
Perda (ganho) na baixa de passivo de arrendamento	(278)	(1.022)
(Aumento) redução de ativos		
Contas a receber	(166)	(140)
Estoques	(383)	989
Impostos a recuperar	(509)	210
Dividendos recebidos	16	11
Outros ativos	(336)	(5)
Partes relacionadas	(396)	(101)
Depósitos judiciais	(51)	(176)
(Aumento) redução de passivos		
Fornecedores	(332)	(738)
Salários e encargos sociais	(67)	(60)
Impostos e contr. sociais a recolher	274	355
Demaís contas a pagar	(195)	378
Demandas judiciais	(368)	(161)
Receita diferida	66	55
Imposto de renda e contribuição social pagos	(306)	(425)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	(216)	2.728
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(1.398)	(1.035)
Aumento no ativo intangível	(228)	(232)
Venda de bens do imobilizado	4.560	1.315
Aquisição de propriedade para investimento	(100)	(124)
Caixa líquido de incorporações	0	(1)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento	2.834	(77)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	2	9
Captação e refinanciamentos	1.545	4.860
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(3.824)	(4.833)
Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos	(755)	(482)
Pagamento de dividendos	(265)	(780)
Aquisição de sociedade	(3)	(3)
Recursos obtidos com oferta de ações e acionistas não controladores	0	14
Transação com não controladores	(25)	(5)
Pagamento de passivo de arrendamento	(1.378)	(1.523)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	(4.703)	(2.743)
Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	(568)	(345)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	(2.653)	(437)
Disponibilidades no início do exercício	8.274	8.711
Disponibilidades no fim do exercício	5.621	8.274
Variação no caixa e equivalentes	(2.653)	(437)

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

SEGMENTAÇÃO DE VENDAS POR NEGÓCIO – BRASIL

(R\$ milhões)	Abertura de Vendas Líquidas por Bandeira e Formato					
	4T22	4T21	Δ	2022	2021	Δ
Pão de Açúcar	2.227	1.934	15,1%	7.636	7.080	7,8%
Mercado Extra / Compre Bem	1.572	1.365	15,2%	5.423	5.017	8,1%
Proximidade ⁽¹⁾	692	561	23,3%	2.476	2.082	18,9%
Postos	333	467	-28,8%	1.411	1.761	-19,9%
Outros Negócios ⁽²⁾	59	74	-20,5%	304	288	5,3%
Novo GPA Brasil	4.883	4.401	11,0%	17.250	16.228	6,3%
Extra Hiper	0	2.804	-100,0%	864	10.199	-91,5%
Drogarias	0	40	-100,0%	2	189	-98,9%
Outros Negócios Descontinuados ⁽³⁾	35	66	-47,0%	133	248	-46,4%
GPA Brasil	4.918	7.310	-32,7%	18.248	26.864	-32,1%

(1) Inclui vendas do Mini Extra, Minuto Pão de Açúcar e Aliados

(2) Receitas provenientes do aluguel de galerias comerciais

(3) Receitas provenientes do aluguel de galerias comerciais das operações descontinuadas

Notas Explicativas



COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO

*Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2022*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas

A Companhia Brasileira de Distribuição ("Companhia" ou "CBD"), diretamente ou por meio de suas subsidiárias ("Grupo" ou "GPA"), atua no segmento varejista de alimentos, e outros produtos por meio de sua cadeia de supermercados e lojas especializadas, principalmente sob as bandeiras "Pão de Açúcar", "Minuto Pão de Açúcar", "Mercado Extra", "Minimercado Extra" e "Compre Bem". Com relação as operações da bandeira Extra Hiper, vide nota nº1.1. Sua sede social está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia também opera em outros países da América Latina por meio da controlada Almacenes Éxito S.A. ("Éxito"), empresa colombiana operando neste país sob as bandeiras de supermercados e hipermercados Éxito, Carulla, Super Inter, Surtimax e Surtimayorista, na Argentina sob a bandeira Libertad e no Uruguai sob as bandeiras Disco e Devoto. Adicionalmente, o Éxito opera na Colômbia shopping centers sob a marca Viva. Está em curso o processo de segregação e descontinuidade das atividades do Éxito no GPA, vide nota nº1.2.

As ações da Companhia são negociadas no nível de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3")) denominado Novo Mercado, sob o código "PCAR3", e na Bolsa de Valores de Nova York (ADR nível III), sob o código "CBD".

A Companhia é controlada de forma direta pela Ségisor, tendo como controlador final o Casino Guichard-Perrachon ("Casino"), companhia francesa com ações negociadas na Bolsa de Paris.

1.1 Descontinuidade do negócio das lojas Extra Hiper e transação de venda de ativos com Sendas

Como parte do segmento reportável Varejo, a Companhia opera diferentes formatos de lojas, conforme destacado na nota 1, incluindo 103 lojas Extra Hiper, que operam no modelo de hipermercados. Em linha com a estratégia de otimizar sua plataforma de lojas e alocar recursos relevantes para acelerar o crescimento das bandeiras mais lucrativas, a Administração decidiu descontinuar a operação de lojas com a bandeira Extra Hiper.

Conforme fatos relevantes publicados em 14 de outubro de 2021 e em 16 de dezembro de 2021, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e de Sendas Distribuidora S.A. ("Assaí" ou "Sendas Distribuidora"), contando apenas com o voto dos conselheiros independentes, os termos e condições do contrato definitivo de cessão de direitos de exploração de 70 pontos comerciais entre a Companhia e Sendas, localizados em diversos estados, envolvendo imóveis próprios e locados de terceiros.

A transação foi definitivamente realizada, após aditivo de 26 de dezembro de 2022, da seguinte forma: (i) transferência do fundo de comércio de 66 (anteriormente 70) lojas ao Assaí pelo valor de R\$3,928 bilhões (anteriormente R\$3,973 bilhões) e (ii) venda de 17 imóveis ao fundo imobiliário Barzel Properties, com garantia e posterior locação diretamente pelo Assaí por um período de 25 anos, renováveis por um período adicional de 15 anos, no valor de R\$1,200 bilhão, conforme contrato celebrado em 25 de fevereiro de 2022.

Em 17 de agosto de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração de contratos de cessão de créditos com instituições financeiras para cessão definitiva desses recebíveis com Assaí, no valor de até R\$2 bilhões referente as parcelas devidas entre 2023 e 2024. As parcelas residuais no montante de R\$1,2 bilhão com vencimento em 2023 e R\$700 milhões com vencimento em janeiro de 2024 reajustadas pelo CDI +1,2% foram cedidas de forma definitiva, com anuência do Assaí e sem direito de regresso durante o terceiro trimestre de 2022. O custo dessa cessão foi de R\$2,4 milhões e está alocado no resultado financeiro.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia recebeu e já antecipou a totalidade dos recebíveis da Transação.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ainda, em complemento a esta transação, das 37 lojas remanescentes Extra Hiper, a Companhia converteu as 25 lojas para outras bandeiras de maior rentabilidade (Pão de Açúcar e Mercado Extra) e encerrou, ou vendeu para terceiros, as 12 lojas.

Face a transação acima descrita, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia iniciou o processo de desmobilização e descontinuidade das operações da bandeira Extra Hiper e, até 31 de dezembro de 2021 a transação foi implementada parcialmente, com a descontinuidade de 31 fundos do comércio e a transferência efetiva ao Assai de 20 desses fundos de comércio, dos quais 6 imóveis próprios da Companhia.

As operações das demais lojas Extra Hiper representado pelos 50 fundos de comércio remanescentes, incluindo 11 imóveis próprios, foram descontinuadas no primeiro trimestre de 2022 e mais 40 fundos de comércio foram entregues ao Assai nesse período. No segundo trimestre foi entregue mais um fundo de comércio e no terceiro trimestre foram entregues mais 5 fundos de comércio. Os ativos e passivos relacionados à estas lojas (substancialmente imobilizado, direito de uso e passivo correspondente e o intangível) foram classificados como ativos mantidos para venda em 31 de dezembro de 2021 e realizados ao longo de 2022 com a entrega efetiva dos fundos de comércio ao Assai.

A Administração avaliou a transação à luz do IFRS5/CPC31 – “Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada” e concluiu que a descontinuação das 103 lojas Extra Hiper (transação completa) resulta em abandono de uma linha importante de negócio no segmento de Varejo, com posterior venda de ativos livres de operação (imobilizado, direito de uso e passivo correspondente e intangível) ao Assai.

Conforme anteriormente mencionado, até 31 de dezembro de 2021 a Companhia abandonou parcialmente as lojas Extra Hiper (21% da receita bruta da linha de negócio Extra Hiper) e concluiu que não houve abandono substancial da linha de negócio de hipermercados naquela data, uma vez que, de acordo com IFRS5/CPC31, uma operação abandonada deve ser considerada descontinuada quando for substancialmente completada, o que ocorreu no primeiro trimestre de 2022, com o abandono e entrega de 86% do total de lojas ao Assai. Portanto desde o primeiro trimestre de 2022, o ganho líquido na alienação dos ativos e o resultado da linha de negócios de hipermercados estão sendo apresentados como operação descontinuada (linha de negócio Extra Hiper), bem como as demonstrações financeiras comparativas estão sendo reapresentadas, em uma única linha na demonstração do resultado, conforme previsto no IFRS5/CPC31.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou receita no valor de R\$3,9 bilhões, além das baixas de ativos correspondentes ao montante de R\$1.035 e despesas de R\$1.345 (sendo R\$566 relacionadas à demissão de colaboradores, R\$95 cancelamento de contratos e R\$684 outras despesas relacionadas a transação – custos relacionados a transação, baixa de saldos de outras contas dos balanços relacionadas as lojas e de desmobilização), gerando o resultado líquido da transação no valor de R\$1.564 registrado no resultado de Operações Descontinuadas (Nota nº 33).

1.2 Transação de segregação e descontinuação das operações da Controlada Êxito na Companhia.

Em 5 de setembro de 2022, o Conselho de Administração da Companhia tomou conhecimento do resultado de estudos preliminares para eventual segregação do GPA e do Êxito, autorizando a Administração a finalizar os estudos acerca dessa transação, bem como a avaliar as medidas necessárias para a sua respectiva formalização, incluindo todas as providências para a criação dos programas de BDRs (*Brazilian Depositary Receipts*) e ADRs (*American Depositary Receipts*) do Êxito no Brasil e nos Estados Unidos, respectivamente.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme plano elaborado pela Administração é esperado que a transação ocorra por meio de uma redução de capital de GPA com o objetivo de distribuir aproximadamente 83% das ações do Êxito atualmente detidas pelo GPA aos seus acionistas. Desta forma, após a distribuição das ações, o GPA manteria participação minoritária de aproximadamente 13% no Êxito.

Em 30 de dezembro de 2022 a Companhia apresentou o pedido de registro de companhia aberta categoria "A", o pedido de registro do programa de *Brazilian Depository Receipts* Nível I ("BDR") perante a CVM, e o pedido para listagem dos BDRs perante a B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balção

A Companhia concluiu também as autorizações prévias necessárias dos principais credores financeiros durante o exercício findo de 2022

A Administração cumpriu os principais requisitos do processo de segregação da sua controlada Êxito em 2022, sendo que a transação é considerada altamente provável que seja concluída no segundo trimestre de 2023. Conforme o CPC 31/IFRS 5, a controlada Êxito e suas subsidiárias são apresentadas nessas demonstrações financeiras como ativos mantidos para distribuição no balanço patrimonial e operações descontinuadas no resultado do exercício.

Na assembleia geral extraordinária ocorrida em 14 de fevereiro de 2023 foi aprovada a redução de capital do GPA no valor de R\$ 7.133 mediante a entrega aos acionistas do GPA de 1.080.556.276 ações ordinárias de emissão do Êxito de propriedade do GPA, sendo 4 ações de emissão do Êxito para cada ação do GPA.

1.3 Incorporação societária das suas subsidiárias

Em maio de 2022 houve a incorporação total e consequente extinção do Compre Bem. Em dezembro de 2022 houve a incorporação total e consequente extinção do James Delivery. Ambas eram subsidiárias integrais da Companhia. O resultado dessas incorporações não gerou efeito nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, já que se tratava de subsidiárias integrais.

1.4 Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente. Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de a Companhia continuar operando e as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro, (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº6.404/76, e pronunciamentos técnicos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e ratificados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM ("demonstrações financeiras").

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhões de reais – R\$. A moeda funcional da Companhia é o real – R\$. A moeda funcional das controladas e associadas localizadas no exterior é a moeda local de cada jurisdição onde estas subsidiárias operam.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2023.

A demonstração do resultado do exercício e a demonstração do valor adicionado e as notas explicativas relacionadas ao resultado do período findo em 31 de dezembro de 2021 estão sendo reapresentadas devido a descontinuidade do negócio das lojas Extra Hiper (nota nº1.1) e em virtude do processo de segregação e descontinuação da sua controlada Êxito (nota nº1.2), considerando os efeitos de tais transações em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 31 / IFRS 5 – Ativo não circulante mantido para venda e Operação Descontinuada.

As demonstrações dos fluxos de caixa incluem as operações continuadas e descontinuadas em linha com o pronunciamento técnico CPC31/ IFRS 5.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações contábeis de todas as subsidiárias nas quais a Companhia exerce controle, direto ou indireto. A determinação de quais subsidiárias são controladas pela Companhia e os procedimentos para consolidação integral seguem os conceitos e princípios estabelecidos pelo CPC 36 (R3)/ IFRS 10.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas na mesma data de encerramento dos exercícios da Companhia, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas do Grupo, incluindo receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e dividendos resultantes de operações entre as empresas do Grupo são integralmente eliminados.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em subsidiárias, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

Nas demonstrações financeiras individuais, as participações são calculadas considerando o percentual devido pela Companhia em suas subsidiárias. Nas demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia consolida integralmente todas as suas controladas, mantendo a participação dos não controladores destacada em linha específica no patrimônio líquido e demonstração do resultado.

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas e práticas contábeis estão descritas em cada nota explicativa correspondente, exceto as práticas contábeis abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

3.1 Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas subsidiárias assumem direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e/ou suas subsidiárias assumem obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual são parte. Passivos financeiros são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia e suas subsidiárias comprometem-se a comprar ou vender o ativo.

(i) Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados ("VJORA") – ou valor justo por meio de resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes ("ORA"). Esta escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado, VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

Ativos financeiros mensurados a VJR - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros ao VJORA - Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

(ii) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa.
- A Companhia e suas subsidiárias transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia e suas subsidiárias cedem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas subsidiárias.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para limitar a exposição à variação não relacionada ao mercado local como *swaps* de taxas de juros e *swaps* de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento dos exercícios. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar à contabilização de *hedge*, e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de *hedge* na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido. A expectativa é de que esses *hedges* sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os exercícios dos relatórios financeiros para os quais foram designados.

São registrados como *hedges* de valor justo, adotando os seguintes procedimentos:

- A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de valor justo é reconhecida como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrada como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do exercício.
- No cálculo de valor justo, as dívidas e os *swaps* são mensurados por meio de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento. A taxa de desconto utilizada para o cálculo pelo método de interpolação dos empréstimos em moeda estrangeira é desenvolvida por meio das curvas DDI, Cupom limpo e DI, índices divulgados pela B3 e, para os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados limitados a 100% do valor desses riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizadas para reduzir a exposição à flutuação de moeda estrangeira e taxa de juros, para a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital.

Hedge de fluxo de caixa

Os instrumentos derivativos são registrados como *hedge* de fluxo de caixa, adotando os seguintes procedimentos:

- A parte eficaz do ganho, ou perda, do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, e caso a proteção deixe de atender ao índice de *hedge*, mas o objetivo do gerenciamento de risco permanece inalterado, a Companhia deve ajustar “reequilibrar” o índice de *hedge* para atender os critérios de qualificação.
- Qualquer ganho ou perda remanescente no instrumento de *hedge* (inclusive decorrentes do “reequilíbrio” do índice de *hedge*) é uma inefetividade, e, portanto, deve ser reconhecida no resultado.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado junto com a transação objeto de *hedge* ao afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de *hedge* for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.
- A Companhia deve descontinuar prospectivamente a contabilização de *hedge* somente quando a relação de proteção deixar de atender aos critérios de qualificação (após levar em consideração qualquer reequilíbrio da relação de proteção).
- Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

Perda no valor recuperável de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de perda por redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações) ou ativos financeiros mensurados a VJR.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses (modelo geral): estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço, e subsequentemente, caso haja uma deterioração do risco de crédito, para a vida inteira do instrumento
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira (modelo simplificado): estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro
- Expediente prático: estas são perdas de crédito esperadas e consistentes com informações razoáveis e sustentáveis disponíveis, na data do balanço sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras, que permitam verificar a perda provável futura baseada na perda de crédito histórica ocorrida de acordo com o vencimento dos títulos.

A Companhia mensura provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira, sendo que para as contas a receber de clientes, cuja a carteira de recebíveis é pulverizada, aluguéis a receber, contas a receber atacado e contas a receber de transportadoras, é aplicado o expediente pratico por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro está vencido há mais de 90 dias.

A Companhia determina o risco de crédito de um título de dívida pela análise do histórico de pagamentos, condições financeiras e macroeconômicas atuais da contraparte e avaliação de agências de rating quando aplicáveis, avaliando assim cada título individualmente.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração de perdas de crédito esperadas - Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito - Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui indícios de perda por redução ao valor recuperável quando ocorrem um ou mais eventos com impacto negativo nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

Apresentação da perda por redução ao valor recuperável - Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Para instrumentos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA, em vez de reduzir o valor contábil do ativo.

As perdas por redução ao valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e ORA. As perdas dos valores recuperáveis de outros ativos financeiros são apresentadas em 'despesas com vendas'.

Contas a receber e ativos contratuais - A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base em características comuns de risco de crédito, como:

- Nível de risco de crédito e histórico de perdas - para clientes atacadistas e locação de imóveis; e
- Status de inadimplência risco de default e histórico de perdas - para administradoras de cartão de crédito e outros clientes.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente, calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita. Ativos e passivos de curto prazo não são ajustados a valor presente.

3.2 Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes na data em que a transação se qualifica para reconhecimento.

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para o Real, de acordo com a cotação das respectivas moedas no encerramento dos exercícios. Diferenças oriundas no pagamento ou na tradução de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.3 Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

A Companhia apresenta os ativos e passivos na demonstração financeira baseada na classificação de circulante e não circulante.

O ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade
- está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado
- espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço
- é caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03/IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço

Todos os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

O passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:

- espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade
- está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado
- deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço
- a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço

Todos os outros passivos devem ser classificados como não circulantes.

Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como “não circulantes”, líquidos por entidade legal, conforme prevê o CPC32/ IAS12.

3.4 Conversão de subsidiárias e associadas localizadas em outros países

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade determina sua moeda funcional e todas suas transações financeiras são mensuradas naquela moeda.

As demonstrações financeiras das subsidiárias localizadas em outros países que usam uma moeda funcional diferente da controladora são traduzidas para reais, na data do balanço, de acordo com o seguinte critério:

- Ativos e passivos, incluindo ágio e ajustes de valor de mercado, são traduzidos em reais à taxa de câmbio da data do balanço.
- Demonstração do resultado e demonstração dos fluxos de caixa são traduzidas em reais utilizando a taxa média, exceto se variações significativas ocorrerem, quando então é utilizada a taxa da data da transação.
- Contas de patrimônio líquido são mantidas ao saldo histórico em reais e a variação é registrada na rubrica de variação cambial de investimento no exterior como outros resultados abrangentes.

As diferenças de variações cambiais na conversão de moeda estrangeira são reconhecidas diretamente em um componente separado do patrimônio líquido. Quando uma operação estrangeira é vendida, o valor acumulado de ajuste de variação cambial no patrimônio líquido é lançado para o resultado do exercício.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.5 Hiperinflação

A partir de setembro de 2018 a Argentina passou a ser considerada uma economia hiperinflacionária. Conforme CPC 42/ IAS 29 – “Contabilidade em Economia Hiperinflacionária” baseadas na abordagem de custo corrente, os ativos e passivos não monetários, patrimônio líquido e resultados operacionais da subsidiária indireta Libertad, sediada na Argentina, uma subsidiária direta do Éxito, cuja moeda funcional é o peso argentino, estão sendo ajustados para que os valores sejam divulgados na unidade monetária de mensuração no final do exercício.

Esta unidade considera os efeitos medidos pelo Índice de Preços ao Consumidor (“IPC”) na Argentina a partir de 1º de janeiro de 2017 e Índice de Preços no Varejo Doméstico da Argentina (“IPIM”) até 31 de dezembro de 2016.

3.6 Contabilização de participações societárias a custo decorrente de reestruturações societárias e efetuadas com partes relacionadas

A Companhia contabiliza a custo histórico as participações decorrentes de reestruturações societárias adquiridas de partes relacionadas sem essência econômica. A diferença entre o saldo do custo e o valor adquirido é registrada no patrimônio líquido, quando a transação é feita entre empresas sobre o controle comum. As transações não se qualificam como combinação de negócio nos termos do CPC 15R/IFRS 3R.

3.7 Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme a IFRS.

A referida demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia e suas subsidiárias, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as demais receitas e os efeitos das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC.**4.1 Alterações e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente**

Em 2022, a Companhia avaliou as emendas e novas interpretações aos CPCs e às IFRSs emitidos pelo CPC e IASB, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2022. As principais alterações são:

- Alterações no CPC 27 / IAS 16: Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido: As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado.
- Melhorias no CPC 48 / IFRS 9: Instrumentos Financeiros: As alterações esclarecem as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.
- Melhorias no CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos: As alterações excluem o conceito de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros.

A adoção dessas normas não resultou em impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não vigentes.

A Companhia não adotou antecipadamente as novas normas do CPCs e IFRSs. A seguir as principais revisões já emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações ao CPC 26 / IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante e conceito de materialidade	01/01/2023
Alterações ao CPC 23 / IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 32 / IAS 12	Tributos sobre o lucro – CPC 32. Imposto diferido relacionado a Ativos e Passivos resultante de uma única transação	01/01/2023
Alterações ao CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2))	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	A data de vigência ainda não foi definida pelo IASB

Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em virtude dessas alterações.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas conforme as informações incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Descontinuidade de negócios – Nota nº 1.1 e 1.2
- Redução ao valor recuperável – *impairment* e vida útil de imobilizado e intangível: Notas nº 7.2, 8.1, 14.1, 15.1 e 15.2
- Estoques: Constituição de provisões por estimativas de perda: Nota nº 9
- Tributos a recuperar: Expectativa de realização dos créditos tributários: Nota nº 10
- Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros: Mensuração do valor justo dos derivativos: Nota nº 18
- Provisão para demandas judiciais: Constituição de provisão para causas que representem expectativas de perdas prováveis e estimadas com um certo grau de razoabilidade: Nota nº 21
- Imposto de renda: Constituição de provisões com base em estimativas razoáveis: Nota nº 20
- Arrendamento: determinação do termo de contrato do *leasing* e da taxa de juros incremental – Nota nº 22
- Pagamentos com base em ações: Estimativa do valor justo das operações com base em um modelo de avaliação - Nota nº 24

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados em até 90 dias a partir da data da aplicação.

	<u>Taxa</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Caixa e contas bancárias – Brasil		98	90	99	100
Caixa e contas bancárias – Exterior	(*)	79	84	79	3.481
Aplicações financeiras – Brasil	(**)	3.455	4.488	3.573	4.598
Aplicações financeiras - Exterior	(***)	-	-	-	95
		3.632	4.662	3.751	8.274

(*) Em 31 de dezembro de 2022, referem-se a recursos da Companhia aplicados nos Estados Unidos, em dólares norte-americanos, convertidos em 31 de dezembro de 2022 ao montante de R\$79. Em 31 de dezembro de 2021, referem-se a (i) recursos do grupo Êxito, sendo R\$126 em pesos argentinos, R\$366 em pesos uruguaios e R\$2.905 em pesos colombianos; (ii) da Companhia aplicados nos Estados Unidos, em dólares norte-americanos no montante de R\$84

(**) As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, constituem, substancialmente, operações compromissadas e em CDB, remuneradas pela média ponderada de 101,38% (93,51% em 31 de dezembro de 2021) do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

(***) Referem-se a recursos aplicados no exterior, em 31 de dezembro de 2021, (R\$ 1 no Uruguai e R\$94 na Colômbia, em 31 de dezembro de 2021).

7. Contas a receber

Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados conforme a carteira: (i) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), no caso dos recebíveis de administradoras de cartão de crédito e (ii) custo amortizado, para as demais carteiras.

Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Para instrumentos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA, em vez de reduzir o valor contábil do ativo.

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado ou VJORA tem indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui indícios de perda por redução ao valor recuperável quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

Os valores a receber são considerados incobráveis e, portanto, baixados da carteira de contas a receber, quando o pagamento não é efetuado após 360 dias da data do vencimento. A cada fechamento anual dos balanços, a Companhia e suas subsidiárias avaliam se os ativos ou grupos de ativos financeiros apresentaram perda de seu valor recuperável.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Administradoras de cartões de crédito (nota nº7.1)	79	63	79	65
Administradoras de cartões de crédito – partes relacionadas (nota nº 11.2)	4	14	4	15
<i>Tickets</i> de vendas e duplicatas a receber	182	135	255	655
Cartão de crédito próprio	34	40	34	53
Contas a receber de partes relacionadas (nota nº11.2)	5	16	5	13
Contas a receber de fornecedores	42	63	42	66
Provisão para perdas de crédito esperada (nota nº7.2)	(2)	-	(2)	(35)
	344	331	417	832
Circulante	344	330	417	831
Não circulante	-	1	-	1

7.1 Administradoras de cartões de crédito

A Companhia e suas subsidiárias, mediante estratégia de gerenciamento de caixa, vendem parte dos recebíveis, sem qualquer direito de regresso ou de obrigação relacionada, tendo seus custos financeiros reconhecidos no resultado financeiro.

7.2 Provisão para perdas de crédito esperada

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
No início do exercício	-	(1)	(35)	(43)
Perdas registradas no exercício	(2)	-	(40)	(57)
Baixas de contas a receber	-	1	38	61
Operações descontinuadas	-	-	25	-
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	-	-	10	4
No fim do exercício	(2)	-	(2)	(35)

Abaixo apresentamos a composição do saldo consolidado de contas a receber pelo seu valor bruto por período de vencimento:

	Total	A vencer	Títulos vencidos - Consolidado			
			<30 dias	30-60 dias	61-90 dias	>90 dias
31.12.2022	419	404	10	1	1	3
31.12.2021	867	729	110	17	9	2

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Contas a receber – Via (*)	603	298	603	298
Contas a receber por venda de sociedades (**)	72	79	72	79
Aluguéis a receber	21	63	21	179
Venda de imóveis	61	54	61	55
Venda de Empreendimentos	-	-	-	93
Outras (***)	230	109	256	163
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota nº 8.1)	(7)	(15)	(7)	(15)
	980	588	1.006	852
Circulante	254	98	279	294
Não circulante	726	490	727	558

(*) Valores a receber de Via S.A. ("Via"), subsidiária alienada em 2019. No montante de R\$603 está incluindo o valor de R\$573 correspondente ao direito do GPA de receber da Via o reembolso do crédito tributário decorrente do tema relacionado à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS de sua antiga subsidiária Globex. Após a obtenção de transitado em julgado do processo, o GPA faz jus aos créditos referentes ao período de 2003 a 2010, sendo que parte do valor no montante de R\$278 foi registrada em junho de 2022 e R\$44 no 3º trimestre de 2022, após conclusão do levantamento das informações e documentações pertinentes ao crédito (vide nota 20.9).

(**) Contas a receber relacionadas ao exercício, pela contraparte, de opção para compra de postos de combustíveis. O valor original era de R\$50 atualizados monetariamente desde a assinatura do acordo em 28 de maio de 2012, por 110% do CDI, com pagamento previsto em 240 parcelas mensais. Em janeiro de 2016 foram vendidos mais 5 postos pelo valor de R\$8, em 120 parcelas à 110% do CDI.

(***) Inclui o montante de R\$139 remanescentes a receber do Fundo Imobiliário Barzel pela venda dos 17 imóveis relacionados a desmobilização dos Hipermercados (Nota nº1.1). A Companhia irá repassar os montantes recebidos para o Assaí, uma vez que a Companhia já recebeu da mesma o adiantamento pela alienação dos imóveis.

8.1 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
No início do exercício	(15)	(11)	(15)	(11)
Perdas registradas no exercício	-	(4)	-	(4)
Baixas de contas a receber	8	-	8	-
No fim do exercício	(7)	(15)	(7)	(15)

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Estoques

São contabilizados inicialmente pelo valor do custo e reavaliados ao seu valor líquido de realização. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas, deduzidos de acordos comerciais recebidos de fornecedores.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda, tais como: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) despesas de pessoal atreladas diretamente à venda; (iii) custo da mercadoria; e (iv) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda.

Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas para perdas, quebras, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação.

Os acordos comerciais recebidos de fornecedores são mensurados e reconhecidos com base nos contratos e acordos assinados, e registradas ao resultado à medida em que os correspondentes estoques são vendidos. Compreendem acordos por volume de compras, logística e negociações pontuais para recomposição de margem, reembolso de despesas, entre outros, e são registradas como redutoras dos saldos a pagar aos respectivos fornecedores, quando contratualmente a Companhia possui o direito de liquidar os passivos com fornecedores pelo líquido dos valores a receber de acordos comerciais.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Lojas	1.286	1.582	1.286	1.646
Centrais de distribuição	809	728	809	773
Estoque - Grupo Éxito	-	-	-	2.884
Estoque de imóveis - Grupo Éxito	-	-	-	50
Perdas com obsolescência e quebras (nota nº9.2)	(49)	(78)	(49)	(96)
	2.046	2.232	2.046	5.257

9.1 Acordos comerciais nos estoques e custos de armazenagem

Em 31 de dezembro de 2022, o valor de acordos comerciais não realizados, apresentado como redutor do saldo de estoques totalizou R\$40 (R\$47 em 31 de dezembro de 2021).

9.2 Perdas com obsolescência e quebras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
No início do exercício	(78)	(41)	(96)	(72)
Adições	(112)	(63)	(113)	(63)
Baixas/reversões	143	26	141	37
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	-	-	5	2
Operação descontinuada	-	-	14	-
Incorporação (nota nº1.3)	(2)	-	-	-
No final do exercício	(49)	(78)	(49)	(96)

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Tributos a recuperar

A Companhia registra créditos tributários, todas as vezes em que reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização, sendo o ICMS reconhecido como redutor de “custo das mercadorias vendidas” e o PIS e COFINS como redutor das contas de resultado sobre as quais são calculados os créditos.

A realização desses impostos é efetuada tendo como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para consumo desses créditos pelas empresas do Grupo.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
ICMS (nota nº10.1)	856	911	856	920
PIS e COFINS (nota nº10.2)	2.218	2.022	2.253	2.062
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS (nota nº10.3)	247	297	250	300
Imposto de renda e contribuição social	509	200	521	672
Outros	40	17	42	23
Outros impostos – Grupo Éxito IVA	-	-	-	176
Total	3.870	3.447	3.922	4.153
Circulante	1.074	1.048	1.114	1.743
Não circulante	2.796	2.399	2.808	2.410

10.1 Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS

Desde o ano 2008, os Estados têm modificado substancialmente suas legislações internas visando à implantação e ampliação da sistemática da substituição tributária do ICMS. Referida sistemática implica na antecipação do recolhimento do ICMS, de toda a cadeia comercial, no momento da saída da mercadoria do estabelecimento industrial ou importador, ou na sua entrada no Estado. A ampliação dessa sistemática para uma gama cada vez maior de produtos comercializados no varejo baseia-se na premissa de que o ciclo de comercialização desses produtos se concretizará dentro do próprio Estado, de modo que o ICMS é integralmente a ele devido.

Para abastecimento de suas lojas, a Companhia e suas subsidiárias mantêm centros de distribuição localizados estrategicamente em determinados Estados e no Distrito Federal, os quais recebem mercadorias com o ICMS de toda a cadeia comercial já antecipado (por força da substituição tributária) pelos fornecedores ou pela própria Companhia e suas subsidiárias e, então, as enviam para estabelecimentos localizados em outros Estados. Essa remessa interestadual garante a Companhia e suas subsidiárias o direito ao ressarcimento do ICMS anteriormente antecipado, ou seja, o ICMS da cadeia comercial pago na aquisição se transforma em crédito de imposto a ser ressarcido, nos termos da legislação interna de cada estado.

O processo de ressarcimento requer a comprovação, por meio de documentos fiscais e arquivos digitais das operações realizadas que geraram para a Companhia o direito ao ressarcimento. Apenas após sua homologação pelo Fisco Estadual e/ou o cumprimento de obrigações acessórias específicas que visam tal comprovação é que os créditos podem ser utilizados pela Companhia, o que ocorre em períodos subsequentes ao da sua geração.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tendo em vista que o número de itens comercializados no varejo sujeitos à substituição tributária tem sido constantemente ampliado, também houve aumento do crédito de imposto a ser ressarcido pela Companhia e por suas subsidiárias. A Companhia e suas subsidiárias têm realizado referidos créditos com a autorização para compensação imediata em virtude de sua operação, pela obtenção de regime especial, e também por meio de outros procedimentos regulados por normativos estaduais.

Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de recuperação, o qual foi elaborado considerando a expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados são preparados e revisados anualmente com base em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência ao plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo novos elementos que contribuem para a realização do saldo de ICMS a recuperar, conforme demonstrado na tabela abaixo. Em 31 de dezembro de 2022, não foram necessárias quaisquer modificações nos planos anteriormente elaborados.

<u>Em</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 1 ano	473	473
De 1 a 2 anos	201	201
De 2 a 3 anos	10	10
De 3 a 4 anos	13	13
De 4 a 5 anos	14	14
Após 5 anos	145	145
	856	856

No 4º trimestre do exercício findo em 2022 foram registrados o montante de R\$338 referentes a atualização monetária do ressarcimento de ICMS-ST, dos quais R\$201 no resultado financeiro e R\$137 no resultado de operação descontinuada.

10.2 Créditos de PIS e COFINS

As evidências que conduzem a Companhia a concluir sobre o direito ao crédito de PIS e COFINS incluem i) interpretação da legislação tributária, ii) fatores internos e externos como jurisprudências e interpretações do mercado que fizeram parte da análise, iii) análise de assessores jurídicos externos a respeito dos temas e iv) avaliação contábil sobre o tema.

Em junho de 2022, a 2ª Turma do STJ reconheceu a ilegalidade da revogação antecipada do incentivo fiscal previsto na Lei 11.196/05. A Lei zerou as alíquotas de PIS e COFINS incidentes sobre as receitas na venda de determinados produtos de tecnologia. Como resultado deste julgamento a Companhia registrou créditos no montante de R\$160 no segundo trimestre de 2022.

Em 6 setembro de 2022, a Companhia obteve decisão favorável em processo relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS que transita separadamente de outros processos do mesmo tema cujos créditos já foram reconhecidos nas demonstrações financeiras em 2020. Em função da decisão favorável, a Companhia registrou um crédito no montante de R\$106, dos quais R\$71 no resultado financeiro.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A realização do saldo de PIS e COFINS é apresentada a seguir:

Em	Controladora	Consolidado
Em 1 ano	440	466
De 1 a 2 anos	464	473
De 2 a 3 anos	453	453
De 3 a 4 anos	432	432
De 4 a 5 anos	429	429
	2.218	2.253

10.3 INSS

Em 28 de agosto de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF), em sede de repercussão geral, reconheceu ser constitucional a incidência de contribuições previdenciárias (INSS) sobre o terço constitucional de férias. A Companhia vem acompanhando o desenvolvendo destes temas, e juntamente com seus assessores legais, concluiu que os elementos até o momento não impactam a expectativa de realização dos respectivos créditos. O montante envolvido na controladora e consolidado equivale a R\$151 em 31 de dezembro de 2022 (R\$161 em 31 de dezembro de 2021).

11. Partes relacionadas**11.1 Remuneração da Administração e dos comitês de assessoramento**

As despesas relativas à remuneração do pessoal da Alta Administração (diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração e os respectivos Comitês de assessoramento), do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, foram as seguintes:

(Valores expressos em milhares de reais)

	Salário base		Remuneração variável		Plano de opção de compra de ações - Nota nº24		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Conselho de Administração (*)	34.090	26.884	-	-	13.646	6.908	47.736	33.792
Diretoria	25.954	18.016	7.235	6.995	2.383	3.202	35.572	28.213
Conselho Fiscal	432	432	-	-	-	-	432	432
	60.476	45.332	7.235	6.995	16.029	10.110	83.740	62.437

(*) A remuneração dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração (de Recursos Humanos e Remuneração, de Auditoria, Financeiro, de Desenvolvimento Sustentável e de Governança Corporativa) está inclusa nesta linha.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**11.2 Saldos e transações com partes relacionadas**

As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, os termos e as condições acordados entre as partes.

	Controladora								Transações	
	Saldos									
	Clientes		Outros ativos		Fornecedores		Outros passivos		Receitas (Despesas)	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
<u>Controlador:</u>										
Casino (i)	-	-	-	-	-	-	10	1	(30)	(46)
Euris (i)	-	-	-	-	-	-	1	1	(3)	(3)
Wilkes	-	-	1	-	-	-	2	2	(8)	(5)
<u>Controladas:</u>										
Êxito (ii)	-	-	-	-	-	-	-	-	14	14
Novasoc Comercial	-	-	47	57	-	-	1	1	4	2
SCB Distribuição e Comércio	-	3	-	18	-	2	-	-	46	34
Stix Fidelidade (x)	-	-	18	21	11	21	5	7	(141)	(160)
Cheftime (ix)	-	-	5	44	-	-	1	1	3	(8)
James Intermediação	-	-	-	36	-	1	-	8	(6)	(15)
GPA M&P	-	-	-	-	-	-	8	13	-	-
GPA Logística	-	-	126	110	-	2	96	78	8	3
Outros	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
<u>Associadas:</u>										
FIC (iii)	4	14	35	34	4	8	-	-	19	62
<u>Outras Partes Relacionadas:</u>										
Greenyellow do Brasil Energia e Serviços Ltda. (Greenyellow) (iv)	-	-	-	-	-	-	86	269	(92)	(274)
Sendas Distribuidora (viii)	-	2	264	370	18	15	259	103	4.230	1.382
Grupo Casino (vii)	5	11	-	-	-	-	-	-	3	(7)
Outros	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-
Total	9	30	497	692	33	49	469	484	4.047	979

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Consolidado										
Saldos								Transações		
Clientes		Outros ativos		Fornecedores		Outros passivos		Receitas (despesas)		
2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	
<u>Controlador:</u>										
Casino (i)	-	-	-	-	-	10	1	(30)	(46)	
Euris (i)	-	-	-	-	-	1	1	(3)	(3)	
Wilkes	-	-	1	-	-	2	2	(8)	(5)	
<u>Coligadas:</u>										
FIC (iii)	4	14	35	35	4	8	-	19	62	
Puntos Colombia (v)	-	-	-	42	-	-	58	-	-	
Tuya (vi)	-	-	-	57	-	-	-	-	-	
<u>Outras partes relacionadas:</u>										
Greenyellow (iv)	-	-	-	-	-	86	283	(92)	(274)	
Sendas Distribuidora (viii)	-	2	264	370	18	15	259	4.230	1.382	
Grupo Casino (vii)	5	12	-	12	-	-	19	3	(7)	
Outros	-	-	1	1	-	-	-	-	-	
Total	9	28	301	517	22	23	358	4.119	1.109	

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, os termos e as condições acordadas entre as partes.

As principais operações da Companhia com partes relacionadas são:

- (i) *Casino*: Celebração de (a) *Cost Sharing e Cost Reimbursement Agreement*: celebrados entre a Companhia, Sendas, Helicco Participações Ltda., Foncière Euris, Casino Services e Casino Guichard-Perrachon S.A. ("Casino") em 10 de agosto de 2014 e 25 de julho de 2016, respectivamente, conforme aditado, para regular o reembolso pela Companhia de despesas incorridas pelas empresas do Grupo Casino decorrentes de atividades de transferência de *know-how* à Companhia e também o reembolso de despesas de colaboradores franceses (expatriados) ao Casino; (b) *Insurance Agreement*: entre a Companhia e Casino para intermediar renovações de determinadas apólices de seguro da Companhia; (c) *Agency Agreement*: entre a Companhia, Sendas, Groupe Casino Limited e Casino Internancional S.A. em 25 de julho de 2016, conforme aditado, para prestação de serviços de *global sourcing* (prospecção de fornecedores globais e intermediação de compras) pelo Casino e negociação comercial de produtos a serem adquiridos pela Companhia de fornecedores internacionais e (d) *Purchase Agreement*: entre a Companhia, Sendas e E.M.C. Distribution Limited em 6 de junho de 2019 para importação de produtos perecíveis e não perecíveis, em caráter não-exclusivo.
- (ii) *Éxito e controladas*: celebração de (a) *Agreement on Establishment of Business Relations*: entre a Companhia, Sendas, Éxito e suas controladas em 27 de julho de 2016 para regular a prospecção de fornecedores em seus países; (b) contratos de licença de uso de marca e de direitos autorais: entre a Companhia e Éxito para a produção, publicidade, promoção, comercialização e distribuição de produtos do segmento têxtil das marcas Bronzini e Arkitect pela Distribuidora de Textiles y Confecciones S.A. (Didetexto), controlada por Éxito; (c) *Cost Reimbursement Agreement*: entre a Companhia e Éxito em 2019 e 2020 para reembolso de uma parte à outra dos custos incorridos para transferência de colaboradores e prestação de serviços; e (d) *Separation Agreement* celebrado entre a Companhia e Éxito visando a segregação dos negócios, com Éxito deixando de ser uma controlada da Companhia.
- (iii) *FIC*: contratos comerciais para regular as regras para a promoção e venda dos serviços financeiros ofertados pela FIC nas lojas da Companhia e para implementação da parceria financeira entre a Companhia e o Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú").
- (iv) *Greenyellow*: celebração de (a) contratos com a Companhia para regular os termos da instalação de equipamentos e a prestação de serviços pela Greenyellow de soluções de eficiência energética nos estabelecimentos da unidade de negócios multivarejo da Companhia para redução de energia, (b) contratos com a Companhia e Sendas para a compra de energia comercializada em mercado livre e (c) contrato com a Companhia para venda de equipamentos de sistemas de refrigeração alimentar e suas respectivas instalações, monitoramento, manutenção e automação.
- (v) *Puntos Colombia*: Programa de Fidelidade a clientes do Éxito. Saldo relacionado a resgate de pontos e outros serviços.
- (vi) *Tuya*: Entidade financeira investida do Éxito. Saldo relacionado a participação em acordos de colaboração empresarial e reembolso de despesa, cupons de desconto e outros.
- (vii) *Grupo Casino*: Saldos a receber por despesas de expatriados com Casino International, Distribution Casino e Casino Services. Prestação de serviços na importação de mercadorias por outras companhias do grupo Casino.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



- (viii) Sendas Distribuidora: Em 31 de dezembro de 2020, a Sendas deixou de ser subsidiária da Companhia. A Companhia é responsável pelos procedimentos legais da Sendas Distribuidora antes do aporte das operações do Assai. A Companhia assinou com a Sendas Distribuidora um acordo de separação, cujos principais termos estão relacionados com as etapas operacionais para a separação das atividades realizadas em conjunto. Além disso, este acordo de separação estabelece os direitos e responsabilidades de indenização, sobre os quais a Companhia é responsável pelas despesas relacionadas às perdas causadas pelas atividades de varejo anteriores ao aporte das operações do Assai, bem como possui o direito sobre eventuais ganhos relacionados. Em 2021 celebraram Contrato de Cessão Onerosa de Direitos de Exploração de Pontos Comerciais e Outras Avenças, que consiste na alienação pela Companhia à Sendas, de 70 pontos comerciais, que são eram operados pela Companhia em 17 imóveis próprios e os demais em imóveis locados de terceiros.
- (ix) Cheftime: Celebração de (a) *Contrato Guarda-Chuva*: entre a Companhia e Cheftime para regular os termos e condições dos mútuos que vierem a ser concedidos pela Companhia à Cheftime; e (b) *Contrato de Compartilhamento*: entre a Companhia e Cheftime, para que sejam compartilhados recursos materiais e humanos, bem como o rateio, sem qualquer propósito de lucro, das despesas e custos incorridos no efetivo uso de tais recursos compartilhados.
- (x) Stix: Celebração de *Contrato Operacional* firmado entre a Companhia, Stix e Raia Drogasil, com o escopo de estabelecer regras gerais para a operação do Programa Stix.

12. Investimentos em controladas e associadas**12.1 Participação em controladas, subsidiárias e associadas:**

A seguir são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento de cada exercício:

Grupo	Sociedades	País	Participação nos investimentos - %			
			31.12.2022		31.12.2021	
			Companhia	Participação indireta	Companhia	Participação indireta
CBD	Controladas					
	Novasoc Comercial Ltda. ("Novasoc")	Brasil	100,00	-	100,00	-
	CBD Holland B.V. ("CBD Holland") (encerrada)	Brasil	-	-	100,00	-
	GPA 2 Empreend. e Participações Ltda. ("GPA 2")	Brasil	100,00	-	100,00	-
	GPA Logística e Transporte Ltda. ("GPA Logística")	Brasil	100,00	-	100,00	-
	GPA Holding Empreendimentos e Participações Ltda. ("GPA Holding")	Brasil	100,00	-	100,00	-
	SCB Distribuição e Comércio Varejista de Alimentos Ltda. ("Compre Bem")	Brasil	-	-	100,00	-
	Stix Fidelidade e Inteligência S.A. ("Stix")	Brasil	66,67	-	66,67	-
	James Intermediação S.A. ("James Delivery")	Brasil	-	-	100,00	-
	Cheftime Comércio de Refeições S/A ("Cheftime")	Brasil	100,00	-	99,05	-
	GPA Malls & Properties Gestão de Ativos e Serviços Imobiliários Ltda. ("GPA M&P")	Brasil	100,00		100,00	
	Fronteira Serviços Imobiliários Ltda. ("Fronteira")	Brasil	-	100,00	-	100,00
	Place2B Serviços Imobiliários Ltda. ("Place2B")	Brasil	-	100,00	-	100,00
	Companhia Brasileira de Distribuição Luxembourg Holding S.à.r.l. ("CBDLuxco")	Luxemburgo	100,00	-	100,00	-
Companhia Brasileira de Distribuição Netherlands Holding B.V. ("CBDDutchco")	Holanda	-	100,00	-	100,00	

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



				Participação nos investimentos - %		
				31.12.2022	31.12.2021	
Grupo	Sociedades	País	Companhia	Participação indireta	Companhia	Participação indireta
Éxito(**)	Almacenes Éxito S.A. ("Éxito")	Colômbia	91,52	5,00	91,57	5,00
	Éxito Industrias S.A.S.	Colômbia	-	94,54	-	94,59
	Fideicomiso Lote Girardot	Colômbia	-	96,52	-	96,57
	Éxito Viajes y Turismo S.A.S.	Colômbia	-	49,22	-	49,25
	Almacenes Éxito Inversiones S.A.S. (Móvil Éxito)	Colômbia	-	96,52	-	96,57
	Transacciones Energéticas S.A.S (antes Gemex O & W S.A.S.)	Colômbia	-	96,52	-	96,57
	Marketplace Internacional Éxito y Servicios S.A.S. (MPI)	Colômbia	-	96,52	-	96,57
	Logística, Transporte y Servicios Asociados S.A.S. (LTSA)	Colômbia	-	96,52	-	96,57
	Depósitos y Soluciones Logísticas S.A.S.	Colômbia	-	96,52	-	96,57
	Patrimonio Autónomo Iwana	Colômbia	-	49,22	-	49,25
	Patrimonio Autónomo Viva Malls	Colômbia	-	49,22	-	49,25
	Patrimonio Autónomo Viva Sincelejo	Colômbia	-	25,10	-	25,12
	Patrimonio Autónomo Viva Villavicencio	Colômbia	-	25,10	-	25,12
	Patrimonio Autónomo San Pedro Etapa I	Colômbia	-	25,10	-	25,12
	Patrimonio Autónomo Centro Comercial	Colômbia	-	25,10	-	25,12
	Patrimonio Autónomo Viva Laureles	Colômbia	-	39,38	-	39,40
	Patrimonio Autónomo Viva Palmas	Colômbia	-	25,10	-	25,12
	Patrimonio Autónomo Centro Comercial Viva Barranquilla	Colômbia	-	44,30	-	44,33
	Spice investment Mercosur	Uruguai	-	96,52	-	96,57
	Larenco S.A.	Uruguai	-	96,52	-	96,57
	Geant Inversiones S.A.	Uruguai	-	96,52	-	96,57
	Lanin S.A.	Uruguai	-	96,52	-	96,57
	5 Hermanos Ltda.	Uruguai	-	96,52	-	96,57
	Sumelar S.A.	Uruguai	-	96,52	-	96,57
	Gestión Logística S.A.	Uruguai	-	96,52	-	96,57
	Supermercados Disco del Uruguay S.A. (*)	Uruguai	-	60,31	-	60,35
	Maostar S.A.	Uruguai	-	30,16	-	30,18
	Ameluz S.A.	Uruguai	-	60,31	-	60,35
	Fandale S.A.	Uruguai	-	60,31	-	60,35
	Odaler S.A.	Uruguai	-	60,31	-	60,35
	La Cabaña S.R.L.	Uruguai	-	60,31	-	60,35
	Ludi S.A.	Uruguai	-	60,31	-	60,35
	Semin S.A.	Uruguai	-	60,31	-	60,35
	Randicor S.A.	Uruguai	-	60,31	-	60,35
	Setara S.A.	Uruguai	-	60,31	-	60,35
	Hiper Ahorro S.R.L.	Uruguai	-	60,31	-	60,35
	Ciudad del Ferrol S.C.	Uruguai	-	59,11	-	59,14
	Mablicor S.A.	Uruguai	-	30,76	-	30,78
	Tipset S.A.	Uruguai	-	96,52	-	96,57
	Tedocan S.A.	Uruguai	-	96,52	-	96,57
	Vía Artika S. A.	Uruguai	-	96,52	-	96,57
	Grupo Disco del Uruguay S.A. (*)	Uruguai	-	60,31	-	60,35
	Devoto Hermanos S.A.	Uruguai	-	96,52	-	96,57
	Mercados Devoto S.A.	Uruguai	-	96,52	-	96,57

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



				Participação nos investimentos - %		
				31.12.2022	31.12.2021	
Grupo	Sociedades	País	Companhia	Participação indireta	Companhia	Participação indireta
	Libertad S.A.	Argentina	-	96,52	-	96,57
	Onper Investment 2015 S.L	Espanha	-	96,52	-	96,57
	Spice España de Valores Americanos S.L.	Espanha	-	96,52	-	96,57
	Marketplace Internacional Éxito S.L	Espanha	-	-	-	96,57
	Gelase S. A.	Bélgica	-	96,52	-	96,57

(*) Supermercados Disco del Uruguay S.A. é controlado por meio de um Acordo de Acionistas assinado em abril de 2015, que concedeu ao Éxito 75% dos votos necessários para assumir o controle. Este Acordo de Acionistas expirou em 30 de junho de 2021 e em 18 de agosto de 2021 foi firmado um novo Acordo mantendo Éxito como controlador.

(**) As entidades do Grupo Éxito estão classificadas como ativos mantidos para distribuição em 31 de dezembro de 2022, vide nota nº1.2.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A seguir são apresentados os detalhes das associadas da Companhia no encerramento de cada exercício:

Grupo	Sociedades	Participação nos investimentos - %				
		31.12.2022			31.12.2021	
		País	Companhia	Participação indireta	Companhia	Participação indireta
Cnova N.V.	Cnova N.V. ("Cnova Holanda")	Holanda	-	33,98	-	33,98
	Cdiscount Afrique SAS ("Cdiscount Afrique")	França	-	33,98	-	33,98
	Cdiscount International BV The Netherlands ("Cdiscount Internacional")	Holanda	-	33,98	-	33,98
	Cnova France SAS ("Cnova France")	França	-	33,98	-	33,98
	Cdiscount S.A. ("Cdiscount")	França	-	33,87	-	33,87
	Cdiscount Côte d'Ivoire SAS Ivory Coast ("Cdiscount Côte")	Costa do Marfim	-	-	-	33,98
	Cdiscount Sénégal SAS ("Cdiscount Sénégal")	Senegal	-	33,98	-	33,98
	Cdiscount Cameroun SAS ("Cdiscount Cameroun")	Camarões	-	33,98	-	33,98
	CLatam AS Uruguay ("CLatam")	Uruguai	-	23,79	-	23,79
	Cdiscount Panama S.A. ("Cdiscount Panama")	Panama	-	-	-	23,79
	Cdiscount Uruguay S.A. ("Cdiscount Uruguay")	Uruguai	-	23,79	-	23,79
	Ecdiscoc Comercializadora S.A. (Cdiscount Ecuador) ("Ecdiscoc Comercializadora")	Equador	-	23,78	-	23,78
	Cnova Pay	França	-	33,98	-	33,98
	BeezUP SAS ("BezzUp")	França	-	25,29	-	25,29
	CARYA	França	-	33,87	-	33,87
	HALTAE	França	-	33,87	-	33,87
	C-Logistics	França	-	28,56	-	28,56
	NEOSYS	França	-	17,33	-	17,33
	Neotech Solutions	Marrocos	-	17,33	-	17,33
	NEOSYS Tunisie	Tunísia	-	17,33	-	17,33
	C Chez Vous	França	-	1,70	-	28,53
	C-SHIELD	França	-	33,87	-	33,87
	MAAS	França	-	33,87	-	33,87
	C-TECHNOLOGY (antiga C-PAYMENT)	França	-	33,87	-	33,87
	CLR	França	-	28,56	-	28,56
FIC	Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC")	Brasil	-	17,88	-	17,88
	FIC Promotora de Vendas Ltda. ("FIC Promotora")	Brasil	-	17,88	-	17,88
	Bellamar Empreend. e Participações S.A. ("Bellamar")	Brasil	50,00	-	50,00	-
Éxito(**)	Puntos Colombia S.A.S ("Puntos")	Colômbia	-	48,26	-	48,29
	Compañía de Financiamento Tuya S.A. ("Tuya")	Colômbia	-	48,26	-	48,29
	Cnova N.V. ("Cnova Holanda")	Holanda	-	0,18	-	0,18
	Sara ANB S.A.S	Colômbia	-	48,26	-	-

(**) As entidades do Grupo Éxito estão classificadas como ativos mantidos para distribuição em 31 de dezembro de 2022, vide nota nº1.2.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**12.2 Informações contábeis das associadas**

Os investimentos em associadas são contabilizados segundo o método da equivalência patrimonial, por se tratar de uma entidade na qual a Companhia exerce influência significativa, mas não o controle, uma vez que (a) é parte do acordo de acionistas, indicando uma parcela dos administradores e tendo direito de veto em certas decisões relevantes; e (b) o poder sobre as decisões operacionais e financeiras. As associadas são: i) FIC administradas pelo Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco"), ii) Cnova N.V. que opera principalmente no comércio eletrônico na França e (iii) Tuya, financeira investida do Éxito. Não há quaisquer restrições por parte das associadas em transferir recursos para a Companhia, como por exemplo em forma de dividendos.

As informações contábeis resumidas são as seguintes:

	FIC		Cnova N.V.		Tuya	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante	11.682	8.742	2.304	4.110	5.355	5.293
Ativo não circulante	32	35	3.591	3.732	144	156
Ativo total	11.714	8.777	5.895	7.842	5.499	5.449
Passivo circulante	9.963	7.401	5.351	6.351	2.329	2.689
Passivo não circulante	174	44	2.677	3.066	2.588	2.039
Patrimônio líquido	1.577	1.332	(2.133)	(1.575)	582	721
Total passivo e patrimônio líquido	11.714	8.777	5.895	7.842	5.499	5.449
Demonstração do resultado:						
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Receitas	1.411	1.034	9.345	13.824	490	783
Resultados operacionais	412	482	(279)	54	(121)	35
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	245	265	(716)	(313)	(89)	15

O cálculo do investimento da FIC considera o patrimônio líquido da investida deduzido da reserva especial de ágio no valor de R\$122, a qual é de direito exclusivo do Itaú Unibanco. A Tuya é uma associada do grupo Éxito. O investimento na Tuya está apresentado na linha de ativo mantido para venda, vide nota nº1.2.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**12.3 Composição dos investimentos**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Participações em controladas e coligadas	932	11.059	833	1.254
Provisão para perdas de investimentos	(863)	(703)	(863)	(689)
Investimento	69	10.356	(30)	565

A provisão para perdas com investimento é composta principalmente por R\$863 relacionada a Cnova N.V em 31 de dezembro de 2022 (R\$689 em 31 de dezembro de 2021).

12.4 Movimentação dos investimentos

	Controladora					
	31.12.2022			31.12.2021		
	Éxito	Outros	Total	Éxito	Outros	Total
No início do período	9.427	929	10.356	10.479	490	10.969
Equivalência patrimonial	(110)	(276)	(386)	444	(190)	254
Dividendos e juros s/ capital próprio	(276)	-	(276)	(246)	(27)	(273)
Recompra de ações (nota nº12.4.1)	(378)	-	(378)	-	-	-
Aumento de capital	-	88	88	-	127	127
Aumento de capital com imobilizado	-	-	-	-	13	13
Transferência de participação (*)	-	-	-	(548)	548	-
Incorporação (nota nº1.3)	-	(270)	(270)	-	-	-
Baixa de investimento	-	(1)	(1)	-	-	-
Cisão postos	-	-	-	-	5	5
Outras movimentações	(2)	-	(2)	(3)	1	(2)
Equivalência sobre outros resultados abrangentes	(1.680)	(19)	(1.699)	(699)	(38)	(737)
Ativo mantido para distribuição	(6.981)	(382)	(7.363)	-	-	-
No final do período	-	69	69	9.427	929	10.356

(*) Transferência de participação de 5% do capital da subsidiária Éxito para a subsidiária GPA 2.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Consolidado				
	Bellamar	Tuya	Cnova N.V	Outros	Total
Saldos em 31.12.2020	769	456	(579)	13	659
Equivalência patrimonial – continuada	47	8	(105)	3	(47)
Dividendos e Juros sobre capital próprio – continuada	(27)	-	-	-	(27)
Equivalência sobre outros resultados abrangentes	-	(46)	6	(1)	(41)
Aumento de capital	-	21	-	-	21
Saldos em 31.12.2021	789	439	(678)	15	565
Equivalência patrimonial – continuada	44	-	(249)	-	(205)
Equivalência patrimonial – descontinuada	-	(44)	-	2	(42)
Equivalência sobre outros resultados abrangentes	-	(95)	72	(3)	(26)
Aumento de capital	-	54	-	1	55
Baixa de investimento	-	-	-	(1)	(1)
Ativos mantidos para venda- Vide nota nº1.2	-	(354)	(8)	(14)	(376)
Saldos em 31.12.2022	833	-	(863)	-	(30)

12.4.1 Recompra de ações

Em 24 de março de 2022 foi aprovada a proposta de distribuição dos resultados do Grupo Éxito no montante de 487 bilhões de pesos colombianos, dos quais 237 bilhões de pesos colombianos foram pagos em 31 de março de 2022 e o saldo remanescente no montante de 250 bilhões de pesos colombianos (equivalentes a R\$315 em 31 de março de 2022) foram destinados para o programa de recompra de ações do Grupo Éxito. Foi aprovada também a destinação de 147 bilhões de pesos colombianos (equivalentes a R\$186 em 31 de março de 2022) da reserva de expansão, correspondente ao lucro de 2020, para o programa de recompra de ações do Grupo Éxito.

Em 1º de junho de 2022, os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram a adesão ao plano proposto de Recompra de ações da controlada Éxito, para venda de 3,4% das ações detidas pela Companhia e por sua controlada GPA2 em Éxito, o qual foi concluído em 22 de junho de 2022, com o recebimento de R\$398 pelo GPA, sendo R\$378 pela Companhia e R\$20 pelo GPA2. A Companhia teve sua participação alterada de 91,57% para 91,52% e GPA2 manteve a participação de 5%.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**13. Propriedades para Investimento**

Propriedades para investimento são mensuradas ao custo histórico, (incluindo custos da transação), líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo das propriedades para investimento adquiridas numa combinação de negócios e determinado pelo valor justo, conforme IFRS 3/ CPC 15 – Combinação de negócios.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser permanentemente utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. Uma propriedade para investimento também é transferida quando há intenção de venda e nesse caso é classificada como ativo não circulante mantido para venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado do exercício quando efetivada a baixa. A vida útil dos edifícios é apresentada na nota nº14.

As propriedades para investimento da Companhia e suas subsidiárias correspondem a áreas comerciais e lotes que são mantidas para geração de renda ou apreciação futura do preço.

A Companhia efetuou teste para verificar os ativos operacionais das propriedades para investimento que poderiam não ser recuperáveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Com base nos testes efetuados, foi necessário registrar uma perda no valor de R\$6 no consolidado (R\$32 em 31 de dezembro de 2021).

O valor justo das propriedades para investimento é mensurado com base em avaliações realizadas por terceiros.

Consolidado									
	Saldo em: 31.12.2021	Adições	Impairment	Depreciação	Baixas	Ajuste de conversão para moeda de apresentação	Transfe- rências(*)	Ativos mantidos para venda (**)	Saldo em: 31.12.2022
Terrenos	759	-	(1)	-	3	(189)	(4)	(568)	-
Edifícios	2.455	2	(5)	(50)	9	(447)	14	(1.978)	-
Imobilizado em andamento	40	98	-	-	-	(20)	-	(118)	-
Total	3.254	100	(6)	(50)	12	(656)	10	(2.664)	

(*) Transferências para imobilizado

(**) Vide Nota nº 1.2

Consolidado								
	Saldo em: 31.12.2020	Adições	Impairment	Depreciação	Baixas	Ajuste de conversão para moeda de apresentação	Transfe- rências(*)	Saldo em: 31.12.2021
Terrenos	762	1	(4)	-	4	(58)	54	759
Edifícios	2.859	91	(28)	(58)	3	(169)	(243)	2.455
Imobilizado em andamento	18	32	-	-	-	(3)	(7)	40
Total	3.639	124	(32)	(58)	7	(230)	(196)	3.254

(*) Transferências para imobilizado

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Consolidado**

	Saldo em 31.12.2022			Saldo em 31.12.2021		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	-	-	759	-	759
Edifícios	-	-	-	2.607	(152)	2.455
Imobilizado em andamento	-	-	-	40	-	40
Total	-	-	-	3.406	(152)	3.254

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o resultado gerado pela subsidiária Êxito pelo uso das propriedades de investimento foram os seguintes:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita de arrendamento	416	433
Gastos operacionais relacionados com propriedades de investimento que geram receitas	(92)	(108)
Gastos operacionais relacionados com propriedades de investimento que não geram receitas	(99)	(103)
Receita líquida gerada pelas propriedades de investimento	<u>225</u>	<u>222</u>

Os valores estão registrados na linha de operação descontinuada (nota nº1.2)

Em 31 de dezembro de 2022 o valor justo das propriedades de investimento em uso era composto apenas por saldos da subsidiária Êxito no montante de R\$4.278 (R\$3.844 em 31 de dezembro de 2021). Os principais dados utilizados na avaliação do valor justo, tais como taxa de desconto, taxa de vacância e taxa de capitalização terminal são estimadas por assessores e revisadas pela Administração com base a transações comparáveis e dados do setor. O valor das propriedades de investimento está registrado no ativo mantido para venda (nota nº1.2). As taxas variam para cada empreendimento conforme a região geográfica, formato do empreendimento e são apresentadas a seguir:

	Intervalo	
Taxa de desconto	11,25%	17,00%
Taxa de vacância	0,00%	17,92%
Taxa de capitalização terminal	8,00%	8,25%

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**14. Imobilizado**

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo inclui o montante de aquisição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciações específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

Categoria dos ativos	Vida útil (em anos)
Edifícios	Entre 40 e 50
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	Entre 24 e 40
Máquinas e equipamentos	Entre 10 e 20
Instalações	11
Móveis e utensílios	Entre 9 e 12
Outros	Entre 3 e 5

Itens do imobilizado e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado no exercício de 2022 e concluiu que não há alterações a realizar neste exercício.

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido (ativo qualificável), são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos durante sua fase de construção. A partir da data da entrada em operação do correspondente ativo, os custos capitalizados são depreciados pelo prazo de vida útil estimada do ativo.

14.1 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação (*impairment test*) tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. A realização pode ser de forma direta ou indireta, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia e suas subsidiárias.

Anualmente a Companhia e suas subsidiárias efetuam o teste de recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o seu valor justo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa - UGC, exceto se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão a fim de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital da Companhia (WACC) que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O teste de vida útil dos intangíveis incluindo ágio são apresentados na nota nº 15.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

*Teste de recuperação dos ativos operacionais das lojas*

O procedimento para verificação de não realização consistiu no agrupamento de ativos operacionais e intangíveis (como fundo de comércio) diretamente atribuíveis às lojas. Os passos do teste foram os seguintes:

- Passo 1: comparou-se o valor contábil em imóveis das lojas alugadas com um múltiplo de venda (30% a 35%) representativo de transações observáveis de mercado entre empresas de varejo. Para as lojas com valor de múltiplo inferior ao valor contábil, passamos a um método mais detalhado, descrito no Passo 2.
- Passo 2: a Companhia considera o maior valor entre os fluxos de caixa descontados utilizando a taxa de crescimento de 5,4% (4,8% em 2021) e taxa de desconto de 11,6% (10,6% em 2021) limitado pelo prazo médio da vida econômica remanescente dos ativos operacionais de cada UGC ou laudos de avaliação preparados por especialistas independentes para as lojas próprias.

A Companhia efetuou teste para verificar os ativos operacionais das lojas que poderiam não ser recuperáveis e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Com base nos testes efetuados, foi necessário registrar uma perda no valor de R\$8 no consolidado (R\$5 no consolidado em 31 de dezembro de 2021).

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em exercícios futuros.

	Controladora						
	Saldo em: 31.12.2021	Adições	Remen- suração	Deprecia- ção	Baixas	Transfe- rências (*)	Saldo em: 31.12.2022
Terrenos	398	-	-	-	(4)	-	417
Edifícios	430	34	-	(18)	(12)	-	444
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.230	62	-	(147)	(40)	218	1.446
Máquinas e equipamentos	732	161	-	(140)	(65)	163	905
Instalações	116	8	-	(22)	(5)	15	117
Móveis e utensílios	300	75	-	(48)	(24)	13	337
Imobilizado em andamento	101	561	-	-	(9)	(535)	118
Outros	24	11	-	(9)	(3)	8	32
Total	3.331	912	-	(384)	(162)	(118)	3.816
Arrendamento – direito de							
uso:							
Edifícios	2.736	217	573	(412)	(104)	-	3.010
	2.736	217	573	(412)	(104)	-	3.010
Total	6.067	1.129	573	(796)	(266)	(118)	6.826

(*) R\$125 foram transferidos para intangíveis.

(**) Vide nota nº 1.3.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Controladora							
	Saldo em: 31.12.2020	Adições	Remen- suração (*)	Deprecia- ção	Baixas (**)	Transfe- rências (***)	Cisão/ Incorpore- ção	Saldo em: 31.12.2021
Terrenos	586	-	-	-	(83)	(105)	-	398
Edifícios	743	9	-	(26)	(65)	(231)	-	430
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.867	51	-	(200)	(232)	(257)	1	1.230
Máquinas e equipamentos	925	127	-	(158)	(106)	(57)	1	732
Instalações	203	-	-	(30)	(24)	(33)	-	116
Móveis e utensílios	359	36	-	(59)	(1)	(36)	1	300
Imobilizado em andamento	108	391	-	-	-	(387)	(11)	101
Outros	28	8	-	(10)	-	(2)	-	24
Total	4.819	622	-	(483)	(511)	(1.108)	(8)	3.331

Arrendamento – direito deuso:

Edifícios	4.282	94	(702)	(478)	(460)	-	-	2.736
	4.282	94	(702)	(478)	(460)	-	-	2.736
Total	9.101	716	(702)	(961)	(971)	(1.108)	(8)	6.067

(*) R\$(1.170) está relacionado a remensuração do passivo de arrendamento das 50 lojas que serão entregues a Sendas em 2022 e o restante está relacionado a correção monetária dos contratos de aluguéis.

(**) Refere-se principalmente a transação do Extra Hiper (vide nota nº 1.1), sendo R\$481 no imobilizado e R\$385 no direito de uso.

(***) Desse montante, R\$996 são transferências para mantido para venda, R\$102 para intangíveis e R\$13 de aumento de capital com imobilizado (vide nota nº12.3).

	Controladora					
	Saldo em 31.12.2022			Saldo em 31.12.2021		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	417	-	417	398	-	398
Edifícios	811	(367)	444	788	(358)	430
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.017	(1.571)	1.446	2.691	(1.461)	1.230
Máquinas e equipamentos	2.398	(1.493)	905	2.205	(1.473)	732
Instalações	381	(264)	117	359	(243)	116
Móveis e utensílios	915	(578)	337	873	(573)	300
Imobilizado em andamento	118	-	118	101	-	101
Outros	124	(92)	32	127	(103)	24
	8.181	(4.365)	3.816	7.542	(4.211)	3.331
Arrendamento – direito de uso:						
Edifícios	5.795	(2.785)	3.010	6.020	(3.284)	2.736
Equipamentos	37	(37)	-	37	(37)	-
	5.832	(2.822)	3.010	6.057	(3.321)	2.736
Total	14.013	(7.187)	6.826	13.599	(7.532)	6.067

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado									
	Saldo em: 31.12.2021	Adições	Remen- suração	Impairment	Depreciação	Baixas	Trans- ferências (*)	Ajuste de conversão para moeda de apresentação	Ativos mantidos para venda (**)	Saldo em: 31.12.2022
Terrenos	3.125	15	-	-	-	(5)	(14)	(437)	(2.262)	422
Edifícios	4.008	69	-	-	(126)	(14)	(5)	(653)	(2.834)	445
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.809	143	-	(2)	(197)	(43)	227	(41)	(442)	1.454
Máquinas e equipamentos	1.616	385	-	-	(295)	(73)	139	(167)	(700)	905
Instalações	197	11	-	-	(33)	(7)	30	5	(86)	117
Móveis e utensílios	614	176	-	-	(121)	(27)	23	(59)	(268)	338
Imobilizações em andamento	171	644	-	-	-	(13)	(615)	(17)	(54)	116
Outros	33	13	-	-	(12)	(3)	9	(2)	(6)	32
Total	11.573	1.456	-	(2)	(784)	(185)	(206)	(1.371)	(6.652)	3.829
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>										
Edifícios	4.728	430	716	(6)	(736)	(168)	-	(360)	(1.589)	3.015
Equipamentos	38	10	-	-	(9)	-	-	(7)	(32)	-
Terrenos	5	-	-	-	(1)	-	-	-	(4)	-
	4.771	440	716	(6)	(746)	(168)	-	(367)	(1.625)	3.015
Total	16.344	1.896	716	(8)	(1.530)	(353)	(206)	(1.738)	(8.277)	6.844

(*) Desse montante, os principais efeitos são R\$126 transferidos para intangíveis e R\$33 para estoque de imóveis – Grupo Éxito.

(**) Vide Nota nº 1.2

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado									
	Saldo em: 31.12.2020	Adições	Remen- suração (*)	Impairment	Depreciação	Baixas (**)	Incorporação	Trans- ferências (***)	Ajuste de conversão para moeda de apresentação	Saldo em: 31.12.2021
Terrenos	3.540	2	-	(1)	(1)	(80)	1	(162)	(174)	3.125
Edifícios	4.414	66	-	(1)	(156)	(64)	-	(5)	(246)	4.008
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.412	118	-	(3)	(255)	(241)	4	(200)	(26)	1.809
Máquinas e equipamentos	1.769	480	-	-	(336)	(117)	1	(106)	(75)	1.616
Instalações	283	5	-	-	(42)	(24)	-	(25)	-	197
Móveis e utensílios	706	122	-	-	(144)	(7)	-	(36)	(27)	614
Imobilizações em andamento	213	433	-	-	-	(1)	(9)	(461)	(4)	171
Outros	34	9	-	-	(13)	-	-	3	-	33
Total	13.371	1.235	-	(5)	(947)	(534)	(3)	(992)	(552)	11.573
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>										
Edifícios	6.465	232	(463)	-	(830)	(485)	-	1	(192)	4.728
Equipamentos	49	6	2	-	(13)	(2)	-	-	(4)	38
Terrenos	3	1	1	-	-	-	-	-	-	5
Total	6.517	239	(460)	-	(843)	(487)	-	1	(196)	4.771
Total	19.888	1.474	(460)	(5)	(1.790)	(1.021)	(3)	(991)	(748)	16.344

(*) R\$(1.170) está relacionado a remensuração do passivo de arrendamento das 50 lojas que serão entregues a Sendas em 2022 e o restante está relacionado a correção monetária dos contratos de aluguéis.

(**) Refere-se principalmente a transação do Extra Hiper (vide nota nº 1.1), sendo R\$481 no imobilizado e R\$385 no direito de uso.

(***) Desse montante, os principais efeitos são R\$996 de transferências para mantido para venda, R\$115 para intangíveis e R\$196 de propriedades para investimento.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Consolidado					
	Saldo em 31.12.2022			Saldo em 31.12.2021		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	422	-	422	3.125	-	3.125
Edifícios	812	(367)	445	4.751	(743)	4.008
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.032	(1.578)	1.454	3.749	(1.940)	1.809
Máquinas e equipamentos	2.403	(1.498)	905	4.201	(2.585)	1.616
Instalações	382	(265)	117	554	(357)	197
Móveis e utensílios	915	(577)	338	1.810	(1.196)	614
Imobilizado em andamento	116	-	116	171	-	171
Outros	125	(93)	32	163	(130)	33
	8.207	(4.378)	3.829	18.524	(6.951)	11.573
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>						
Edifícios	5.805	(2.790)	3.015	8.774	(4.046)	4.728
Equipamentos	37	(37)	-	101	(63)	38
Terrenos	-	-	-	9	(4)	5
	5.842	(2.827)	3.015	8.884	(4.113)	4.771
Total	14.049	(7.205)	6.844	27.408	(11.064)	16.344

14.2 Garantias

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia e suas subsidiárias possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia para demandas judiciais, conforme divulgado na nota nº 21.8.

14.3 Custos de captação de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$37 (R\$11 em 31 de dezembro de 2021). A taxa adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de 177,29% (153,04% em 31 de dezembro de 2021) do CDI, correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pela Companhia.

14.4 Adições ao ativo imobilizado para fins de fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Adições (i)	1.129	716	1.896	1.474
Arrendamento	(217)	(94)	(431)	(239)
Juros capitalizados	(37)	(11)	(37)	(11)
Financiamento de imobilizado - Adições (ii)	(803)	(554)	(1.474)	(1.149)
Financiamento de imobilizado - Pagamentos (ii)	850	496	1.444	960
Total	922	553	1.398	1.035

- (i) As adições efetuadas pela Companhia referem-se à compra de ativos operacionais, compras de terrenos e edifícios para expansão das atividades, obras de construção de novas lojas, modernização das centrais de distribuição existentes, reformas de diversas lojas e investimentos em equipamentos e em tecnologia da informação.
- (ii) As adições e os pagamentos do imobilizado anteriormente mencionados estão ordenados para demonstrar somente as aquisições do ano, de forma a conciliar com a demonstração dos fluxos de caixa e o total das adições que consta no quadro.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**14.5 Outras informações**

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia e suas subsidiárias contabilizaram no custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados, o valor de R\$95 na controladora (R\$130 em 31 de dezembro de 2021) e de R\$95 no consolidado (R\$131 em 31 de dezembro de 2021), referente à depreciação de caminhões, maquinários, edificações e instalações referentes às centrais de distribuição.

15. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial, sendo deduzidos pela amortização e as eventuais perdas por não recuperação. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de software, são refletidos no resultado do exercício que foram incorridos.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente software adquiridos de terceiros, software desenvolvido para uso interno, fundo de comércio (direito de uso das lojas), lista de clientes, contratos vantajosos de aluguel, contratos vantajosos de fornecimento de móveis e marcas.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento do exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças das premissas contábeis.

Os custos de desenvolvimento de software reconhecido como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida (5 a 10 anos), cuja taxa de amortização é de 11,50%, iniciando a amortização quando se tornam operacionais.

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento do exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da UGC. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a estimativa de vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.

Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	Controladora						
	Saldo 31.12.2021	Adições	Remen- suração	Amorti- zação	Baixas	Transfe- rências	Saldo 31.12.2022
Ágio	502	-	-	-	-	-	519
Marcas	-	-	-	-	-	-	3
Fundo de comércio (nota nº15.2)	47	-	-	(3)	-	3	47
Softwares e implantação	945	174	-	(214)	(15)	125	1.033
	1.494	174	-	(217)	(15)	128	1.602
Arrendamento – direito de uso:							
Direito de uso Paes Mendonça	414	-	20	(47)	(79)	(3)	305
Softwares	27	-	-	(3)	(10)	-	14
	441	-	20	(50)	(89)	(3)	319
Total	1.935	174	20	(267)	(104)	125	1.921

(*) Vide nota nº 1.3.

	Controladora					
	Saldo 31.12.2020	Adições	Remen- suração	Amorti- zação	Baixas	Saldo 31.12.2021
Ágio	502	-	-	-	-	502
Fundo de comércio (nota nº15.2)	47	-	-	-	-	47
Softwares e implantação	888	134	-	(177)	(2)	945
	1.437	134	-	(177)	(2)	1.494
Arrendamento – direito de uso:						
Direito de uso Paes Mendonça	567	-	43	(46)	-	414
Softwares	36	-	-	(9)	-	27
	603	-	43	(55)	-	441
Total	2.040	134	43	(232)	(2)	1.935

(*) Valor de direito de uso de R\$150 reclassificado para ativo mantido para venda (nota nº 32)

	Controladora					
	Saldo em 31.12.2022			Saldo em 31.12.2021		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio	519	-	519	502	-	502
Marcas	3	-	3	-	-	-
Fundo de comércio (nota nº15.2)	47	-	47	47	-	47
Softwares e implantação	2.058	(1.025)	1.033	1.743	(798)	945
	2.627	(1.025)	1.602	2.292	(798)	1.494
Arrendamento – direito de uso:						
Direito de uso Paes Mendonça(*)	478	(173)	305	546	(132)	414
Softwares	120	(106)	14	169	(142)	27
	598	(279)	319	715	(274)	441
Total	3.225	(1.304)	1.921	3.007	(1.072)	1.935

(*) Vinculado aos contratos de arrendamentos e de operação de determinadas lojas. A Companhia tem o direito contratual de exploração dessas lojas até 2048.

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado									
	Saldo 31.12.2021	Adições	Impairment	Amortização	Baixas	Remensu ração	Ajuste de conversão para moeda de apresentação	Transfe- rências	Ativos mantidos para venda (*)	Saldo 31.12.2022
Ágio	729	-	-	-	-	-	(40)	-	(148)	541
Marcas	3.385	-	(19)	-	18	-	(686)	-	(2.693)	5
Fundo de comércio (nota nº15.2)	51	-	-	(3)	-	-	(1)	3	(3)	47
Direitos contratuais	3	-	-	(1)	-	-	1	1	(3)	1
Software	1.144	230	-	(268)	(20)	-	(28)	125	(110)	1.073
	5.312	230	(19)	(272)	(2)	-	(754)	129	(2.957)	1.667
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>										
Direito de uso Paes Mendonça	413	-	-	(47)	(78)	20	-	(3)	-	305
Softwares	28	-	-	(3)	(11)	-	-	-	-	14
	441	-	-	(50)	(89)	20	-	(3)	-	319
Total	5.753	230	(19)	(322)	(91)	20	(754)	126	(2.957)	1.986

(*) Vide Nota nº 1.2

	Consolidado								
	Saldo 31.12.2020	Adições	Impairment	Amortização	Baixas	Remensur açã	Ajuste de conversão para moeda de apresentação	Transfe- rências (*)	Saldo 31.12.2021
Ágio	750	-	-	-	-	-	(21)	-	729
Marcas	3.731	-	(22)	-	-	-	(324)	-	3.385
Fundo de comércio (nota nº15.2)	47	4	-	-	-	-	-	-	51
Direitos contratuais	3	-	-	-	-	-	-	-	3
Software	1.030	228	-	(214)	(2)	-	(13)	115	1.144
	5.561	232	(22)	(214)	(2)	-	(358)	115	5.312
Arrendamento – direito de uso:									
Direito de uso Paes Mendonça	567	-	-	(47)	-	43	-	(150)	413
Softwares	36	-	-	(8)	-	-	-	-	28
	603	-	-	(55)	-	43	-	(150)	441
Total	6.164	232	(22)	(269)	(2)	43	(358)	(35)	5.753

(*) Valor de direito de uso de R\$150 reclassificado para ativo mantido para venda (nota nº 32)

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					
	Saldo em 31.12.2022			Saldo em 31.12.2021		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio	541	-	541	729	-	729
Marcas	5	-	5	3.385	-	3.385
Fundo de comércio (nota nº15.2)	47	-	47	54	(3)	51
Direitos contratuais	2	(1)	1	6	(3)	3
Software	2.116	(1.043)	1.073	2.165	(1.021)	1.144
	2.711	(1.044)	1.667	6.339	(1.027)	5.312
<u>Arrendamento – direito de uso:</u>						
Direito de uso Paes	478	(173)	305	543	(130)	413
Mendonça(*)	120	(106)	14	170	(142)	28
Software	598	(279)	319	713	(272)	441
Total intangível	3.309	(1.323)	1.986	7.052	(1.299)	5.753

(*) Vinculado aos contratos de arrendamentos e de operação de determinadas lojas. A Companhia tem o direito contratual de exploração dessas lojas até 2048.

15.1 Teste de recuperação de intangíveis de vida útil indefinida, incluindo ágio

O teste de recuperação (impairment test) dos intangíveis utiliza-se as mesmas práticas descritas na nota nº14.

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o ágio e as marcas adquiridos por meio de combinações de negócios e licenças com duração indefinida foi alocado às UGCs, que também são segmentos operacionais que divulgam informações. Os segmentos são: varejo e varejo internacional (Grupo Êxito)

O valor recuperável dos segmentos é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração para os próximos três anos. No varejo a taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 11,7% (10,6% em 2021), e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 5,4% (4,8% em 31 de dezembro de 2021). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

Em relação ao Grupo Êxito a taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 7,4% (7,4% em 31 de dezembro de 2021) e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 3,7% (3% em 31 de dezembro de 2021). Como resultado dessa análise, foi identificada necessidade de registrar provisão de R\$ 19 para redução ao valor recuperável dos intangíveis de vida útil indefinida (R\$ 22 em 31 de dezembro de 2021).

Análise de sensibilidade

Com base no cenário provável, foi construída uma análise de sensibilidade para um aumento/diminuição de 0,5% na taxa de desconto e na taxa de crescimento. Sendo que em qualquer combinação o valor do fluxo de caixa do segmento é superior ao seu valor contábil. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15.2 Fundo de comércio

Fundo de comércio é o direito de operar as lojas, que se refere a direitos adquiridos ou alocados em combinações de negócios.

No entendimento da Administração, os valores de fundo de comércio são recuperáveis, seja pelo valor retornado do fluxo de caixa das lojas ou pela possibilidade de negociação dos fundos de comércio com terceiros.

Os fundos de comércio são testados seguindo as mesmas premissas utilizada nos demais testes de recuperabilidade da Companhia seguindo o prazo de utilização destes ativos.

15.3 Adições ao ativo intangível para fins de fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Adições	174	134	230	232
Arrendamento	(2)	-	(2)	-
Total	172	134	228	232

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Fornecedores e Fornecedores - convênios

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores de produtos	2.610	3.040	2.618	6.285
Fornecedores de serviços	242	289	247	870
Acordos comerciais (nota nº16.2)	(337)	(368)	(337)	(383)
	2.515	2.961	2.528	6.772
Fornecedores – convênios (nota nº16.1)	595	690	595	3.306

16.1 Convênios entre fornecedores, Companhia e bancos

A Companhia e suas subsidiárias possuem convênios com instituições financeiras, com a finalidade de possibilitar aos seus fornecedores a utilização de linhas de crédito, o que possibilita aos fornecedores antecipar recebíveis no curso normal das compras efetuadas pela Companhia.

A Administração avaliou que a substância econômica da transação é de natureza operacional, considerando que a realização da antecipação é de exclusivo critério do fornecedor e, para a Companhia, não há alterações no prazo original negociado com o fornecedor e, tampouco, alterações nos valores contratados. A Administração avaliou os potenciais efeitos de ajuste a valor presente destas operações e concluiu que os efeitos são imateriais para mensuração e divulgação.

Adicionalmente, não há exposição a nenhuma instituição financeira individualmente relacionada a estas operações e estes passivos decorrentes não são considerados dívida líquida e não possuem cláusulas restritivas (financeiras ou não financeiras) relacionadas.

Referidos saldos são classificados como “fornecedores - convênios” e os pagamentos são feitos às instituições financeiras nas mesmas condições que as acordadas originalmente com o fornecedor. Como resultado, todo o fluxo de caixa advindo destas operações é apresentado como operacional na demonstração do fluxo de caixa.

16.2 Acordos Comerciais

Incluem acordo comercial e descontos obtidos de fornecedores. Esses montantes são definidos em contratos e incluem valores referentes a descontos por volume de compras, programas de *marketing* conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares. O recebimento ocorre por meio do abatimento de faturas a pagar aos fornecedores, conforme condições previstas nos acordos de fornecimento, de forma que as liquidações financeiras ocorrem pelo montante líquido.



Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022
(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Empréstimos e financiamentos

17.1 Composição da dívida

		Controladora		Consolidado	
	Taxa média ponderada	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
<u>Debêntures e nota promissória</u>					
Debêntures e Certificados de recebíveis de agronegócio (nota nº17.4)	CDI + 1,71%a.a.	2.679	4.613	2.679	4.613
		2.679	4.613	2.679	4.613
<u>Empréstimos e financiamentos</u>					
<u>Em moeda local</u>					
Capital de giro	CDI + 1,87%a.a	2.721	2.738	2.721	2.737
Capital de giro	TR + 9,8% a.a.	9	11	9	11
Contratos de swap (nota nº 17.7)	CDI – 0,12% a.a.	-	(1)	-	(1)
Custo de captação		(7)	(11)	(7)	(11)
		2.723	2.737	2.723	2.736
<u>Em moeda estrangeira</u>					
(nota nº17.5)					
Capital de giro	USD + 2,12% a.a.	403	448	403	448
Capital de giro	IBR 1M+1,45%	-	-	-	276
Capital de giro	IBR 3M+1,6%	-	-	-	959
Carta de Crédito		-	-	-	12
Contratos de swap (nota nº17.7)	CDI + 1,70% a.a	58	7	58	7
		461	455	461	1.702
Total		5.863	7.805	5.863	9.051
Ativo não circulante		-	1	-	1
Passivo circulante		1.001	1.243	1.001	1.470
Passivo não circulante		4.862	6.563	4.862	7.582

17.2 Movimentação dos empréstimos

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2021	7.805	9.051
Captações	474	1.545
Provisão de juros	835	971
Contratos de derivativos	82	76
Marcação a mercado	1	(4)
Variação cambial e monetária	(29)	(29)
Custo de captação	13	13
Amortizações de juros	(635)	(755)
Amortizações de principal	(2.635)	(3.852)
Amortizações de derivativos	(48)	(54)
Passivos mantidos para venda	-	(851)
Ajuste na conversão para moeda de apresentação	-	(248)
Em 31 de dezembro de 2022	5.863	5.863

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2020	7.568	9.140
Captações	3.547	4.860
Provisão de juros	425	500
Contratos de derivativos	(7)	(7)
Marcação a mercado	-	15
Variação cambial e monetária	20	20
Custo de captação	14	15
Amortizações de juros	(403)	(482)
Amortizações de principal	(3.352)	(4.842)
Amortizações de derivativos	(7)	(23)
Ajuste na conversão para moeda de apresentação	-	(145)
Em 31 de dezembro de 2021	7.805	9.051

17.3 Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos incluindo derivativos reconhecidos no ativo e passivo não circulante

<u>Ano</u>	Controladora	Consolidado
De 1 a 2 anos	1.371	1.371
De 2 a 3 anos	1.749	1.749
De 3 a 4 anos	1.250	1.250
De 4 a 5 anos	260	260
Após 5 anos	260	260
Subtotal	4.890	4.890
Custo de captação	(28)	(28)
Total	4.862	4.862

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

30 de setembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**17.4 Debêntures, nota promissória e certificados de recebíveis de agronegócio**

	Tipo	Valor de emissão	Debêntures em circulação (unidades)	Data		Encargos financeiros anuais	Preço unitário (em reais)	Controladora		Consolidado	
				Emissão	Vencimento			31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
17ª Emissão de Debêntures – CBD	Sem preferência	2.000	-	06/01/20	06/01/23 (**)	CDI + 1,45%a.a.	-	-	2.075	-	2.075
18ª Emissão de Debêntures – CBD - 1ª série(*)	Sem preferência	980	980.000	14/05/21	10/05/26	CDI + 1,70% a.a.	1.020	1.000	994	1.000	994
18ª Emissão de Debêntures – CBD - 2ª série(*)	Sem preferência	520	520.000	14/05/21	10/05/28	CDI + 1,95% a.a.	1.021	531	527	531	527
5ª Emissão de Notas Promissórias – CBD – 1ª série	Sem preferência	500	500	30/07/21	30/07/25	CDI + 1,55% a.a.	1.179.744	590	517	590	517
5ª Emissão de Notas Promissórias – CBD – 2ª série	Sem preferência	500	500	30/07/21	30/07/26	CDI + 1,65% a.a.	1.181.391	591	517	591	517
Custo de captação								(33)	(17)	(33)	(17)
								2.679	4.613	2.679	4.613
Passivo circulante								21	1.089	21	1.089
Passivo não circulante								2.658	3.524	2.658	3.524

(*) O vencimento de cada série da 18ª emissão se dá em duas parcelas, sendo os vencimentos da 1ª série em 10/05/25 e 10/05/26 e da 2ª série em 10/05/27 e 10/05/28.

(**)A 17ª emissão de debêntures da Companhia foi liquidada antecipadamente em 16 de setembro de 2022 com parte dos recursos oriundos da alienação das lojas (nota nº 1.1), conforme autorizado na respectiva escritura de emissão.



Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O GPA utiliza da emissão de debêntures para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongamento do seu perfil de dívida e investimentos. As debêntures emitidas não são conversíveis em ações, não possuem cláusulas de repactuação e não possuem garantia.

A amortização da 1ª série da 18ª emissão de debêntures ocorre com pagamentos em duas parcelas em 2025 e 2026 com a remuneração semestral e a 2ª série da 18ª emissão ocorre com pagamentos em duas parcelas em 2027 e 2028 com a remuneração semestral e para a 17ª emissão o pagamento ocorrerá em duas parcelas nos anos de 2022 e 2023. A amortização e remuneração da 5ª emissão de notas promissórias ocorrerá com um pagamento exclusivo no vencimento.

Em de 2020 ocorreu a 17ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ação, em série única com valor nominal de R\$1.000 reais cada, com prazo de vencimento de 3 anos, no valor total de R\$2.000. Os recursos são utilizados para reforço do capital de giro e alongamento do perfil de endividamento. As debêntures foram liquidadas antecipadamente em 16 de setembro de 2022 com parte dos recursos oriundos da alienação das lojas conforme autorizado na respectiva escritura de emissão.

Em 2021 ocorreu a 18ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 2 séries, com prazo de vencimento entre 5 e 7 anos, no montante de R\$1.500 para distribuição pública com esforços restritos de colocação, o qual será utilizado no reforço do capital de giro e/ou alongamento do perfil de endividamento.

Em 20 de julho de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização de sua 5ª emissão de notas promissórias comerciais, em 2 séries, com prazo de vencimento entre 4 e 5 anos, no montante total de R\$1.000 para distribuição pública com esforços restritos de colocação, o qual será utilizado no reforço do capital de giro e/ou alongamento do perfil de endividamento.

17.5 Empréstimos em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2022, o GPA possuía empréstimos em moeda estrangeira (dólar) para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongar o seu perfil de dívida e investimento. A variação cambial desses empréstimos é protegida através da contratação de instrumentos financeiros derivativos.

17.6 Garantias

A Companhia assinou notas promissórias para alguns contratos de empréstimos.

17.7 Contratos de swap

A Companhia faz uso de operações de swap de 100% das captações em dólares norte-americanos e taxas de juros fixas, trocando essas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). Esses contratos têm o mesmo prazo da dívida e protegem os juros e o principal e são assinados com o mesmo grupo econômico. A taxa média ponderada anual do CDI em dezembro de 2022 foi de 12,39% (4,42% em 31 de dezembro de 2021).

17.8 Índices financeiros

Em conexão com as emissões de debêntures e notas promissórias efetuadas e parte das operações de empréstimos em moeda estrangeira e capital de giro, a Companhia tem a obrigação de manter índices financeiros. Esses índices são calculados trimestralmente com base nas informações contábeis intermediárias consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo: (i) a dívida líquida (dívida menos disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 31 de dezembro de 2022, o GPA estava adimplente em relação a esses índices.

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil		Valor contábil	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Ativos financeiros:				
<u>Custo amortizado</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	3.632	4.662	3.751	8.274
Partes relacionadas – ativo	497	692	301	517
Contas a receber e outras contas a receber	1.216	822	1.314	1.589
Outros ativos	-	-	-	9
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Instrumentos Financeiros Derivativos - Hedge de valor justo	-	1	-	1
Instrumentos Financeiros s/ arrendamento - Hedge de valor justo	-	-	-	9
Instrumentos Financeiros s/ fornecedores - Hedge de valor justo	-	-	-	15
Outros ativos	-	-	-	2
<u>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</u>				
Contas a receber com administradoras de cartão de crédito e tickets de vendas	108	97	109	95
Outros ativos	-	-	-	28
Passivos financeiros:				
<u>Outros passivos financeiros - custo amortizado</u>				
Partes relacionadas – passivo	(469)	(484)	(358)	(467)
Fornecedores	(3.110)	(3.651)	(3.123)	(10.078)
Financiamento por compra de ativo	(112)	(84)	(112)	(250)
Debêntures e notas promissórias	(2.679)	(4.613)	(2.679)	(4.613)
Empréstimos e financiamentos	(2.714)	(2.727)	(2.714)	(3.973)
Arrendamento Financeiro	(4.030)	(3.881)	(4.037)	(6.118)
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Empréstimos e financiamentos (Objeto de Hedge accounting)	(412)	(459)	(412)	(459)
Instrumentos Financeiros - Hedge de valor justo - Ponta Passiva Derivativos	(58)	(7)	(58)	(7)
Instrumentos Financeiros s/ fornecedores - Hedge de valor justo - Ponta Passiva	-	-	-	(1)
Opção de venda Grupo Disco	-	-	-	(701)

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na tabela anterior se aproxima do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos valores justos diferem dos saldos contábeis, encontram-se divulgados na nota nº18.3.



Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.1 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias

(i) Risco de crédito

- Caixa e equivalentes de caixa: a fim de minimizar o risco de crédito são adotadas políticas de investimentos em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê Financeiro da Companhia, considerando-se os limites monetários e as avaliações das instituições financeiras, os quais são constantemente atualizados.
- Contas a receber: o risco de crédito relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas serem realizadas por meio de cartões de crédito. Parte desses recebíveis são vendidos aos bancos e às administradoras de cartões de crédito, com o objetivo de prover o capital de giro e isso proporciona o desconhecimento das contas a receber em virtude da transferência do risco de crédito, benefícios e controle sobre tais ativos. Adicionalmente, principalmente para as contas a receber parceladas, a Companhia monitora o risco pela concessão de crédito e pela análise constante dos saldos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos, esse risco é mitigado efetuando transações de acordo com as políticas aprovadas pelos órgãos de governança.
- Não há saldos a receber ou vendas a clientes que sejam, individualmente, superiores a 5% das contas a receber ou receitas.

(ii) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas subsidiárias obtêm empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras para atender às necessidades de caixa para suportar os investimentos. Consequentemente, a Companhia e suas subsidiárias estão expostas, principalmente, ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente a taxa relativa à parte passiva das operações com derivativos (*hedge* de exposição cambial) e às dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de flutuações na taxa de juros.

(iii) Risco da taxa de câmbio

As flutuações nas taxas de câmbio podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira, por isso a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como *swaps*, que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais.

(iv) Risco de gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.



Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 31 de dezembro de 2022. A estrutura de capital está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e equivalentes de caixa	3.632	4.662	3.751	8.274
Contas a receber	344	331	417	832
Instrumentos Financeiros – Hedge de valor justo	(58)	(6)	(58)	17
Empréstimos e financiamentos	(5.805)	(7.799)	(5.805)	(9.045)
Dívida líquida - <i>Covenants</i>	(1.877)	(2.812)	(1.695)	78
Patrimônio líquido	(11.545)	(13.649)	(13.733)	(16.380)
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido	16%	21%	12%	0%

a. Risco de gestão de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e dos passivos financeiros.

O quadro a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2022.

a) Controladora

	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	1.476	6.426	278	8.180
Passivo de arrendamento	910	2.996	3.160	7.066
Fornecedores	3.110	-	-	3.110
Total	5.496	9.422	3.438	18.356

b) Consolidado

	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	1.476	6.426	278	8.180
Passivo de arrendamento	912	2.999	3.164	7.075
Fornecedores	3.123	-	-	3.123
Total	5.511	9.425	3.442	18.378

b. Instrumentos financeiros derivativos

Algumas operações de *swap* são classificadas como *hedge* de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (dólares norte-americanos) e das taxas de juros fixas, convertendo a dívida em taxa de juros e moeda locais.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor de referência dos contratos era R\$469 (R\$468 em 31 de dezembro de 2021). Essas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas e realizadas com instituição financeira do mesmo grupo econômico, observados os limites fixados pela Administração.

Notas Explicativas



Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com as políticas da tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações para quaisquer fins: de *swaps* com limitadores ("caps"), margens, cláusulas de arrendimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos *swaps* ou *forwards* tradicionais para proteção de dívidas.

A Companhia calcula a efetividade das operações cuja contabilização de hedge é aplicada, quando de sua contratação e em bases contínuas. As operações de hedges contratadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de proteção (hedge accounting), conforme o CPC 48 (IFRS 9), a dívida objeto da proteção é também ajustada a valor justo.

		Consolidado			
		Valor de referência		Valor justo	
		31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Swap com contabilização de hedge		469	469	412	459
Objeto de hedge (dívida)					
Posição ativa (comprada)					
Taxa prefixada	TR + 9,80% a.a.	22	22	9	11
US\$ + fixa	USD + 2.12 % a.a.	447	447	403	448
		469	469	412	459
Posição passiva (vendida)					
	CDI + 1,67% a.a.	(469)	(469)	(470)	(465)
Posição de hedge - ativo				-	1
Posição de hedge - passivo				(58)	(7)
Posição de hedge líquida		-	-	(58)	(6)

Ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses contratos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a pagar pelo seu valor justo é de R\$58 (a pagar de R\$6 em 31 de dezembro de 2021), o ativo está registrado na rubrica de "Instrumentos financeiros" e o passivo em "Empréstimos e financiamentos".

(v) Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas do CDI e descontando-os ao valor presente, usando taxas de mercado do CDI para *swap*, que são divulgadas pela B3.

Os valores a mercado dos *swaps* cupons cambiais "versus" CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio de mercado vigentes na data em que as demonstrações financeiras são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda.

Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear - 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.



Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.2 Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Foi considerado como cenário mais provável de se realizar, na avaliação da Administração, nas datas de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (moedas e juros) da B3.

Dessa maneira, no cenário provável (I) não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros. Para os cenários (II) e (III), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, a Administração considera um acréscimo de 10% e um decréscimo de 10%, respectivamente, nas variáveis de risco, até um ano dos instrumentos financeiros.

Para o cenário provável, a taxa de câmbio ponderada definida foi de R\$5,47 no vencimento, e a taxa de juros ponderada foi de 13,73% ao ano.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos.

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados.

(i) Outros instrumentos financeiros

Transações	Risco (variação do CDI)	Saldo em 31.12.2022	Projeção de mercado		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Contrato de swap de taxa pré-fixada (ponta passiva)	CDI - 0,12% a.a.	(8)	(1)	(1)	(1)
Contrato de swap cambial (ponta passiva)	CDI + 1,70% a.a.	(462)	(57)	(62)	(52)
Debêntures e notas promissórias	CDI + 1,71% a.a.	(2.711)	(404)	(439)	(368)
Empréstimos bancários - CBD	CDI + 1,88% a.a.	(2.721)	(333)	(362)	(303)
Exposição total a empréstimos e financiamentos		(5.902)	(795)	(864)	(724)
Equivalentes de caixa (*)	101,38% do CDI	3.573	486	534	438
Exposição líquida:		(2.329)	(309)	(330)	(286)

(*) média ponderada

18.3 Mensuração de valor justo

A Companhia divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos respectivos valores justos diferem dos saldos contábeis, conforme o CPC 46 (IFRS13), os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações. Os níveis de hierarquia do valor justo estão definidos abaixo:

Nível 1: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Nível 2: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando dados não observáveis para o ativo ou passivo.



Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contabilizados.

A tabela a seguir apresenta a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujo valor justo está sendo divulgado nas demonstrações financeiras:

	Consolidado		
	Valor contábil	Valor justo	Nível
	31.12.2022	31.12.2022	
Ativos e passivos financeiros			
Contas a receber com administradores de cartões de crédito e tickets de venda	109	109	2
Swaps de taxa de juros entre moedas	(58)	(58)	2
Empréstimos e financiamentos (valor justo)	(412)	(412)	2
Empréstimos e financiamentos (custo amortizado)	(5.393)	(5.268)	2
Total	(5.754)	(5.629)	

Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Os *swaps* de taxa de juros, moeda estrangeira e empréstimos e financiamentos são classificados no nível 2, pois são utilizados *inputs* de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura.

18.4 Posição consolidada das operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas subsidiárias mantem contratos de derivativos nas seguintes instituições financeiras: Itaú BBA, BBVA, Santander, Banco Popular.

A posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro a seguir:

Risco	Valor de referência	Vencimento	Consolidado	
			31.12.2022	31.12.2021
<u>Dívida</u>				
USD - BRL	US\$ 50 milhões	2023	(35)	(7)
USD - BRL	US\$ 30 milhões	2024	(23)	-
Taxa de juros - BRL	R\$ 21	2026	-	1
Total			(58)	(6)

Os efeitos de hedge ao valor justo por meio resultado do período findo em 31 de dezembro de 2022 resultaram em uma perda de R\$83 (ganho de R\$105 em 31 de dezembro de 2021).

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Impostos e contribuições a recolher e parcelados

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e ao Imposto sobre Serviços - ISS, calculados com base nas alíquotas vigentes em cada região, e à contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e são apresentados líquidos da receita de vendas.

As receitas e despesas são reconhecidas líquidas do valor do imposto, exceto quando o imposto sobre vendas, incidente sobre uma compra de ativos ou serviços, não é recuperável com a autoridade fiscal, nesse caso, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou como parte do item de despesa, conforme o caso.

19.1 Impostos, contribuições a recolher e impostos parcelados

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Impostos parcelados Lei nº 11.941/09 (ii)	109	171	109	177
Impostos parcelados – PERT (i)	110	115	110	115
ICMS	127	78	130	82
Provisão para imposto de renda e contribuição social	32	-	51	17
Outros	17	62	18	66
Impostos – Grupo Êxito	-	-	-	276
	395	426	418	733
Circulante	340	278	363	580
Não circulante	55	148	55	153

(i) A Companhia decidiu incluir débitos tributários federais no Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, conforme condições descritas na Lei nº13.496, de 24 de outubro de 2017. Além do pagamento em parcelas, o PERT outorga reduções nos montantes de multa e juros. A Companhia incluiu débitos relacionados a (i) autuações sobre transações de compra, industrialização e venda de exportação de soja e derivados (PIS/COFINS), (ii) não homologação de compensações (IRPJ, PIS/COFINS); além dos débitos anteriormente classificados com risco de perda possível relacionados principalmente a CPMF (nota nº22.2). O PERT está sendo liquidado em parcelas mensais em 12 anos. A Companhia está adimplente com as obrigações assumidas neste parcelamento.

(ii) Parcelamentos de Tributos Federais (Lei nº11.941/09) - a Lei nº11.941, publicada em 27 de maio de 2009, instituiu parcelamento diferenciado para o pagamento de dívidas fiscais federais e previdenciárias vencidas até novembro de 2008, e concedeu uma série de benefícios aos seus optantes como redução de multas, juros e encargo legal, possibilidade de utilização de prejuízos fiscais acumulados para liquidação de multa de mora/ofício e de juros, prazo de até 180 meses para pagamento do saldo consolidado, utilização de depósitos judiciais para redução do saldo a ser consolidado, além da não incidência de IRPJ/CSLL/PIS/COFINS sobre os ganhos oriundos das reduções da dívida proporciona pela adesão a esse parcelamento. A Companhia está adimplente com as obrigações assumidas neste parcelamento.

19.2 Cronograma de vencimentos dos impostos parcelados no passivo não circulante ocorrerá conforme indicado a seguir:

Em	Consolidado
De 1 a 2 anos	28
De 2 a 3 anos	13
De 3 a 4 anos	14
	55

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Imposto de renda e contribuição social*Imposto de renda e contribuição social correntes*

O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL. Após decisão desfavorável do STF, em fevereiro de 2023, acerca dos limites da Coisa Julgada, com modulação para aplicação de seus efeitos a partir de setembro de 2007, a Companhia passa a ser contribuinte da Contribuição Social a partir da alíquota de 9%, que deverá ser somada a alíquota do Imposto de Renda de 25% para perfazer o total de 34%.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, no encerramento dos exercícios, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável do qual se possa deduzir as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais não utilizados; exceto quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes à diferença temporária dedutível resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil, nem o lucro ou prejuízo fiscal.

Com relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em subsidiárias e associadas, são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos somente se forem prováveis que as diferenças temporárias serão revertidas em um futuro previsível e que haverá um lucro tributável do qual se possa utilizar as diferenças temporárias.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido uma vez que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto de renda e da contribuição social diferidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos uma vez que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos.

Os créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos não têm prazo prescricional, mas sua utilização, conforme definida em lei, é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício para as entidades legais brasileiras, e referem-se às suas subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização desses saldos.

A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, de acordo com o planejamento estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.

Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referirem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária.

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios do Grupo, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas, ou as futuras alterações dessas premissas, podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia e suas subsidiárias constituem provisões, com base em estimativas razoáveis, para os impostos devidos. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem se referir a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

20.1 Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSLL (operações continuadas)	(1.434)	(145)	(1.315)	(570)
Despesa de IR e CSLL	488	36	447	143
Multas fiscais indedutíveis	(10)	(14)	(10)	(14)
Equivalência patrimonial	(97)	64	(51)	(14)
Juros sobre capital próprio	24	114	24	114
Benefícios fiscais	11	4	11	4
Créditos Tributários (*)	112	143	113	143
Subvenção para investimentos (**)	138	427	138	427
Imposto sobre resultados auferidos no exterior	-	-	(9)	(7)
Provisão para não realização de prejuízo fiscal	-	-	-	(51)
Efeito do reconhecimento da CSLL (***)	(180)	-	(180)	-
Outras diferenças permanentes	(39)	(10)	(29)	(20)
Imposto de renda e contribuição social efetivo	447	764	454	725
Imposto de renda e contribuição social do exercício:				
Correntes	177	192	174	192
Diferidos	270	572	280	533
Crédito (despesa) de imposto de renda e contribuição social	447	764	454	725
Taxa efetiva	31,17%	526,90%	34,52%	127,19%

(*) Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em sede de repercussão geral, pela inconstitucionalidade da cobrança de IRPJ e CSLL sobre valores relativos à juros Selic decorrentes de indêbitos tributários. Com efeito, a Companhia registrou R\$238, sendo R\$18 registrados na rubrica de Tributos a Recuperar e R\$220 na reversão de imposto de renda diferido passivo em 31 de dezembro 2021. Em 2022 outros indêbitos tributários foram registrados pela Companhia, com efeito de IRPJ e CSLL de R\$112.

(**) Determinadas operações da Companhia são beneficiadas por incentivos fiscais estaduais que, conforme artigo 30 da Lei nº 12.973/14 e Lei Complementar nº 160/17, puderam ser caracterizados como subvenção para investimentos.

(***) Conforme mencionado nas notas 20 e 21, o STF decidiu pelos limites da coisa julgada levando a Companhia a estar sujeita a alíquota global de 34% de IR e CSLL. Desta forma, os efeitos acima representam: i) Efeito da contingência registrada sobre o tema, e ii) a estimativa dos saldos de base negativa da CSLL e impostos sobre os lucros no exterior considerando a nova alíquota.



Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.2 Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora					
	31.12.2022			31.12.2021		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	957	-	957	751	-	751
Provisão para demandas judiciais	717	-	717	355	-	355
Amortização fiscal de ágio	-	(381)	(381)	-	(280)	(280)
Ajuste a marcação a mercado	-	(14)	(14)	-	(7)	(7)
Imobilizado, intangível e propriedades para investimento	-	(322)	(322)	-	(215)	(215)
Ganhos não realizados com créditos tributários	-	(389)	(389)	-	(341)	(341)
Arrendamento mercantil líquido do direito de uso	273	-	273	211	-	211
Outras	49	-	49	76	-	76
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) brutos	1.996	(1.106)	890	1.393	(843)	550
Compensação	(1.106)	1.106	-	(843)	843	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) líquidos	890	-	890	550	-	550

	Consolidado					
	31.12.2022			31.12.2021		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	987	-	987	1.145	-	1.145
Provisão para demandas judiciais	723	-	723	397	-	397
Amortização fiscal de ágio	-	(381)	(381)	-	(481)	(481)
Ajuste a marcação a mercado	-	(14)	(14)	-	(7)	(7)
Imobilizado, intangível e propriedades para investimento	-	(322)	(322)	-	(1.710)	(1.710)
Ganhos não realizados com créditos tributários	-	(393)	(393)	-	(239)	(239)
Arrendamento mercantil líquido do direito de uso	273	-	273	285	-	285
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	(7)	(7)
Outras	49	-	49	96	-	96
Imposto presumido sobre o patrimônio - Êxito	-	-	-	167	-	167
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) brutos	2.032	(1.110)	922	2.090	(2.444)	(354)
Compensação	(1.110)	1.110	-	(1.509)	1.509	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) líquidos	922	-	922	581	(935)	(354)



Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração da Companhia preparou avaliação sobre a viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi elaborado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia estima recuperar esses créditos como segue:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Em 1 ano	313	318
De 1 a 2 anos	130	131
De 2 a 3 anos	123	130
De 3 a 4 anos	117	118
De 4 a 5 anos	143	144
Acima de 5 anos	1.170	1.191
	1.996	2.032

20.3 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
No início do exercício	550	(213)	(354)	(1.034)
Crédito (despesa) no exercício –				
Operações continuadas	270	572	280	533
Crédito (despesa) no exercício –				
Operações descontinuadas	(531)	190	(851)	143
Ajuste de conversão para moeda de				
apresentação	-	-	231	13
Ativos mantidos para venda e operações				
descontinuadas	-	-	1.016	-
Contingências - CSLL	600	-	600	-
Ajuste a valor justo sobre investimento	(227)	-	(227)	-
Outros	1-	1	-	(9)
Passivo mantido para venda ou				
distribuição	227		227	
No final do exercício	890	550	922	(354)

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisão para demandas judiciais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas subsidiárias têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso. Para os casos de honorários sobre êxito, a Companhia e suas subsidiárias têm como política o provisionamento no momento em que os honorários são incorridos, ou seja, quando do julgamento em definitivo das causas, sendo divulgados nas notas explicativas os montantes envolvidos para as causas ainda não finalizadas.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais, a sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e valores envolvidos e a avaliação dos advogados externos.

A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos internos e externos foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

21.1 Controladora

	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis e Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	779	336	200	1.315
Adições	1.025	570	78	1.673
Pagamentos	(61)	(185)	(106)	(352)
Reversões	(40)	(115)	(16)	(171)
Atualização monetária	58	48	37	143
Incorporações – nota nº 1.3	-	4	1	5
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.761	658	194	2.613

	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis e Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	849	280	104	1.233
Adições	133	162	133	428
Pagamentos	(22)	(71)	(30)	(123)
Reversões	(202)	(72)	(41)	(315)
Atualização monetária	21	37	34	92
Saldo em 31 de dezembro de 2021	779	336	200	1.315

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.2 Consolidado

	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis e Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	845	361	236	1.442
Adições	1.030	580	92	1.702
Pagamentos	(61)	(188)	(119)	(368)
Reversões	(40)	(119)	(20)	(179)
Atualização monetária	58	49	38	145
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	(15)	(3)	(6)	(24)
Passivo mantido para venda	(56)	(12)	(21)	(89)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.761	668	200	2.629

	Tributárias	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis e Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	937	303	145	1.385
Adições	136	180	161	477
Pagamentos	(22)	(82)	(57)	(161)
Reversões	(219)	(77)	(44)	(340)
Atualização monetária	21	38	34	93
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	(8)	(1)	(3)	(12)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	845	361	236	1.442

21.3 Tributárias

Processos tributários fiscais estão sujeitos, por lei, a atualização monetária mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões com base em taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e provisionados com respeito aos montantes não pagos.

Os principais processos tributários provisionados são como segue:

Contribuição Social sobre o Lucro

A Companhia desde 1992 usufruía de uma decisão transitada em julgado em relação ao não pagamento de Contribuição Social. Desde então, a Companhia tratava as autuações relacionadas ao tema como risco remoto, baseada na avaliação de seus assessores legais.

O STF decidiu pela limitação da coisa julgada e modulou seus efeitos para alcançar os fatos geradores a partir de setembro de 2007 e as autuações posteriores a esse período foram reavaliadas pela Companhia, levando ao reconhecimento de uma provisão de contingências no montante de R\$600.

Conforme mencionado na nota nº 20.1, a Companhia reestimou os saldos de base negativa, diferenças temporárias e impostos sobre lucros no exterior considerando a nova alíquota, representando um ganho de R\$312.

O efeito do risco provisionado foi de R\$600, líquido dos créditos tributários diferidos de base negativa, diferenças temporárias e impostos sobre lucros no exterior de R\$312, resultaram em uma despesa líquida de CSLL de R\$288, dos quais R\$180 em atividade continuada e R\$108 em atividade descontinuada.



Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ICMS

Existem autuações pelo fisco do Estado de São Paulo em relação ao ressarcimento de substituição tributária sem o devido cumprimento das obrigações acessórias trazidas pela Portaria CAT nº17. Considerando os andamentos processuais ocorridos em 2022, a Companhia mantém provisão de R\$329 (R\$292 em 31 de dezembro de 2021), que representa a melhor estimativa da administração do efeito provável de perda, relacionado ao aspecto probatório do processo. Além desse assunto, a Companhia possui autuações relativas à glosa de crédito de energia elétrica. Após Julgamento do STF, desafetando a ação relativa à matéria, sob a alegação de ser tema infraconstitucional, a Companhia avaliou e concluiu pelo provisionamento de R\$285 dos processos por entender que as chances ficaram reduzidas.

Lei complementar nº110/01

A Companhia discute judicialmente o direito de não efetuar o recolhimento das contribuições previstas na Lei Complementar nº 110/2001, instituídas para o custeio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$51 (R\$51 em 31 de dezembro de 2021).

Outros assuntos tributários

Remanesceram outras demandas tributárias que, de acordo com a análise de seus consultores jurídicos, foram provisionadas pela Companhia. São elas: (i) questionamento referente a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP); (ii) crédito indevido (iii) não incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus funcionários, em razão de decisão desfavorável no Tribunal; (iv) exigência do IPI na revenda de produtos importados; (v) discussões relativas a IPTU; (vi) outros assuntos. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2022 para esses assuntos é R\$380 (R\$437 em 31 de dezembro de 2021).

Indenizatório com Sendas

A Companhia é responsável pelos processos jurídicos da Sendas Distribuidora anteriores a atividade do Assai. Em 31 de dezembro de 2022 no total R\$24, sendo que de processos tributários é R\$3, Trabalhista R\$12 e Cível R\$9 (R\$96, sendo que de processos tributários é R\$69, Trabalhista R\$14 e Cível R\$13 em 31 de dezembro de 2021).

21.4 Previdenciárias e trabalhistas

A Companhia e suas subsidiárias são parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha provisão no montante de R\$668 (R\$361 em 31 de dezembro de 2021). A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

21.5 Cíveis, regulatórias e outros

A Companhia e suas subsidiárias respondem a ações de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) e que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Entre esses processos destacam-se:



Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- A Companhia e suas subsidiárias respondem a diversas ações cíveis ajuizadas por consumidores e prestadores de serviço, além de ajuizarem e responderem a ações revisionais e renovatórias, onde há discussão sobre os valores de aluguéis atualmente pagos por ela. A Companhia constitui provisão da diferença entre o valor originalmente pago pelas lojas e os valores pleiteados pela parte contrária na ação judicial, após a realização da perícia judicial (laudo técnico) e quando há o entendimento dos consultores jurídicos internos e externos de que é provável que será alterado o valor da locação atualmente pago pela companhia. Em 31 de dezembro de 2022, o montante da provisão para essas ações é de R\$46 (R\$100 em 31 de dezembro de 2021), para as quais não há depósitos judiciais.
- A Companhia e suas subsidiárias ajuízam e respondem a algumas ações judiciais e administrativas relacionadas a multas aplicadas por órgãos fiscalizadores da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios, dentre eles destacam-se órgãos de defesa do consumidor (PROCONs, INMETRO e Prefeituras) e algumas ações envolvendo rescisões de contrato com fornecedores. A Companhia, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para desembolsos prováveis de caixa de acordo com a estimativa de perda. Em 31 de dezembro de 2022, o montante da provisão para essas ações é de R\$83 (R\$56 em 31 de dezembro de 2021).
- Em relação a valores provisionados remanescentes a outros assuntos de alçada cível em 31 de dezembro de 2022 é de R\$71 (R\$50 em 31 de dezembro de 2021).

O total das demandas cíveis e regulatórias em 31 de dezembro de 2022 é de R\$200 (R\$236 em 31 de dezembro de 2021).

21.6 Passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como probabilidade de perdas possíveis, portanto, não provisionadas. Os processos possíveis totalizam um montante atualizado de R\$12.459 em 31 de dezembro de 2022 (R\$12.123 em 31 de dezembro de 2021), e são relacionadas principalmente a:

- INSS – O GPA foi autuado pela não incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus funcionários, entre outros assuntos, cuja perda possível corresponde a R\$616 em 31 de dezembro de 2022 (R\$576 em 31 de dezembro de 2021). Os processos estão em discussão administrativa e judicial. A Companhia vem acompanhando o desenvolvendo destes temas, e juntamente com seus assessores legais, concluiu que os elementos até o momento não requerem que seja feita provisão.
- IRPJ, IRRF, CSLL, IOF - O GPA possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, regras sobre dedutibilidade de provisões, glosa de ágio, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, nulidades no lançamento, entre outros de menor expressão. O montante envolvido equivale a R\$830 em 31 de dezembro de 2022 (R\$750 em 31 de dezembro de 2021).
- COFINS, PIS e IPI – A Companhia vem sendo questionada sobre compensações não homologadas; multa por descumprimento de obrigação acessória, tributação de descontos recebidos de fornecedores, glosa de créditos de COFINS e PIS, exigência de IPI na revenda de produtos importados, dentre outros assuntos. Referidos processos aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial. O montante envolvido nessas autuações é de R\$4.625 de 31 de dezembro de 2022 (R\$4.662 em 31 de dezembro de 2021).



Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- ICMS - o GPA foi autuado pelos fiscos estaduais quanto à apropriação de créditos de: (i) energia elétrica; (ii) aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual; (iii) incidentes sobre a própria operação de aquisição das mercadorias (ICMS próprio) – art. 271 do RICMS/SP; (iv) decorrentes de vendas financiadas e (v) dentre outros. A soma dessas autuações monta a R\$5.901 em 31 de dezembro de 2022 (R\$5.660 em 31 de dezembro de 2021), as quais aguardam julgamento tanto na esfera administrativa como na judicial.
- ISS, IPTU, Taxas e outros – Referem-se a autuações sobre retenção de terceiros, divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias, ISS e taxas diversas, cujo valor monta R\$131 de 31 de dezembro de 2022 (R\$142 em 31 de dezembro de 2021) e que aguardam decisões administrativas e judiciais.
- Outras demandas judiciais – referem-se a ações imobiliárias em que a Companhia pleiteia a renovação dos contratos de locação e fixação de aluguéis de acordo com valores praticados no mercado, ações no âmbito da justiça cível, juizado especial cível e processos administrativos instaurados por órgãos fiscalizadores como órgãos de defesa do consumidor (PROCONS), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, dentre outros, totalizando R\$356 de 31 de dezembro de 2022 (R\$327 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia possui processos relativos à cobrança de diferenças no recolhimento de IRPJ e CSLL, as quais, na avaliação da administração e de seus assessores jurídicos, a Companhia tem direito de indenização de seus antigos e atuais acionistas, supostamente devidas em relação aos anos-calendário de 2007 a 2013, sob a alegação de que houve dedução indevida de amortizações de ágio. O valor envolvido é de R\$1.922 em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.467 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia é responsável pelos processos jurídicos da GLOBEX anteriores a associação com Casas Bahia. Em 31 de dezembro de 2022, o montante envolvido de processos tributários é R\$419 (R\$474 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia é responsável pelos processos jurídicos da Sendas Distribuidora anteriores a atividade do Assai. Em 31 de dezembro de 2022, o montante envolvido de R\$1.352, sendo tributário R\$1.309 e Cível e outros R\$43 (R\$ 1.279, sendo tributário R\$1.234 e Cível e outros R\$36 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia tem por prática contratar advogados externos para defesa das autuações fiscais, cuja remuneração está vinculada à um percentual a ser aplicado sobre o valor do êxito no desfecho judiciais desses processos. Estes percentuais podem variar de acordo com os fatores qualitativos e quantitativos de cada processo, sendo que em 31 de dezembro de 2022 o valor estimado, caso todos os processos fossem finalizados com êxito, é de aproximadamente R\$142 (R\$157 em 31 de dezembro de 2021).

21.7 Depósitos judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos judiciais de montantes equivalentes às decisões legais finais, e depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais, registrados em seu ativo.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Tributárias	209	205	210	206
Trabalhistas	478	491	483	498
Cíveis e outras	59	21	66	27
Total	746	717	759	731



Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.8 Garantias

Ações	Imóveis		Carta de fiança / Seguro garantia		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Tributárias	572	723	9.685	9.924	10.257	10.647
Trabalhistas	-	-	1.000	1.153	1.000	1.153
Cíveis e outras	9	9	414	495	423	504
Total	581	732	11.099	11.572	11.680	12.304

O custo das garantias é aproximadamente 0,4% ao ano do valor das causas e é registrado para despesa pela fluência do prazo.

21.9 Exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e COFINS

A Companhia e suas subsidiárias ingressaram com ações judiciais pleiteando o direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições.

Em 15 de março de 2017, com sede em repercussão geral, o STF determinou que o ICMS deverá ser excluído das bases dessas contribuições federais, em linha com a tese pleiteada pela Companhia. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por sua vez, interpôs recursos dessa decisão, com o objetivo de modular seus efeitos e elucidar qual valor de ICMS deveria, afinal, ser objeto de supressão das bases do PIS e da COFINS.

Em 2019, algumas subsidiárias da Companhia obtiveram trânsito em julgado favorável nos seus processos próprios, resultando no registro de créditos tributários no montante de R\$382, sendo R\$198 no resultado financeiro.

Em 29 de outubro de 2020, a Companhia obteve trânsito em julgado favorável na sua ação individual a respeito dessa matéria tributária, resultando no registro de um crédito tributário no montante de R\$1.609 (sendo R\$613 no resultado financeiro), no período findo em 31 de dezembro de 2020, líquido das provisões para parcelas que, eventualmente, fossem consideradas não realizáveis.

Em 13 maio de 2021, o STF apreciou os recursos apresentados pela PGFN em relação àquela decisão tomada em 15 de março de 2017 e manifestou entendimento alinhado ao da Companhia e seus assessores jurídicos.

Durante o ano calendário de 2021, a Companhia reavaliou o crédito tributário, revertendo as provisões constituídas anteriormente no valor de R\$280 (sendo R\$109 no resultado financeiro).

Os cálculos elaborados pela Companhia estão amparados no entendimento de seus assessores legais e a estimativa de realização do ativo é de, no máximo, 7 (sete) anos.

Ainda em relação ao tema, a Via obteve decisão favorável em maio de 2020, que inclui valor pelo qual o GPA tem direito a ser reembolsado, nos termos do acordo de associação firmado entre o GPA e a família Klein na transação que deu origem à Via. Os períodos que o GPA tem direito ao reembolso referem-se à subsidiária Globex (que foi incorporada na formação da Via) para os anos de 2003 a 2010. A CBD reconheceu R\$231 de um crédito com a Via no exercício de 2020 e R\$278 no segundo trimestre de 2022, com base na documentação analisada e validada até o momento. O ganho relacionado foi reconhecido no resultado líquido das operações descontinuadas.



Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21.10 Arbitragem Imóveis Península

Em 12 de setembro de 2017, a Companhia foi notificada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá acerca de pedido de instauração de arbitragem apresentado por Banco Ourinvest S.A., instituição financeira, na qualidade de administradora e agindo exclusivamente no interesse dos quotistas do Fundo de Investimento Imobiliário Península ("Península" e o "Procedimento").

O Procedimento discutia certas divergências relacionadas ao valor dos aluguéis e outras questões operacionais relacionadas a 60 (sessenta) imóveis de propriedade da Península, objeto de contratos de locação de longo prazo celebrados em 2005 (os "Contratos"), que asseguram à CBD o uso e exploração comercial dos referidos imóveis por 20 anos a contar da sua celebração, renováveis por mais 20 anos a critério exclusivo da CBD.

Conforme comunicado ao mercado, em 7 de julho de 2021, as partes chegaram a um acordo para resolver amigavelmente as controvérsias do passado e encerrar o Procedimento. O acordo aprimorou os Contratos, mantendo o longo prazo de vigência das locações de 20 anos, renováveis por mais 20 anos a critério da CBD, mas introduziu novas regras mais adaptadas ao mercado atual, que possibilitam a otimização do uso dos imóveis e trazem potencial de ganho para ambas as Partes com o melhor aproveitamento dos espaços dos imóveis. Como resultado deste acordo a Companhia registrou no resultado do segundo trimestre de 2021 o montante de R\$17 em outras despesas operacionais, além da remensuração relacionada às mudanças contratuais de acordo com o IFRS 16 / CPC 06(R2).

21.11 Via

A Companhia deixou de exercer o controle societário da Via em junho de 2019. No 2º trimestre de 2021 a Via tomou determinadas providências e substituiu integralmente as garantias que haviam sido prestadas a terceiros pelo GPA em favor daquela companhia, não restando mais nenhuma obrigação do GPA sobre referido assunto. O Acordo Operacional anteriormente firmado, expirou em outubro de 2021, e portanto, se encontra encerrado. A Via ainda faz uso da marca Extra para a venda de produtos por ela comercializados em razão do Contrato de Licença de Uso da marca Extra, que permite à Via realizar atividades de comércio eletrônico pelo domínio Extra.com. Com o término do Acordo Operacional o GPA também pode promover comércio eletrônico de eletroeletrônicos em quaisquer plataformas.

O GPA, em conjunto com Sendas, Via e Itaú Unibanco são sócios da Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC").

A CBD é titular de crédito contra a Via decorrente de trânsito em julgado de determinada ação tributária, cujos valores estão sendo calculados por empresa especializada contratada pelas partes envolvidas, assim como é responsável, por outro lado, por eventuais superveniências passivas incorridas até determinada data, se transitadas em julgado, em nome da antiga Globex. A Companhia registrou tais superveniências passivas na medida que a administração as considerou como provável de perda pelo andamento processual e/ou reuniram documentação que suportaram tal perda.

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Operações de arrendamento mercantil**22.1 Obrigações de arrendamento mercantil**

Na celebração de contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transfere o direito de controlar o uso de ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação.

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam substancialmente entre 5 e 25 anos.

A Companhia e suas subsidiárias como arrendatárias

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de aluguel de um direito de uso, usando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses e de valor individual do ativo abaixo de US\$5.000 (cinco mil dólares).

Os contratos são então registrados, quando do início do arrendamento, como Passivo de Arrendamento em contrapartida ao Direito de Uso (notas nº 14 e 15), ambos pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.

O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento.

Subsequentemente, os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do período.

Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nas lojas são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

A Companhia e suas subsidiárias como arrendadoras

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como receitas nos exercícios em que são auferidos.

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os contratos de arrendamento mercantil totalizaram R\$4.037 em 31 de dezembro de 2022 (R\$6.118 em 31 de dezembro de 2021), de acordo com o quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Passivo de arrendamento mercantil - pagamentos mínimos de aluguel:				
Até 1 ano	488	546	490	895
De 1 a 5 anos	1.763	1.730	1.766	2.807
Mais de 5 anos	1.779	1.605	1.781	2.416
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	4.030	3.881	4.037	6.118
Encargos futuros de financiamento	3.036	2.638	3.038	2.983
Valor futuro dos contratos de arrendamento mercantil	7.066	6.519	7.075	9.101
PIS e COFINS embutidos no valor presente dos contratos de arrendamento	245	231	245	372
PIS e COFINS embutidos no valor bruto dos contratos de arrendamento	430	396	430	553

A despesa de juros dos passivos de arrendamento está apresentada na nota nº 28. A taxa de juros incremental da Companhia e suas subsidiárias foi 10,15% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (8,89% em 31 de dezembro de 2021).

Caso a Companhia tivesse adotado a metodologia de cálculo projetando a inflação embutida na taxa incremental nominal e trazendo ao valor presente pela taxa incremental nominal, o percentual médio de inflação a projetar por ano seria de aproximadamente 6,52% (6,98% em 31 de dezembro de 2021). O prazo médio dos contratos considerados é de 9,78 anos (9,76 anos em 31 de dezembro de 2021).

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.2 Movimentação obrigações de arrendamento mercantil

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2021	3.881	6.118
Captação	219	433
Remensuração	593	736
Provisão de juros	483	606
Amortizações	(933)	(1.378)
Baixa por antecipação do encerramento do contrato	(213)	(278)
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	-	(391)
Passivos mantidos para venda	-	(1.809)
Em 31 de dezembro de 2022	4.030	4.037
Passivo circulante	488	490
Passivo não circulante	3.542	3.547
	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2020	5.958	8.374
Captação	94	239
Remensuração(*)	(659)	(417)
Provisão de juros	603	739
Amortizações	(1.055)	(1.523)
Baixa por antecipação do encerramento do contrato	(998)	(1.022)
Ajuste de conversão para moeda de apresentação	-	(210)
Passivos mantidos para venda	(62)	(62)
Em 31 de dezembro de 2021	3.881	6.118
Passivo circulante	546	895
Passivo não circulante	3.335	5.223

(*) R\$(1.170) está relacionado a remensuração do passivo de arrendamento das 50 lojas que foram entregues a Sendas em 2022 e o restante está relacionado a correção monetária dos contratos de aluguéis.

22.3 Despesa de arrendamento de aluguéis variáveis, ativos de baixo valor e de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Despesas (receitas) do período:				
Variáveis (0,1% a 4,5% das vendas)	51	54	61	55
Subarrendamentos (*)	(134)	(239)	(135)	(241)

(*) Refere-se, principalmente, a receita dos contratos de aluguéis a receber das galerias comerciais.



Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Receitas a apropriar

As receitas a apropriar são registradas pela Companhia e suas subsidiárias como passivo pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas e valores referentes ao aluguel de ponta de gôndola, são reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço na venda dessas garantias para os parceiros comerciais.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Compromisso de venda futura de imóveis	25	27	25	30
Garantias complementares ou estendidas	-	11	-	11
Contrato de prestação de serviço – <i>Parcerias</i>	50	11	50	11
Receita com operadoras de cartão de crédito e bancos	-	-	129	106
Cartão Presente	47	56	47	182
Outros	2	4	2	108
	124	109	253	448
Circulante	27	44	156	383
Não circulante	97	65	97	65

24. Patrimônio Líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022, é representado por 270.139 (269.376 em 31 de dezembro de 2021) milhares de ações nominativas sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2022 o capital social é de R\$ 5.861 (R\$ 5.859 em 31 de dezembro de 2021)

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 400.000 (em milhares de ações), independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão.

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 23 de fevereiro de 2022, 28 de março de 2022, 29 de abril de 2022, 27 de julho de 2022, 3 de novembro de 2022, 12 de dezembro de 2022 e 23 de dezembro de 2022 foram aprovados os aumentos de capital no montante de R\$2 (R\$9 em 31 de dezembro de 2021) mediante a emissão de 763 mil de ações ordinárias (1.024 mil ações em 31 de dezembro de 2021).

Direito de ações

Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o Estatuto Social ou as deliberações tomadas pelos acionistas em Assembleia Geral não podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais da Companhia; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

Em relação ao direito a dividendos, o Estatuto Social prevê que 25% do lucro líquido anual ajustado deverá estar disponível para distribuição a título de dividendo obrigatório ou pagamento de juros sobre capital próprio, em qualquer exercício social.



Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Reservas de lucros

- (i) *Reserva legal*: é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital.
- (ii) *Reserva para expansão*: constituída mediante a apropriação de montante fixado pelos acionistas com o fim de prover recursos para o financiamento de aplicações adicionais de capital fixo e circulante, mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as apropriações determinadas por lei, suportado por orçamento de capital, aprovado em assembleia.

c. Opções outorgadas reconhecidas

Na rubrica “Opções outorgadas” são reconhecidos os efeitos dos pagamentos com base em ações dos executivos da Companhia, nos termos do CPC 10(R1)/ (IFRS 2) – Pagamentos com base em Ações.

Os empregados e administradores da Companhia (incluindo suas subsidiárias) podem receber pagamento com base em ações, quando os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais (“operações liquidadas com ações”).

A Companhia mensura os custos das transações de funcionários elegíveis à remuneração com base em ações, fundamentado no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento com base em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e das condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes.

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício, em conjunto com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do exercício no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, refletem a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia e de suas subsidiárias do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou reversões de despesas referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completaram o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente se for satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.

Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento com base em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.



Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, esse é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas, referentes ao prêmio, são reconhecidas imediatamente ao resultado do exercício. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e forem geradas outorgas substitutas, na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano serão tratados como se fossem uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.

O efeito dilutivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação.

A seguir descrevemos os planos com opções vigentes em 31 de dezembro de 2022.

Plano de remuneração

O Plano de remuneração é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa as atribuições de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de remuneração ("Comitê").

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de remuneração. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "B", seguida de um número. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, encontravam-se em vigor opções outorgadas da Série B7 B8 do Plano de remuneração.

As opções concedidas a um participante substancialmente não serão exercíveis, salvo exceções particulares autorizadas pela Companhia, pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício").

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício de cada opção de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de remuneração é correspondente a R\$0,01 ("preço de exercício").

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, observado que a data limite de pagamento será sempre o 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

O participante estará impedido, durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de aquisição das ações, direta ou indiretamente, vender, ceder, permutar, alienar, transferir, conferir ao capital de outra sociedade, outorgar opção, ou, ainda, celebrar qualquer ato ou acordo que resulte, ou possa resultar, na alienação, direta ou indireta, onerosa ou gratuita, de todas ou quaisquer das ações adquiridas pelo exercício da opção de compra no âmbito do Plano de remuneração.

A Companhia irá promover a retenção na fonte de eventuais tributos aplicáveis nos termos da legislação tributária brasileira, deduzindo do número de ações entregues ao participante a quantidade equivalente dos tributos retidos.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Plano de opção

O Plano de opção será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê de Recursos Humanos e Governança Corporativa da Companhia as funções de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de opção ("Comitê").

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de opção. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "C", seguida de um número. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, encontravam-se em vigor opções outorgadas da Série C7 e C8 do Plano de opção.

Para cada série de outorga de opções no âmbito do Plano de opção, o preço de exercício de cada opção de compra de ações deverá ser o correspondente a 80% da média do preço de fechamento das negociações das ações de emissão da Companhia realizadas nos últimos 20 (vinte) pregões da B3, anteriores à data de convocação da reunião do Comitê que delibera a outorga das opções daquela série ("preço de exercício").

As opções concedidas a um participante não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício"), ressalvadas as exceções previstas no Plano da remuneração.

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, no 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

As informações relativas ao Plano de opção e Plano de remuneração estão resumidas a seguir:

Séries outorgadas	Data da outorga	data de exercício (*)	Preço de exercício na data da outorga	31.12.2022				
				Quantidade de opções (em milhares)				
				Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Expiradas	Vigentes
Série B6	31/05/2019	31/05/2022	0,01	462	(400)	(35)	(27)	-
Série C6	31/05/2019	31/05/2022	17,39	359	(190)	(153)	(16)	-
Série B7	31/01/2021	31/05/2023	0,01	673	(345)	(105)	-	223
Série C7	31/01/2021	31/05/2023	12,60	497	(161)	(119)	-	217
Série B8	31/05/2022	31/05/2025	0,01	1.617	(347)	-	-	1.270
Série C8	31/05/2022	31/05/2025	17,28	1.328	-	-	-	1.328
				4.936	(1.443)	(412)	(43)	3.038



Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Informações consolidadas, planos de opções de compra de ações – GPA

Conforme os termos dos planos das séries, cada opção oferece ao seu beneficiário o direito de comprar uma ação da Companhia. Em ambos os planos, o período de carência é de 36 meses, sempre mensurados a partir da data na qual o Conselho de Administração aprovou a emissão da respectiva série de opções. As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários em até 6 meses após o fim do período de carência da respectiva data de outorga. A condição para que as opções possam ser exercíveis (*vested*) é a permanência do beneficiário como funcionário da Companhia. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções e na existência ou não de um período de restrição para venda das ações adquiridas no exercício da opção.

De acordo com os planos, as opções de ações outorgadas em cada um dos planos podem representar como máximo 0,7% do total das ações de emissão da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, havia 160 mil ações em tesouraria, que poderiam servir de lastro às opções outorgadas do Plano, e o valor da ação da Companhia na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão era de R\$16,52 para cada ação.

O quadro a seguir demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente seriam submetidos os atuais acionistas, em caso de exercício até 2022 de todas as opções outorgadas:

	31.12.2022	31.12.2021
Quantidade de ações total	270.139	269.376
Saldo das séries outorgadas em vigor	3.038	1.412
Percentual máximo de diluição	1,12%	0,52%

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas conforme a série B6 e C6: (a) expectativa de dividendos de 0,67%, (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 32,74% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 7,32%

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o *modelo Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para a série B7 e C7: (a) expectativa de dividendos de 1,61%, (b) expectativa de volatilidade de 37,09% aproximadamente e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 5,47%.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data de concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas para a série B8 e C8: (a) expectativa de dividendos de 4,50%, (b) expectativa de volatilidade de 43,48% aproximadamente e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 11,96%.

A expectativa de vida média remanescente das séries em aberto em 31 de dezembro de 2022 é de 2,13 (1,06 anos em 31 de dezembro de 2021). A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$12,80 (R\$16,02 em 31 de dezembro de 2021).

A movimentação das ações acima se refere as ações da Companhia. Após a separação da Sendas Distribuidora, e durante o período de transição, certos executivos da Companhia tem remuneração em ações de Sendas Distribuidora, contabilizados como despesa. A movimentação da quantidade de opções outorgadas, a média ponderada do preço de exercício e a média ponderada do prazo remanescente são apresentadas no quadro abaixo:

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Ações	Média ponderada do preço de exercício	Média ponderada do prazo contratual remanescente
	Em milhares	R\$	
Em 31 de dezembro de 2021			
Outorgadas durante o exercício	1.225	22,37	
Canceladas durante o exercício	(55)	10,50	
Exercidas durante o exercício	(1.157)	7,65	
Expiradas durante o exercício	(69)	11,57	
Em aberto no fim do exercício	1.412	5,71	1,06
Total a exercer em 31 de dezembro de 2021	1.412	5,71	1,06
Em 31 de dezembro de 2022			
Outorgadas durante o exercício	2.945	7,80	
Canceladas durante o exercício	(291)	10,82	
Exercidas durante o exercício	(985)	1,94	
Expiradas durante o exercício	(43)	6,34	
Em aberto no fim do exercício	3.038	8,46	2,13
Total a exercer em 31 de dezembro de 2022	3.038	8,46	2,13

Os valores registrados no resultado da Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$27 (R\$36 em 31 de dezembro de 2021).

24.1 Outros resultados abrangentes**Variação cambial de investimento no exterior**

Efeito cumulativo dos ganhos e perdas de variações cambiais na conversão dos ativos, passivos e resultados de (i) euros para Reais, correspondendo ao investimento da CBD na subsidiária Cnova N.V gerando um ganho de R\$65 e de (ii) pesos colombianos para Reais, correspondendo ao investimento na subsidiária Éxito gerando uma perda de R\$2.399. O efeito na controladora foi de R\$2.334, sendo registrado um ganho de R\$65 na operação continuada e uma perda de R\$ 2.399 na operação descontinuada (R\$1.116 em 31 de dezembro de 2021, sendo registrado um ganho de R\$6 na operação continuada e uma perda de R\$1.122 na operação descontinuada).

24.2 Reserva de subvenção (incentivos fiscais)

Conforme mencionado na nota nº 20.1, muitos dos incentivos fiscais concedidos pelos Estados passaram a ser caracterizados como subvenções para investimentos, não alcançados pela tributação do imposto de renda e da contribuição social.

Os respectivos montantes desses incentivos deverão ser alocados, no patrimônio líquido, em conta de reserva de incentivos fiscais. Conforme previsto no artigo 30 da Lei nº 12.973/14, a referida reserva poderá ser utilizada para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou para aumento de capital.

Esse mesmo dispositivo legal prevê que os valores computados na reserva de incentivos fiscais não deverão compor a base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório, devendo a Companhia submeter valores que venham a ser destinados aos sócios ou acionistas à tributação pelo IRPJ e CSLL.

Em 29 de junho de 2018 a administração deliberou a destinação de R\$48 para a reserva de incentivos fiscais inicialmente destinados a reserva de expansão decorrente de incentivos fiscais tratados como subvenções para investimentos outorgados a Companhia nos anos de 2013 a 2017.



Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em dezembro de 2018 a Companhia destinou mais R\$10 para reserva de incentivos fiscais, aprovados em Assembleia Geral Extraordinária em 25 de abril de 2019.

Em dezembro de 2020 a Companhia destinou mais R\$9 para reserva de incentivos fiscais, aprovados em Assembleia Geral Extraordinária em 28 de abril de 2021.

Em dezembro de 2021 a Companhia destinou mais R\$2.282 para reserva de incentivos fiscais, a serem aprovados em Assembleia Geral Extraordinária, base acumulada do valor de crédito lançado no imposto de renda do exercício.

Em dezembro de 2022 a Companhia destinou mais R\$613 para reserva de incentivos fiscais, sendo R\$ 235 referente a incentivos fiscais gerados em anos anteriores a 2022 transferidos da reserva de expansão e R\$378 a serem constituídos à medida que forem apurados lucros nos períodos subsequentes.

24.3 Dividendos e Juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no estatuto social. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia.

O Estatuto Social da Companhia estabelece o pagamento mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, podendo ser superior conforme deliberação do Conselho.

A Companhia poderá pagar ou creditar juros a título de remuneração de capital próprio calculados sobre as contas do patrimônio líquido, observadas as taxas e os limites definidos em lei.

A Administração propôs dividendos a serem distribuídos no montante de R\$81 (R\$0,3013 - trinta centavos por ação) em 2021. Em 2022 não houve base para a provisão dos dividendos mínimos obrigatórios:

	Dividendos propostos	
	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido do exercício	(172)	802
Reserva legal	-	(40)
Reserva de incentivos fiscais (vide nota nº 24.2)	-	(438)
Base de cálculo dos dividendos	-	324
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	-	81

24.4 Dividendos distribuídos aos não controladores.

A Companhia através da sua subsidiária Êxito, possui investimentos com participação de não controladores em alguns empreendimentos imobiliários e no Grupo Disco del Uruguay S.A. Em 31 de dezembro de 2022 foi declarado dividendos no valor de R\$225 aos não controladores (R\$207 em 31 de dezembro de 2021).



Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Receita de venda de bens e/ou serviços

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida.

Vendas de mercadorias

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia e suas subsidiárias deixam de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia e suas subsidiárias são prováveis, o que ocorre substancialmente na entrega dos produtos aos clientes nas lojas, momento em que fica satisfeita a obrigação de performance da Companhia. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

Receita de prestação de serviços

Pela atuação da Companhia e suas subsidiárias nas vendas de apólices de seguro de garantia estendida, seguro de proteção financeira, seguro de acidentes pessoais, intermediadora de vendas de assistência técnica e recarga de celular nas suas lojas, as receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluíram para a Companhia e suas subsidiárias e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
	Reapresentado		Reapresentado	
Receita bruta de vendas:				
Mercadorias	17.831	16.018	18.392	17.261
Prestação de serviços e outros	180	170	289	266
Devoluções e cancelamento de vendas	(150)	(126)	(150)	(128)
	17.861	16.062	18.531	17.399
Impostos sobre vendas	(1.175)	(1.018)	(1.210)	(1.101)
Receita líquida	16.686	15.044	17.321	16.298



Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Despesas por natureza

Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e das Acordos Comerciais recebidos de fornecedores, das variações nos estoques e dos custos de logística.

A Acordo Comercial recebida de fornecedores é mensurada com base nos contratos e acordos assinados entre as partes.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia e por suas subsidiárias, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

Despesas com vendas

As despesas com vendas compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, *marketing*, ocupação, manutenção, despesas com administradoras de cartão de crédito, etc.

Os gastos com *marketing* referem-se a campanhas publicitárias para cada segmento em que o Grupo atua. Os principais meios de comunicação utilizados pelo Grupo são: rádio, televisão, jornais e revistas, tendo seus valores de Acordo Comercial reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, tecnologia da informação e atividades financeiras.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
	Reapresentado		Reapresentado	
Custo com estoques	(11.606)	(10.049)	(12.047)	(10.972)
Despesas com pessoal	(2.133)	(2.019)	(2.227)	(2.220)
Serviços de terceiros	(290)	(371)	(301)	(389)
Despesas funcionais	(715)	(592)	(748)	(653)
Despesas comerciais	(568)	(457)	(586)	(514)
Outras despesas	(368)	(412)	(407)	(461)
	(15.680)	(13.900)	(16.316)	(15.209)
Custo das mercadorias vendidas e/ou serviços	(12.561)	(10.978)	(13.019)	(11.942)
Despesas com vendas	(2.586)	(2.309)	(2.699)	(2.572)
Despesas gerais e administrativas	(533)	(613)	(598)	(695)
	(15.680)	(13.900)	(16.316)	(15.209)

**Notas Explicativas****Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Outras despesas operacionais, líquidas

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ou não recorrentes ocorridos durante o exercício que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado do exercício.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
		Reapresentado		Reapresentado
Parcelamento de impostos e contingências tributárias (i)	(141)	27	(141)	27
Gastos com integração e reestruturação (ii)	(307)	(255)	(315)	(263)
Resultado com ativo imobilizado	31	57	23	57
Outros	(1)	11	(1)	11
Total	(418)	(160)	(434)	(168)

(i) Se refere a contingência de ICMS no montante de R\$ 285, sendo R\$ 132 na operação continuada e R\$153 nas operações descontinuadas

(ii) Valores relacionados a gastos de reestruturação das atividades operacionais



Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Resultado financeiro, líquido

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo.

Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro – ou período menor, conforme o caso – ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pelo custo da venda de recebíveis durante o exercício, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento, bem como ajustes referentes a descontos.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
	Reapresentado		Reapresentado	
Despesas financeiras:				
Custo da dívida	(847)	(434)	(863)	(441)
Custo com antecipação de recebíveis	(51)	-	(53)	(2)
Atualizações monetárias passivas	(147)	(92)	(148)	(93)
Juros sobre passivo de arrendamento	(393)	(316)	(393)	(317)
Outras despesas financeiras	(65)	(84)	(71)	(90)
Total de despesas financeiras	(1.503)	(926)	(1.528)	(943)
Receitas financeiras:				
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	127	74	137	78
Atualizações monetárias ativas (*)	638	236	640	238
Outras receitas financeiras	1	5	1	4
Total de receitas financeiras	766	315	778	320
Total	(737)	(611)	(750)	(623)

(*) No 4º trimestre do exercício findo em 2022 foram registrados o montante de R\$201 referentes a atualização monetária do ressarcimento de ICMS-ST. Em 2021 a Companhia registrou um crédito de R\$ 109, referente a atualização monetária do crédito tributário da exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e COFINS.

Os efeitos do *hedge* são contabilizados na rubrica "Custo da dívida" e estão divulgados na nota nº18.



Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações de cada categoria em circulação durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado conforme segue:

- Numerador: lucro do exercício ajustado pelos efeitos dilutivos de opções concedidas por subsidiárias.
- Denominador: número de ações de cada categoria ajustado de modo a incluir as possíveis ações correspondentes a instrumentos dilutivos (opções de ações), deduzido o número de ações que poderiam ser recompradas no mercado, conforme o caso.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia e de suas subsidiárias somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e a média ponderada das ações ordinárias em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

	31.12.2022	31.12.2021
		Reapresentado
Numerador básico		
Lucro básico alocado e não distribuído op. Continuadas	(863)	158
Lucro (prejuízo) básico alocado e não distribuído op. descontinuadas	691	644
Lucro líquido alocado disponível para acionistas	(172)	802
Denominador básico (milhões de ações)		
Média ponderada da quantidade de ações	269	269
Lucro básico por ação (R\$) - operações continuadas	(3,20372)	0,58803
Lucro (prejuízo) básico por ação (R\$) - operações descontinuadas	2,56521	2,39678
Lucro básico por ações (R\$) - total	(0,63851)	2,98481
Numerador diluído		
Lucro diluído alocado e não distribuído op. continuadas	(863)	158
Lucro (prejuízo) diluído alocado e não distribuído op. descontinuadas	691	644
Lucro líquido alocado disponível para acionistas	(172)	802
Denominador diluído		
Média ponderada da quantidade de ações (milhões)	269	269
Opções de compra de ações	-	-
Média ponderada diluída das ações (milhões)	269	269
Lucro diluído por ações (R\$) - operações continuadas	(3,20372)	0,58716
Lucro (prejuízo) diluído por ação (R\$) - operações descontinuadas	2,56521	2,39324
Lucro diluído por ação (R\$) - total	(0,63851)	2,98040

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**30. Informações sobre os segmentos**

A Administração considera que possui apenas um segmento denominado “Varejo”—que inclui as bandeiras “Pão de Açúcar”, “Extra Supermercado”, “Mercado Extra”, “Minimercado Extra”, “Minuto Pão de Açúcar”, “Compre Bem”, “Posto Extra”, e “GPA Malls”.

Conforme descrito na nota nº 1.2, o Grupo Êxito, anteriormente apresentado como um segmento separado, está sendo apresentado como operação descontinuada, sendo considerado um segmento até conclusão da distribuição das ações detidas pela Companhia aos acionistas diretos da mesma.

Os “outros negócios” compreendem também as operações do James (incorporada na controladora em dezembro de 2022), Stix e o resultado de equivalência da Cdiscount,

As eliminações do resultado e do balanço são apresentadas dentro do próprio segmento.

As despesas relacionadas a descontinuidade das operações do Grupo Êxito e o imposto sobre lucro auferido no exterior pago no Brasil são considerados no segmento Grupo Êxito.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais de suas unidades de negócios com o objetivo de tomar decisões a respeito da alocação de recursos e avaliação de desempenho. O desempenho do segmento é avaliado com base no resultado operacional e é mensurado de forma consistente com o resultado operacional das demonstrações financeiras.

A Companhia está envolvida em operações de lojas de varejo localizadas em 14 estados e no Distrito Federal. Os segmentos operacionais são divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões operacionais, identificado como o Diretor-Presidente.

O principal tomador de decisões operacionais destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos segmentos.

A Companhia considera que não é relevante divulgar informações de vendas por categoria de produto, uma vez que produtos similares são comercializados seguindo estratégias diferentes em cada um dos negócios, além de haver controles gerenciais diferentes dos segmentos. Dessa maneira, consideramos impraticável qualquer agregação de produtos para divulgação.

A Companhia calcula os resultados dos segmentos, utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, e o lucro operacional de cada segmento, que inclui algumas alocações de despesas indiretas corporativas. Frequentemente, a Companhia revisa o cálculo do lucro operacional de cada segmento, incluindo quaisquer alocações de despesas indiretas corporativas, conforme estabelecido pelas informações regularmente revisadas pelo principal tomador de decisões operacionais.

As informações dos segmentos da Companhia em 31 de dezembro de 2022 estão incluídas no quadro a seguir:

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Descrição	Varejo		Operação descontinuada		Outros negócios		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
	Reapresentado		Reapresentado				Reapresentado	
Receita líquida de vendas	17.250	16.268	-	-	71	70	17.321	16.298
Lucro bruto	4.228	4.297	-	-	74	59	4.302	4.356
Depreciação e amortização	(911)	(797)	-	-	(20)	(13)	(931)	(810)
Equivalência patrimonial	44	47	-	-	(249)	(105)	(205)	(58)
Lucro operacional	(267)	254	-	-	(298)	(201)	(565)	53
Resultado financeiro líquido	(747)	(620)	-	-	(3)	(3)	(750)	(623)
Lucro (prejuízo) antes do IR e CSLL	(1.014)	(366)	-	-	(301)	(204)	(1.315)	(570)
IR e CSLL	456	718	-	-	(2)	7	454	725
Lucro (prejuízo) de op. continuadas	(558)	352	-	-	(303)	(197)	(861)	155
Lucro (prejuízo) de op. descontinuadas	864	273	(7)	532	-	-	857	805
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	306	625	(7)	532	(303)	(197)	(4)	960
Ativo circulante	7.632	9.898	20.809	7.871	118	103	28.559	17.872
Ativo não circulante	15.203	13.796	-	17.694	77	81	15.280	31.571
Passivo circulante	6.314	7.528	11.260	8.853	173	169	17.747	16.550
Passivo não circulante	12.358	12.470	-	4.040	1	3	12.359	16.513
Patrimônio líquido	4.163	3.696	9.549	12.672	21	12	13.733	16.380

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e suas subsidiárias atuam principalmente como varejista de alimentos e outros produtos.

A receita líquida total é composta pelas seguintes bandeiras:

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
Pão de Açúcar	7.629	7.079
Extra / Compre Bem	5.339	4.580
Proximidade	2.476	2.082
Postos/ Drogarias/ Delivery	1.806	2.487
Outros	71	70
Total de vendas líquidas	<u>17.321</u>	<u>16.298</u>

31. Transações não caixa

Durante 2022 e 2021 a Companhia teve transações que não representaram desembolso de caixa e, portanto, não foram apresentadas nas Demonstrações do Fluxo de Caixa, conforme abaixo:

- Compras de imobilizado que ainda não foram pagos: na nota nº14.4;
- Compras de ativo intangível que ainda não foram pagos: na nota nº15.3;
- Aumento de capital com imobilizado: nota nº 12.4;
- Incorporação de subsidiária descrita na nota nº 1.2.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

32. Ativos mantidos para venda ou distribuição

Ativos não-circulantes e grupos de ativos são classificados como mantido para venda se o valor contábil será recuperado através de uma transação de venda, ao invés de uso contínuo. Esta condição é considerada atingida somente quando o ativo é disponível para venda imediata ou para distribuição aos acionistas em sua condição presente, sujeita somente a termos que são usuais para vendas ou distribuição de tais ativos sendo altamente provável. A Administração deve estar comprometida para efetuar a venda ou distribuição, o prazo estimado para que a venda ou distribuição seja completada deve estar dentro de um ano.

Quando a Companhia está comprometida para um plano de venda ou distribuição aos acionistas envolvendo a perda de controle de uma subsidiária, todos os ativos e passivos desta subsidiária são classificados como mantidos para venda quando o critério acima é atingido, independente se a Companhia reterá participação como não-controladora em sua antiga subsidiária após a venda ou distribuição. Adicionalmente, o resultado líquido da entidade avaliada como mantida para venda são reclassificados como operação descontinuada em uma única linha do resultado.

Ativos não-circulantes classificados como mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o valor contábil e seu valor de mercado menos custo de venda.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Imóveis/terrenos - controladora	34	36	34	36
Lojas Extra Hiper (nota nº 1.1)	-	1.117	-	1.117
Grupo Êxito (nota nº 1.2)	7.363	-	20.809	34
Ativos mantidos para venda ou distribuição	7.397	1.153	20.843	1.187
Lojas Extra Hiper / Passivo de arrendamento (nota nº 1.1)	-	62	-	62
Grupo Êxito (nota nº 1.2)	-	-	11.260	-
Outros	227	-	227	-
Passivos mantidos para venda ou distribuição	227	62	11.487	62

Teste de recuperação e valor justo

Os ativos mantidos a venda são avaliados a impairment antes de serem reclassificados. Após a reclassificação, fica sujeito a avaliação conforme IFRS 5, ou seja, pelo valor de justo menos o custo da venda no encerramento de cada exercício.

A Companhia estima que o valor de mercado menos custo da distribuição do Êxito aos acionistas é superior ao valor contábil dos ativos líquidos, baseada no fluxo de caixa descontado preparado por assessores externos, usando premissas de 7,4% de taxa de desconto e crescimento na perpetuidade de 3,7%

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**33. Operações descontinuadas****(a) Operação descontinuada Grupo Êxito:**

Em 31 de dezembro de 2022 a companhia apresenta o Êxito como atividade descontinuada. Vide nota nº1.2. Seguem abaixo o balanço patrimonial e o fluxo de caixa resumido do Grupo Êxito, a demonstração do resultado do Grupo Êxito antes das eliminações:

Balanço Patrimonial

	31.12.2022	31.12.2021
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	1.869	3.492
Estoques	3.016	2.916
Tributos a recuperar	664	634
Outros ativos circulantes	806	829
Total do ativo circulante	6.355	7.871
Não Circulante		
Investimentos em associadas	374	463
Propriedades para investimento	2.663	3.254
Imobilizado	8.277	10.004
Intangíveis	2.957	3.711
Outros ativos não circulantes	183	262
Total do ativo não circulante	14.454	17.694
Total do ativo	20.809	25.565
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	5.360	6.330
Obrigações Sociais e Trabalhistas	382	382
Impostos e contribuições a recolher	278	276
Empréstimos e financiamentos	284	227
Passivo de arrendamento	302	347
Outros passivos circulantes	1.349	1.291
Total do passivo circulante	7.955	8.853
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	582	1.020
Passivo de arrendamento	1.504	1.883
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.016	926
Outros passivos não circulantes	204	210
Total do passivo não circulante	3.306	4.039
Patrimônio Líquido	9.548	12.673
Total do passivo e patrimônio líquido	20.809	25.565

Fluxos de Caixa:

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa aplicado nas atividades operacionais	1.044	1.950
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(585)	(655)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(1.514)	(1.146)
Variação de caixa no período	(1.055)	149

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do Resultado – Grupo Êxito (*)

	31.12.2022	31.12.2021
Receita líquida de vendas	25.175	24.357
Lucro bruto	6.386	6.291
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	519	853
Imposto de renda e contribuição social	(526)	(321)
Lucro (prejuízo) do período	(7)	532

(*) incluem os impostos sobre os resultados auferidos no exterior no montante de R\$1 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 98 em 31 de dezembro de 2021) e os custos relacionados ao processo de segregação (nota nº 1.2) R\$ 57 líquido dos impostos.

(b) Operação descontinuada Extra Hiper

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia iniciou o processo de desmobilização e descontinuidade das operações da bandeira Extra Hiper, e o resultado líquido está apresentado como operação descontinuada (vide nota nº1.1). Segue abaixo a demonstração de resultado resumida:

Demonstração do Resultado – Extra Hiper

	31.12.2022	31.12.2021
Receita líquida de vendas	998	10.636
Lucro bruto	147	2.303
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social (*)	1.369	86
Imposto de renda e contribuição social	(561)	190
Lucro (prejuízo) do período	808	276

(*) No montante de R\$1.369 está incluído o valor de R\$1.564 do resultado do ganho na alienação das lojas Extra Hiper (46 fundos de comércio e 11 imóveis) líquido de outros custos relacionados a desmobilização das lojas (vide nota nº1.1).

(c) Reconciliação do lucro líquido:**Reconciliação do Lucro Líquido das operações descontinuadas**

	31.12.2022	31.12.2021
Grupo Êxito	(7)	532
Extra Hiper	808	276
Via (*)	56	(3)
Lucro (prejuízo) das operações descontinuadas	857	805

(*) No montante de R\$56 está incluído o valor de R\$278 correspondente ao direito do GPA de receber da Via o reembolso do benefício da exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS de sua antiga subsidiária Globex (vide nota nº21.9), líquido das contingências tributárias e trabalhistas de responsabilidade do GPA.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

34. Cobertura de seguro

A cobertura de seguros, em 31 de dezembro de 2022, pode ser resumida da seguinte forma:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da Cobertura	
		Controladora	Consolidado
Imobilizado e estoques	Riscos operacionais	21.258	21.808
Lucro	Lucros cessantes	4.870	4.870
Automóveis e outros (*)	Perdas e danos	286	286

A Companhia mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil geral no valor de R\$150, responsabilidade civil administradores no valor de R\$ 134, coberturas de risco de proteção e fraudes (Crime) no valor de R\$13 e risco de proteção de danos e responsabilidade Cibernética (Cyber) no valor de R\$14. Totalizando o valor de cobertura R\$311.

(*) O valor acima informado não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE.

35. Eventos subsequentes

Na Assembleia geral extraordinária realizada em 14 de fevereiro de 2023 foi aprovado: (i) o aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$ 2.605, mediante a utilização de reservas, sem emissão de novas ações. (ii) redução de capital no valor R\$7.133 mediante a entrega de ações ordinárias de emissão do Êxito de propriedade da Companhia, aos seus acionistas.

Em 23 de janeiro de 2023, o Conselho da Administração aprovou: (i) a realização da 19ª. emissão de debentures simples, em duas séries, no montante de inicialmente R\$750, com a opção de um lote adicional de até 25%; (ii) a possibilidade da distribuição parcial da Oferta, desde que observado o limite mínimo de R\$ 500. A emissão foi concluída no montante de R\$ 500 em 24 de fevereiro de 2023.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Posição Acionária - 31/12/2022

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS CONTROLADORES DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO (Companhia de capital aberto)					Posição em 31/12/2022 (Em unidades)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Jean-Charles Naouri*	1	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
Geant International BV*	10.275.742	3,80%	0	0,00%	10.275.742	3,80%
Segisor* **	99.619.228	36,88%	0	0,00%	99.619.228	36,88%
Casino Guichard Perrachon*	2	0,00%	0	0,00%	2	0,00%
Helicco Participações Ltda.	581.600	0,22%	0	0,00%	581.600	0,22%
BTG Pactual	19.421.695	7,19%	0	0,00%	19.421.695	7,19%
Conselho de Administração	62.110	0,02%	0	0,00%	62.110	0,02%
Diretoria	9.871	0,00%	0	0,00%	9.871	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Em Tesouraria	159.689	0,06%	0	0,00%	159.689	0,06%
Outros	140.009.131	51,83%	0	0,00%	140.009.131	51,83%
Total**	270.139.069	100,00%	0	0,00%	270.139.069	100,00%

(*) Sociedade não residente

(**) Em que pese as ações de Wilkes tenham sido transferidas, no ambiente de escrituração - Itaú -, em dezembro de 2022, a operação de transferência foi realizada em 31 de outubro de 2022, devendo esta data ser considerada como a da nova posição de Segisor.

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

SEGISOR					Posição em unidades	
Acionista / Cotista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Casino Guichard Perrachon*	1.774.479.286	100,00%	0	0,00%	1.774.479.286	100,00%
TOTAL	1.774.479.286	100,00%	0	0,00%	1.774.479.286	100,00%

(*) Sociedade não residente

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

ONPER INVESTIMENTOS 2015 S.L.					Posição em unidades	
ACIONISTAS	AÇÕES ON	%	AÇÕES PN	%	Quantidade	%
ALMANACENES ÉXITO S.A.*	3.000	100,00%	0	0,00%	3.000	100,00%
TOTAL	3.000	100,00%	0	0,00%	3.000	100,00%

(*) Sociedade não residente

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

ALMANACENES ÉXITO S.A.				Posição em (em unidades)	
ACIONISTAS*	AÇÕES ON	%		% ações votantes	
Companhia Brasileira de Distribuição	1.187.821.914	88,33%		91,52%	
GPA 2 Empreendimentos e Participações LTDA.	64.857.915	4,82%		5,00%	
Minoritários	45.184.530	3,36%		3,48%	
Tesouraria	46.856.094	3,48%		0,00%	
TOTAL	1.344.720.453	100,00%		1.297.864.359	

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Posição Acionária - 31/12/2022

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS CONTROLADORES DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO					Posição em 31/12/2022 (em unidades) Total	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Quantidade	%
	Quantidade	%	Quantidade	%		
Controlador	110.476.573	40,90%	-	-	110.476.573	40,90%
			-	-		
Administradores			-	-		
Conselho de Administração	62.110	0,02%	-	-	62.110	0,02%
Diretoria	9.871	0,00%	-	-	9.871	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%	-	-	-	0,00%
			-	-		
Ações em Tesouraria	159.689	0,06%	-	-	159.689	0,06%
			-	-		
Outros Acionistas	159.430.826	59,02%	-	-	159.430.826	59,02%
			-	-		
Total	270.139.069	100,00%	-	-	270.139.069	100,00%
			-	-		
Ações em Circulação	159.502.807	59,04%	-	-	159.502.807	59,04%

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO					Posição em 31/12/2021 (em unidades) Total	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Quantidade	%
	Quantidade	%	Quantidade	%		
Controlador	110.476.573	41,01%	-	-	110.476.573	41,01%
			-	-		
Administradores			-	-		
Conselho de Administração	855.286	0,32%	-	-	855.286	0,32%
Diretoria	160.883	0,06%	-	-	160.883	0,06%
Conselho Fiscal	36.578	0,01%	-	-	36.578	0,01%
			-	-		
Ações em Tesouraria	160.342	0,06%	-	-	160.342	0,06%
			-	-		
Outros Acionistas	157.686.198	58,54%	-	-	157.686.198	58,54%
			-	-		
Total	269.375.860	100,00%	-	-	269.375.860	100,00%
			-	-		
Ações em Circulação	158.783.945	58,95%	-	-	158.783.945	58,95%

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Brasileira de Distribuição

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Brasileira de Distribuição ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Brasileira de Distribuição em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Operações Descontinuadas – Descontinuação do Formato Hipermercado e Plano de Distribuição da Subsidiária Êxito aos Acionistas

Por que é um PAA

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 1.1, nº 32 e nº 33 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia concluiu seu plano de descontinuação do seu formato de hipermercado, que incluía o encerramento, venda ou conversão de lojas anteriormente operadas sob a bandeira Extra Hiper. A Companhia registrou ganho líquido antes de imposto de renda e contribuição social de R\$1.564 milhão em 31 de dezembro de 2022, e os resultados das operações do Extra Hiper foram apresentados como operações descontinuadas nas demonstrações do resultado individuais e consolidadas para todos os períodos apresentados.

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 1.2, nº 32 e nº 33 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, durante o 2º semestre de 2022 a Companhia anunciou suas intenções e planos para o desinvestimento de sua subsidiária Almacenes Êxito S.A. ("Êxito"), que inclui a distribuição de aproximadamente 83% das ações de Êxito atualmente detidas pela Companhia aos seus acionistas. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia havia registrado R\$7.336 milhões de investimento em subsidiárias e R\$227 milhões de passivos relacionados ao Êxito, como ativo mantido para distribuição em seu balanço patrimonial individual, e R\$20.809 milhões de ativo total e R\$ 11.487 milhões de passivo total relativo ao Êxito como mantido para distribuição em seu balanço patrimonial consolidado. Adicionalmente, a partir de dezembro de 2022, os resultados das operações do Êxito passaram a ser apresentados como operações descontinuadas nas demonstrações do resultado individuais e consolidadas de todos os períodos apresentados.

Identificamos que a contabilização dessas transações envolvendo operações descontinuadas foram consideradas um principal assunto de auditoria em virtude de: (i) à complexidade e significância dos montantes envolvidos; (ii) os julgamentos significativos efetuados pela Diretoria na determinação do tratamento contábil adequado para as transações mantidas para venda/distribuição e o momento do reconhecimento como operações descontinuadas, de acordo com a IFRS 5/CPC 31 - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, bem como os valores e o momento da contabilização dos ganhos, custos e despesas associados; e (iii) o processo não rotineiro e os julgamentos utilizados pela Diretoria para compilar dados financeiros históricos para apresentação de operações descontinuadas. Esses aspectos requerem um alto grau de julgamento do auditor e uma maior extensão de esforço ao realizar procedimentos de auditoria para avaliar a razoabilidade das conclusões contábeis alcançadas pela Diretoria e as respectivas apresentações e divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em nossos procedimentos de auditoria, dentre outras ações, nós:

- Obtivemos o entendimento, avaliamos o desenho e a implementação, e testamos a eficácia operacional dos controles internos relevantes relacionados a identificação e tratamento de transações não usuais significativas, incluindo aquelas específicas à operações descontinuadas.
- Avaliamos a adequação da aplicação dos critérios para reportar os ativos e passivos como mantidos para venda/distribuição e de operações descontinuadas, incluindo os julgamentos da Diretoria, por meio de: (i) inspeção e discussão da documentação suporte preparada pela Diretoria, incluindo o memorando técnico contábil; (ii) leitura das atas de reunião do Conselho de Administração; (iii) leitura e avaliação dos contratos subjacentes e outras informações; e (iv) avaliação de evidências contraditórias com base em nosso entendimento do negócio.
- Testamos o ganho líquido reconhecido em operações descontinuadas, incluindo:
 - o Teste de existência e avaliação dos proventos de caixa;
 - o Inspeção dos contratos de venda relacionados para obter uma compreensão dos ativos e passivos incluídos no escopo da transação de vendas e testar a integridade e a precisão dos ativos e passivos incluídos no cálculo do ganho em uma base amostral, comparando os valores com os registros contábeis;
 - o Teste da mensuração, integridade e acurácia dos custos e despesas relacionados à transação; e
 - o Teste dos efeitos tributários da transação de venda.
- Com a assistência de nossos especialistas em avaliação, testamos a avaliação dos ativos e passivos do Êxito mantidos para distribuição, incluindo a avaliação da razoabilidade da metodologia de avaliação e as premissas significativas usadas na determinação do valor justo menos os custos de distribuição.
- Avaliamos as apresentações e divulgações, incluindo o resultado por ação e os fluxos de caixa, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que o tratamento contábil adotado nas transações acima descritas e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Recuperabilidade de créditos tributários de ICMS e PIS/COFINS

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possuía créditos tributários de Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS no valor de R\$856 milhões e créditos tributários de Programa de Integração Social - PIS / Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS no valor de R\$2.253 milhões em 31 de dezembro de 2022, cuja recuperabilidade depende da geração futura suficiente desses impostos a pagar. Ao avaliar a recuperabilidade desses créditos tributários, a Diretoria usa projeções de receitas, custos e despesas, bem como outras informações para estimar o tempo e natureza da geração futura desses impostos a pagar, que se baseiam em estimativas e premissas de desempenho futuro dos negócios e condições de mercado, incluindo expectativas de regulamentos fiscais aplicáveis.

A auditoria da recuperabilidade desses créditos tributários foi considerada especialmente desafiadora em virtude: (i) da relevância dos valores envolvidos; e (ii) do alto nível de complexidade relacionado à legislação brasileira de impostos indiretos (estadual e federal) e do processo de avaliação da Diretoria, o qual requer julgamento significativo e inclui premissas relevantes na estimativa do tempo e montantes futuros desses impostos a pagar que poderiam ser afetados por condições e eventos econômicos ou de mercado.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em nossos procedimentos de auditoria, dentre outras ações, nós:

- Obtivemos o entendimento, avaliamos o desenho e testamos a eficácia operacional dos controles internos relevantes sobre a avaliação da Diretoria da recuperabilidade desses créditos tributários, incluindo controles internos relevantes sobre as projeções preparadas pela Diretoria e aprovadas pelos órgãos de governança, usadas nesta avaliação de recuperabilidade.
- Avaliamos as premissas significativas usadas pela Diretoria na elaboração do plano de recuperabilidade e testamos a integridade e acurácia das informações subjacentes que suportam as premissas significativas.
- Com a assistência de nossos especialistas tributários, avaliamos a aplicação das leis tributárias e regimes fiscais especiais utilizados na avaliação da recuperabilidade.
- Testamos os dados utilizados pela Diretoria na determinação dos créditos tributários, comparando estes com dados internos e testando a integridade e acurácia dos cálculos.
- Avaliamos as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a avaliação da Diretoria sobre a realização dos créditos tributários e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Provisões e Contingências tributárias

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 21 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas são partes envolvidas em um número significativo de processos administrativos e judiciais na esfera tributária. Baseada em opiniões legais e com suporte de seus consultores jurídicos internos e externos, a Diretoria avalia a probabilidade de perda relacionada a esses processos administrativos e judiciais e registra provisões quando a probabilidade de perda é avaliada como provável e os valores podem ser estimados. Em 31 de dezembro de 2022, a Diretoria registrou provisões no montante de R\$1.761 milhões. Ainda, a Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais adicionais no montante de R\$12.459 milhões em 31 de dezembro de 2022, para os quais não foi registrada provisão. A Companhia também é responsável por certos

processos administrativos e judiciais, em decorrência de acordos de indenização de operações de subsidiárias alienadas, bem como está sujeita a ser reembolsada por seus acionistas controladores em uma determinada autuação fiscal, totalizando R\$3.650 milhões, para os quais não foi registrada provisão. A Diretoria utiliza julgamento significativo para avaliar os méritos técnicos de cada processo administrativo ou judicial e a probabilidade e potenciais valores de perda, considerando a complexidade do ambiente tributário e legislação brasileira, incluindo a existência e interpretação de jurisprudência aplicável e julgamentos em curso. A avaliação da Diretoria também envolve assistência dos consultores jurídicos externos da Companhia.

A auditoria da avaliação realizada pela Diretoria sobre a probabilidade de perda em demandas tributárias foi considerada especialmente desafiadora em virtude: (i) da complexidade envolvida na avaliação e interpretação da legislação tributária aplicável e de jurisprudência aplicável, que requer um alto grau de julgamento pela Diretoria, com suporte dos consultores jurídicos externos da Companhia; (ii) dos valores envolvidos e da incerteza significativa das estimativas relacionadas com o resultado das decisões judiciais; e (iii) dos esforços adicionais de auditoria, que incluem o envolvimento de nossos especialistas tributários.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em nossos procedimentos de auditoria, dentre outras ações, nós:

- Obtivemos o entendimento, avaliamos o desenho e testamos a eficácia operacional dos controles internos relevantes sobre a identificação e avaliação de processos e administrativos e judiciais tributários, incluindo as premissas e méritos técnicos das posições tributárias utilizadas na avaliação da probabilidade de perda, bem como o processo de mensuração, registro e divulgação dos valores relacionados a contingências tributárias.
- Testamos a integridade das demandas judiciais tributárias sujeitas à avaliação da Diretoria.
- Com a assistência de nossos especialistas tributários, desafiamos a avaliação da Diretoria sobre a probabilidade de perda estimada para uma amostra de contingências materiais, que incluíram:
 - Obtivemos um entendimento e avaliamos os julgamentos da Diretoria, os méritos técnicos e documentação suporte desta avaliação, incluindo a leitura e a avaliação de pareceres técnicos, opiniões legais ou outros documentos obtidos dos consultores jurídicos externos da Companhia.
 - Efetuamos leitura e obtivemos entendimento dos acordos de indenização celebrados pela Companhia.
 - Inspecionamos e avaliamos as respostas às confirmações externas enviadas aos principais consultores jurídicos da Companhia.
 - Desafiamos a avaliação da Diretoria, usando nosso conhecimento e experiência com a aplicação de leis tributárias e evoluções jurisprudenciais nos ambientes regulatórios e tributários aplicáveis.
 - Testamos as premissas, informações subjacentes e acurácia do cálculo dos valores relacionados às provisões tributárias registradas e divulgações de contingências tributárias.
 - Obtivemos representações formais dos executivos da Companhia.
- Avaliamos as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a avaliação da Diretoria sobre a probabilidade de perda das demandas tributárias e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres

de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Eduardo Franco Tenório
Contador
CRC nº 1 SP 216175/O-7

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal da Companhia, cumprindo com os deveres estatutários e legais, examinou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e emitiu parecer favorável à sua aprovação pelo Conselho De Administração da Companhia.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

Líbano Barroso – Presidente

Eric Martins – Conselheiro

Doris Wilhelm - Conselheiro

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)**RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA – EXERCÍCIO 2022****Informações iniciais**

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Companhia Brasileira de Distribuição (“Companhia”) é órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração.

As responsabilidades e atribuições dos diversos órgãos de governança que interagem com o Comitê de Auditoria estão identificadas no portal de Relações com Investidores da Companhia, acessível pelo seguinte endereço eletrônico: <http://www.gpari.com.br/>

Atividades do Comitê em 2022

O Comitê reuniu-se, no ano de 2022, em 13 sessões, sendo 6 delas ordinárias, agendadas conforme calendário anual oficial, e as restantes extraordinárias. As reuniões contaram com a presença de membros da Diretoria, auditora interna e outros gestores da Companhia e, em grande parte delas, os auditores independentes estiveram presentes.

Sugestões de aperfeiçoamentos em processos e procedimentos internos feitas pelos membros têm sido endereçadas pela Companhia tempestivamente.

O Comitê de Auditoria julga que todos os temas relevantes que lhe foram dados a conhecer e descritos neste Relatório estão adequadamente divulgados no Relatório da Administração, nas Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as quais foram devidamente auditadas pelo auditor independente DELOITTE TOUCHE TOHMATSU.

Por fim, esse Comitê recomenda as nas Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas para deliberação pelo Conselho de Administração da Companhia.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023

Eleazar de Carvalho Filho, Coordenador do Comitê e Especialista Financeiro

Fernando Dal-Ri Múrcia – Especialista Contábil e de Auditoria

Christophe Hidalgo

Renan Bergmann

Gisélia da Silva

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso VI, do § 1º, do artigo 27 da Resolução CVM n.º 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2022, autorizando a conclusão nesta data.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023.

Diretoria

Marcelo Pimentel
Diretor Presidente

Guillaume Gras
Diretor Vice Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V, do § 1º, do artigo 27 da Resolução CVM n.º 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2022, emitido nesta data.

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2022, autorizando a conclusão nesta data.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2023.

Diretoria

Marcelo Pimentel
Diretor Presidente

Guillaume Gras
Diretor Vice Presidente de Finanças e Relações com Investidores